



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
RODRIGO SOUSA FIALHO

**O DISCURSO TEÓRICO DE RENOVAÇÃO DO LIBERALISMO:
ACONTECIMENTO E ESPRAIAMENTO NO POLÍTICO**

Tubarão, SC
2023



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
RODRIGO SOUSA FIALHO

**O DISCURSO TEÓRICO DE RENOVAÇÃO DO LIBERALISMO:
ACONTECIMENTO E ESPRAIAMENTO NO POLÍTICO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Profa. Dra. Andréia da Silva Daltoé (Orientadora)

Tubarão, SC
2023

F46

Fialho, Rodrigo Sousa, 1985-

O discurso teórico de renovação do liberalismo : acontecimento e espraiamento no político / Rodrigo Sousa Fialho. – 2023.

125 f. : il. ; 30 cm

Tese (Doutorado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

Orientação: Prof. Dr. Andréia da Silva Daltoé

1. Análise do discurso. 2. Acontecimento enunciativo/discursivo. 3. Neoliberalismo. I. Daltoé, Andréia da Silva. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 401.41

RODRIGO SOUSA FIALHO

**"O DISCURSO TEÓRICO DE RENOVAÇÃO DO LIBERALISMO: A ENCRUZILHADA DO SUJEITO
ENTRE O ESTADO E O NEOLIBERALISMO"**

Esta Tese foi julgada adequada à obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 04 de agosto de 2023.



Professora e orientadora Andréia da Silva Daltoé, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

presente por videoconferência

Professora Luciana Lost Vinhas, Doutora.
Universidade Federal de Pelotas/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

presente por videoconferência

Professora Luciana Nogueira, Doutora.
Universidade Federal de São Carlos

presente por videoconferência

Professor Rodrigo Oliveira Fonseca, Doutor.
Universidade Federal do Sul da Bahia

presente por videoconferência

Professora Solange Maria Leda Gallo, Doutora.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Ao meu pai e às mulheres da minha vida:
minha mãe, Maria Luísa, minha esposa, Dielle
e às minhas duas filhas, Ana Carolina e
Heloísa.

AGRADECIMENTOS

À professora Andréia Daltoé, sempre disponível e fiel à orientação deste estudo.

Aos professores que me deram aula durante o curso, Fábio, Silvania, Maria Marta, Nádia, Giovana, Solange e Fábio Filho.

Aos meus pais, que muito se esforçaram para me dar uma boa formação escolar e acadêmica.

À minha esposa, sempre carinhosa e compreensível nos momentos em que mais precisei.

Às minhas filhas, Carol e Helô, sempre com um sorriso, um salto e um giro de alegria que muita luz traz à minha vida.

Às queridas colegas do Instituto Federal do Maranhão, professora Elãine e professora Davina, que atuaram para que meu afastamento para o doutorado fosse possível.

Ao Instituto Federal do Maranhão, que possibilitou que fosse a Santa Catarina cursar o doutorado.

“O *clinamen* é um desvio infinitesimal, ‘tão pequeno quanto possível’, que acontece ‘não se sabe onde, nem quando, nem como’, e que faz um átomo ‘desviar’ de sua queda a pique no vazio e, quebrando de maneira quase nula o paralelismo em um ponto, provoca *um encontro* com o átomo vizinho e, de encontro em encontro, uma carambola [*carambolage*] e o nascimento de um mundo, ou seja, de um agregado de átomos que provoca, em cadeia, o primeiro desvio e o primeiro encontro”.

Louis Althusser

RESUMO

Esta pesquisa, filiada ao campo teórico da Análise do Discurso de linha materialista, se debruça sobre o discurso teórico de renovação do liberalismo. O objetivo principal de pesquisa é investigar se o discurso teórico do novo liberalismo consiste num acontecimento discursivo ou enunciativo e de que modo este constructo teórico ajuda a compreender a formação social capitalista sob a forma (neo)liberal. Para este propósito, a construção do *Corpus* de pesquisa deu-se a partir de textos selecionados de três teóricos que se empenharam em atualizar a teoria liberal. Tomando como recorte o modo como estes autores designam liberalismo/neoliberalismo, mobilizei a noção de acontecimento discursivo, tal como desenvolvida por Michel Pêcheux, acontecimento enunciativo, tal como definida por Eduardo Guimarães, e as noções de acontecimento discursivo e enunciativo, tal como trabalhadas por Freda Indursky. Para a consecução do objetivo, por meio de um gesto leitor, organizei quatro formas sintáticas recorrentes nos textos dos três teóricos. Para cada uma dessas formas sintáticas, um capítulo foi dedicado. A análise das formulações extraídas dos textos dos teóricos e organizadas a partir de uma sequência discursiva de referência possibilitou determinar o tipo de acontecimento que constitui o discurso teórico de atualização do liberalismo e a FD na qual está inscrito.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Acontecimento enunciativo/discursivo. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This research, belonging to the theoretical field of materialist Discourse Analysis, concentrates on the theoretical discourse of the renewal of liberalism. The main objective of research is to investigate whether the theoretical discourse of the new liberalism consists of a discursive or enunciative event and how this theoretical construct helps to understand capitalist social formation in the (neo)liberal form. To this effect, the construction of the research corpus was based on selected texts of three theorists who strove to update liberal theory. Taking as a cut the way these authors designate liberalism/neoliberalism, I mobilized the notion of discursive event, as developed by Michel Pêcheux, of enunciative event, as defined by Eduardo Guimarães, and the notions of discursive event and enunciative event, as worked by Freda Indursky. For the achievement of the objective, through a reading gesture, I organized four recurring syntactic forms in the texts of the three theorists. For each of these syntactic forms a chapter was dedicated. The analysis of the formulations extracted from the texts of the theorists and organized from a sequence discursive of reference made it possible to determine the type of event that constitutes the theoretical discourse of updating liberalism and the FD in which it is inscribed.

Keywords: Discourse Analysis. Enunciative/discursive event. Neoliberalism.

RÉSUMÉ

Cette recherche s'affilie au champ théorique de l'Analyse matérialiste du Discours et porte sur le discours théorique de renouvellement du libéralisme. L'objectif principal de cette recherche est celui d'investiguer si le discours théorique du nouveau libéralisme est un événement discursif ou énonciatif et de quelle façon cette conception théorique peut permettre que l'on comprenne la formation sociale capitaliste sous sa forme (néo)libérale. Dans ce but, la construction du Corpus de la recherche s'est déployée sur la base de textes sélectionnés de l'œuvre de trois théoriciens ayant mis à jour la théorie libérale. Le découpage de ce travail s'est fait autour de la façon dont ces auteurs désignent les concepts de libéralisme/néolibéralisme, en mettant en jeu la notion d'événement discursif, tel celui développé par Michel Pêcheux, la notion d'événement discursif selon Eduardo Guimarães, et les notions d'événement discursif et énonciatif proposées par Freda Indursky. Pour atteindre l'objectif de cette recherche j'ai fait ressortir de leurs textes, au moyen d'un geste lecteur, quatre formes syntaxiques courantes. À chacune des formes syntaxiques, j'ai consacré un chapitre. L'analyse des formulations dégagées des textes choisis et organisées à partir d'une séquence discursive de repère m'a permis de déterminer le type d'événement constituant le discours théorique de mise à jour du libéralisme, la Formation Discursive dans laquelle il s'inscrit.

Mots-clé: Analyse du Discours. Événement énonciatif/discursif. Néolibéralisme.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro das Formações Imaginárias	86
Quadro 2 - Segundo Quadro das Formações Imaginárias.....	97

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ACONTECIMENTO, ENUNCIADO E FORMAÇÃO DISCURSIVA.....	15
2.1	A descrição do material, das conjunturas e das condições de produção e formação dos textos de renovação do liberalismo.....	18
2.1.1	Descrição das CP articulada à descrição de formação do processo discursivo.....	20
2.1.2	Um olhar sobre o discurso teórico.....	27
2.2	Arquitetando um dispositivo teórico-analítico.....	30
3	LIBERALISMO. O NOVO OU DE SEMPRE?	39
3.1	Liberalismo? Que liberalismo?	41
3.1.1	Definir para distinguir ou o que vem e o que não vem com este <i>novo</i>	46
3.2	"Não dá para interpretar uma atualidade sem mobilizar a memória" ou, como a repetição atualiza os sentidos de liberalismo.....	56
4	NÃO HÁ TERCEIRA VIA.....	61
4.1	Quando o teórico se espraia no político.....	62
4.1.1	"Mas não consegui entender ainda qual é melhor: se é isto ou aquilo"	64
5	DEFININDO O OUTRO: ELES SÃO... E ELES SÃO COMO OS... ..	85
5.1	Sobre o outro.....	89
5.2	Marx e os marxistas.....	100
6	PARA ONDE FUI LEVADO?.....	106
6.1	O acontecimento na cena do discurso.....	106
6.2	Que acontecimento, afinal?.....	110
6.3	A discussão instalada.....	114
	CONCLUSÃO.....	116
	REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

No presente estudo, proponho-me a, filiado ao âmbito teórico da análise do discurso materialista (AD), analisar textos selecionados a partir de um gesto leitor que busca problematizar os sentidos de neoliberalismo. Este propósito, levou-me a enveredar pela teoria da AD e pela leitura de um extenso material disponível em artigos e livros de autores relacionados ao que seria o neoliberalismo. Duas obras em especial me ajudaram a chegar até a relação desses autores com o neoliberalismo, palavra polêmica, capaz de fazer soar diversos sentidos. A primeira obra, de autoria de Pierre Dardot e Christian Laval, é intitulada *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016). Este livro levou-me a buscar o que seriam as origens do neoliberalismo e o projeto teórico decorrente do evento histórico identificado a sua origem. Para Dardot e Laval, o neoliberalismo tem origem em 1938, no evento que ficou conhecido como Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris. Os trabalhos apresentados neste colóquio, que reuniu dezenas de intelectuais liberais estão compilados no *e-book* intitulado *The Walter Lippmann Colloquium: The Birth of Neo-Liberalism* (2018), de onde tirei uma importante passagem para este trabalho. Deste colóquio, selecionei os autores cujas obras circulam com mais força no Brasil e que tiveram notável atuação intelectual com repercussão internacional posterior ao colóquio: são eles, Friedrich August von Hayek, Ludwig von Mises e Wilhelm Röpke, este menos conhecido, mas não menos importante. A estes mesmos autores, a segunda obra me levou, refiro-me ao livro de David Harvey, intitulado *O neoliberalismo: história e implicações* (2014).

A partir das pistas fornecidas por estes livros, passei a me debruçar pela leitura de textos de Mises, Hayek e Röpke, disponíveis em sites de divulgação desses autores. A maioria dos textos foram pinçados dos sites *Mises Brasil* e *Mises Institute*. Para não ficar apenas com poucas páginas de artigos, debrucei-me também pela leitura de livros, dos quais os mais importantes foram: *A mentalidade anticapitalista* (2013) e *As seis lições* (2009), ambos de Mises; *O caminho para a servidão* (2018) e *A ordem econômica e a livre iniciativa: as contradições das teorias socialistas* (2021), ambos de Hayek; e o quarto capítulo, este disponível apenas no site do *Mises Institute*, de *A Humane Economy*, considerado a obra prima de W. Röpke.

Meu gesto leitor levou-me a identificar que esses textos davam um tratamento teórico a questões sociais, políticas e econômicas de modo muito refinado e a partir de uma

perspectiva europeia. Mas ao mesmo tempo, estabeleciam discussões teóricas de maneira incisiva com outras correntes teóricas e, também, como não poderia deixar de ser, com os autores que haviam elaborado ou que se filiavam a essas correntes. Para caracterizar melhor esses textos, recorri a Althusser, que me forneceu a noção de discurso teórico. A partir desta noção, meu gesto leitor passou a ter um objeto mais bem definido: o discurso teórico que, em minha interpretação, buscava atualizar o liberalismo como forma de salvar o capitalismo das consequências oriundas da crise de 1929.

A partir de pistas que me foram fornecidas pelo historiador da economia Eduardo Mariutti, mais precisamente pelo texto que este autor intitula *O colóquio Walter Lipmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos* (2021), passei a interpretar os textos de Mises, Hayek e Röpke como dizeres (formulações, enunciações) apegados, como sugere Pêcheux (2015, p. 21) ao acontecimento histórico da crise de 1929, que abalara o capitalismo mundial. A partir desta interpretação, pensei em problematizar os sentidos de liberalismo/neoliberalismo, o que me levou à questão que me atraiu para a este estudo, questão esta já ancorada na perspectiva teórica da AD: se os textos dos autores que elaboraram teoricamente o neoliberalismo é um acontecimento a ler e a interpretar, que acontecimento seria: um acontecimento discursivo ou um acontecimento enunciativo? Esta questão foi elaborada a partir de um impactante trabalho filiado à AD materialista de linha pêcheutiana, falo do artigo *Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso* (2008), de Freda Indursky. Desta questão, tracei o objetivo central deste estudo: investigar se o discurso teórico do novo liberalismo consiste num acontecimento discursivo ou enunciativo e de que modo este constructo teórico ajuda a compreender a formação social capitalista sob a forma (neo)liberal. Alicerçado neste objetivo, passei a pensar a organização do estudo: a montagem do *corpus* e a me empenhar em elaborar um dispositivo teórico analítico que permitisse, pela análise, chegar à consecução do objetivo. Ante a leitura de trabalhos que deixavam de lado a noção de FD e partiam da constatação de um acontecimento discursivo, o artigo de Indursky levou-me a dar um passo atrás e a problematizar a própria noção de acontecimento, deslocando esta noção sob a forma de uma questão que pretende situar o acontecimento na cena discursiva, não como um ponto de partida, como se fosse um dado *apriorístico*, mas como uma interpretação à qual só se pode chegar pela via da análise.

O dispositivo teórico analítico que procurei elaborar para dar conta de responder se estava diante de um acontecimento discursivo ou enunciativo foi fundamentalmente inspirado na obra *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, de Jean-Jacques Courtine (2014). Da leitura desta obra, ocorreu-me de proceder à organização

de uma rede de formulações que me possibilitasse levantar os saberes enunciados que me autorizariam a determinar se o discurso teórico de renovação do liberalismo (neoliberalismo) consiste num acontecimento discursivo ou enunciativo.

Procedi à elaboração e organização dessa rede de formulações a partir de uma sequencia discursiva de referência à qual todas as formulações estão relacionadas. Com base neste procedimento, procurei selecionar e elencar as formulações analisadas a partir de quatro formas sintáticas recorrentes nos textos de Mises, Hayek e Röpke. A primeira forma sintática que identifiquei como recorrente dá corpo às definições conceituais destes autores; A segunda forma é elaborada a partir da reformulação de sequências que podiam assumir a forma da disjunção; a terceira e a quarta forma, estabelecia uma separação elaborada a partir de um jogo que distingue lados opostos: nós e eles/nós contra eles.

Apresento, abaixo, uma breve síntese dos capítulos que compõem este estudo, à exceção do segundo, que vem após esta introdução, cuja descrição já foi feita no parágrafo situado imediatamente acima, e da conclusão. Como cada capítulo tem mais ou menos a mesma extensão, opto por apresentá-los de forma mais ou menos detalhada, percorrendo títulos e subtítulos de cada capítulo.

No capítulo 3, analisei formulações linearizadas sob a forma X é Y. Intitulei este capítulo de *Liberalismo. O novo ou de sempre ?*, como forma de provocação e de pôr em cena o significante (neo)liberalismo, assim linearizado com o prefixo neo entre parênteses para designar um neoliberalismo próprio de Mises, Hayek e Röpke, com o intuito de distinguir a teoria destes autores de outros neoliberalismos, assim mesmo no plural. De início abordei a noção de paráfrase discursiva, tomada enquanto procedimento analítico ao qual recorri para dar conta de analisar o funcionamento das formulações organizadas em rede. A fim de dar conta da ausência do prefixo neo nos textos analisados, intitulei a seção 3. 1 de *Liberalismo? Que liberalismo?* assim mesmo em forma de questionamento para dar visibilidade para o apagamento de neoliberalismo, em funcionamento no significante liberalismo como uma denegação discursiva, conceito que trago de um trabalho de Freda Indursky. Para dar conta do funcionamento da memória nas formulações que ordenei neste terceiro capítulo, intitulei 3. 2 com uma frase pinçada de Indursky, mais precisamente do artigo *A memória na cena do discurso* (2011): “*Não dá para interpretar uma atualidade sem mobilizar a memória*” ou *como a repetição atualiza os sentidos de liberalismo*. Nesta subseção mobilizei as noções de pré-construído e discurso transversal como manifestações da memória em AD para dar conta do funcionamento da memória e da deriva dos sentidos sob a repetição.

No capítulo 4, intitulado *Não há terceira via*, procurei debruçar meu gesto analítico sobre o funcionamento discursivo do conectivo *ou*, recorrente em formulações que me permitiam reformulá-las sob a forma X ou Y. Intitulei 4. 1 de *Quando o teórico se espraia no político*, pois meu gesto leitor e analítico levou-me a certa semelhança entre o discurso teórico que coloquei sob a análise e o discurso político. Para fundamentar essa semelhança teoricamente, recorri a Althusser, que em seu *Iniciação à filosofia para os não filósofos* (2019) expõe a relação entre prática e teoria a partir do primado da prática sobre a teoria. Sustento que a semelhança entre teoria política e prática política se baseia numa relação inevitável entre ambas, relação essa de ressonância mútua. A partir dessa relação, meu gesto analítico conduziu-me a sentidos de univocidade de capitalismo, univocidade que, segundo Pêcheux (2015, p. 33) atende à “imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” do sujeito pragmático.

No capítulo 5, abordei o que Rancière (2018, p. 62) designa de “jogos da terceira pessoa” e o intitulei *Definindo o outro: Eles são... E eles são como os...*. Neste capítulo, abordei as definições que Mises, Hayek e Röpke fazem do discurso outro, que designei de discurso antagônico e do sujeito que se identifica com este discurso antagônico, que designei de outro antagônico. A modalidade discursiva que lancei mão para abordar essas definições do outro foi a de *discurso sobre*, tal como elaborada na tese de Bethania Mariani. De início, parti da relação entre o teórico, tomado enquanto aquele que se dirige a um determinado público, e leitor, na medida em que a prática teórica é dirigida a um leitor, representado como dócil às enunciações do teórico. Trabalhei com base numa passagem da AAD 69, que me possibilitou abordar a produção de efeitos de sentidos que interditavam a leitura da teoria do discurso antagônico ao sujeito leitor, representado como receptor cortês às formulações a ele endereçadas. Em 5. 1, que intitulei *Sobre o outro*, trabalho as formulações nas quais a forma sintática Y é X e *assim como X é Y* estão em funcionamento. Concluo o capítulo, com 5. 2, intitulado *Marx e os marxistas*, analisando formulações nas quais Mises e Hayek definem Marx, os marxistas e os socialistas de modo geral. Nesta seção, o discurso teórico se espraia tanto no político que as formulações mais parecem ataques pessoais que crítica teórica.

2 ACONTECIMENTO, ENUNCIADO E FORMAÇÃO DISCURSIVA

Um ato discursivo torna-se um acontecimento simbólico se e quando sua ocorrência reestrutura o campo inteiro: embora não haja um novo conteúdo, tudo é, de alguma forma, profundamente diferente.

Slavoj Žižek

As abordagens do discurso como acontecimento tem ganhado cada vez mais proeminência nas pesquisas do campo teórico da Análise do Discurso materialista. Na maioria dessas abordagens, os autores partem da noção de acontecimento discursivo, definindo-o com Pêcheux (2015, p. 16) como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Considero-me um apreciador dessas abordagens, que muito contribui com a Análise do Discurso, mas pretendo dar um passo atrás e questionar-me acerca do que afinal define e distingue um acontecimento.

Meu encontro com determinados textos do campo da Análise do Discurso levou-me a este questionamento à medida que o material sobre o qual procurei me debruçar – os textos de alguns autores autodeclarados liberais que, a partir do final da década de 1930, propuseram-se a tarefa de renovar o que seria o liberalismo – despertaram em mim o interesse de saber o que afinal seria esta renovação do liberalismo, que muitos, entre críticos e adeptos, chamam de neoliberalismo. A pergunta que faço, portanto, é: seria o neoliberalismo um acontecimento enunciativo ou um acontecimento discursivo?

A elaboração deste questionamento deu-se após a leitura do artigo *Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso*, de Freda Indursky (2008)¹. Neste importante texto, a autora apresenta a sua distinção entre acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo a partir da problematização das modalizações da identificação do sujeito com os elementos de saber de uma determinada formação discursiva (doravante FD) (deixarei a exposição e abordagem dessa distinção entre acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo tal como operada por Indursky mais para frente). As leituras que fiz de outros dois textos reforçaram esse questionamento, falo

¹ Este artigo foi publicado em 2008 no livro *Práticas Discursiva e Identitária: Sujeito e Língua*, organizado por Solange Mittmann, Evandra Grigoletto e Ercília Cazarin.

especificamente do livro de Courtine: *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2014) e de um pequeno artigo de Eduardo Guimarães, publicado em livro organizado pelo próprio autor²: *Enunciação e História* (1989, p. 71-79). Nesses dois textos, saltou-me aos olhos alguns pontos em comum na abordagem dos dois autores: primeiro, a abordagem da noção de enunciado a partir da *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault, publicado originalmente em 1969; segundo, a abordagem do acontecimento e do enunciado a partir de uma perspectiva discursiva; e terceiro, a relação que ambos estabelecem entre enunciado, acontecimento e a noção de FD.

Essas três noções são fundamentais porque dão ao autor do presente estudo o suporte teórico necessário para definir como objetivo principal desta tese as questões de saber, a partir de um gesto analítico baseado num dispositivo teórico-analítico a ser construído, que tipo de acontecimento constitui o novo liberalismo (enunciativo ou discursivo?) e em que FD este novo liberalismo se inscreve para, a partir das respostas a estas questões, podermos compreender melhor a formação social capitalista sob a forma (neo)liberal para, assim, possibilitar o aprimoramento da práxis política e da crítica a esta forma do capitalismo. Considero que essas questões só poderão ser respondidas ao final quando da análise das formulações selecionadas a partir do *corpus*, que concebo com Courtine (2014, p. 115, grifo do autor) como “*um conjunto aberto de articulações* cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise”, mas ao longo do procedimento. Isto me permitirá levantar alguns dos elementos de saber, aqui entendidos novamente com Courtine (2014, p. 100) como enunciados, que constituem o domínio de saber – este constituído pelo conjunto dos elementos de saber enunciados – da FD na qual se inscreve o novo liberalismo.

Penso que só então estarei autorizado a definir a FD na qual está inscrito este novo liberalismo. Este objetivo força-me a trilhar um caminho diferente daqueles que partem de uma afirmação, aparentemente oriunda de uma constatação, do acontecimento discursivo. Não partirei desta afirmação, ao contrário, buscarei compreender por meio da análise o que determina e caracteriza um acontecimento discursivo e um acontecimento enunciativo bem como o que os distingue, situando o gesto analítico do acontecimento como uma questão, não como um ponto de partida. Do mesmo modo, não partirei de uma FD de referência estabelecida aprioristicamente, visto que determinar em que FD o novo liberalismo está inscrito constitui objetivo a ser alcançado pelo gesto analítico.

² Refiro-me ao livro *História e sentido na linguagem*, publicado em 1989 pela editora Pontes.

Para a consecução desse objetivo, selecionei o material a ser submetido à análise a partir da leitura de textos produzidos por um conjunto de autores europeus e estadunidenses que, em 1938, se reuniram em Paris, sob os auspícios do filósofo francês Louis Rougier, para um evento que ficou conhecido como Colóquio Walter Lippmann³ e pela leitura de textos de três autores europeus, participantes do colóquio que, de modo muito intenso e particular, dedicaram-se, ao longo das décadas seguintes, a produzir textos teóricos que contribuíssem com essa que seria a renovação ou reconstrução do liberalismo. Esses autores são Friedrich August von Hayek, Ludwig von Mises e Wilhelm Röpke. Dessa tríade, os dois primeiros, austríacos de nascimento, dominam ainda hoje a atenção dos adeptos e dos críticos do que muitos, tanto entre críticos como entre adeptos, como já mencionei acima, designam pelo nome de neoliberalismo.

A escolha desses três intelectuais deu-se com base em dois motivos: em primeiro lugar, todos os três estiveram ativamente presentes no Colóquio Walter Lippmann e dedicaram a maior parte de suas atividades acadêmicas a produzir uma teoria que em muito extrapola o campo da economia, no esforço de desenvolver uma teoria social ampla que também discutisse problemas econômicos. Essa teoria social constitui um empreendimento de reconfiguração do liberalismo sobre novos fundamentos e como ordem econômica internacional, fundada no livre mercado, livre comércio entre os países e no princípio da concorrência.

Em segundo lugar, desde a década de 1970, a repercussão das obras desses autores é ampla e ainda circula com muita frequência nos meios acadêmicos e políticos. O nome de Mises figura em uma grande quantidade de institutos espalhados pelo mundo, inclusive no Brasil⁴. Muitos desses institutos dedicam-se a formar quadros acadêmicos e políticos entre os liberais e a traduzir e publicar as obras de Mises. Hayek chamava Mises de professor, e sua obra está entre as que são traduzidas e publicadas pelos Institutos Mises no Brasil e em muitos outros países como Portugal, Espanha e Estados Unidos. Hayek ainda talvez seja o autor a quem a palavra neoliberalismo mais seja associada, como mostra o título da tese de Tiago Chagas Soares, defendida na USP: *Make it New: Hayek, Modernismo e a invenção do Neoliberalismo (1920-1950)* e o livro de Quinn Slobodian⁵, que desde as primeiras páginas, aponta Hayek como um dos maiores nomes do que seria o neoliberalismo. O alemão W.

³ Walter Lippmann é o autor de um importante livro que discute a necessidade de renovação dos princípios teóricos do liberalismo. O título do livro é *A Inquire into the principles of the good society*.

⁴ Cf. Site do Instituto Mises Brasil: <https://www.mises.org.br/>.

⁵ O livro é intitulado *Globalistas: o fim dos impérios e o nascimento do neoliberalismo*.

Röpke, menos conhecido no Brasil, associou-se a Hayek nessa empreitada de construção teórica do novo liberalismo e escreveu o importante livro: *A Humane Economy*. O autor alemão é apontado por especialistas como um dos principais responsáveis pela reconstrução da economia da Alemanha após a II Guerra Mundial. Estabelecida as questões que me trazem para este estudo, delineado o objetivo a ser atingido e tendo justificado a escolha do material, passo para a próxima etapa, que consiste em descrevê-lo, levando em conta a conjuntura e as condições nas quais foi produzido.

2.1 A descrição do material, das conjunturas e das condições de produção e de formação dos textos de renovação do liberalismo

Nesta seção, pretendo descrever as condições de produção dos textos⁶ que constituem o material desta pesquisa articulada à descrição das condições de formação do processo discursivo que procurarei estudar para a consecução do objetivo da pesquisa. Diferente do que faz Courtine (2014, p. 128 – 147), que separa essas descrições em duas diferentes seções de seu livro, procurarei proceder às descrições das condições de produção e das condições de formação numa única seção.

A noção de condições de produção (CP) consiste em ponto extensamente trabalhado por Courtine em seu *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2014). O autor faz uma crítica a essa noção tal como estabelecida por Pêcheux na AAD 69. Segundo Courtine, nesta obra, Pêcheux teria dado à noção de CP uma definição um tanto ambígua, que abrisse margem para interpretações subjetivistas de tipo psicossociológicas, nas quais o plano psicossociológico prevalecia sobre o plano histórico de determinação das CP⁷. Para o autor, esta dominância do plano psicossociológico sobre o plano histórico estaria na contramão da exterioridade do discurso em relação ao sujeito, pois ameaçava transformar as determinações históricas do discurso em meras circunstâncias em

⁶ O uso da palavra *texto* neste trabalho requer algumas observações: falo de texto para me referir aos textos que compõem o material sobre o qual me debrucei para a realização deste estudo, porém, considerarei *texto* como aquilo que constitui as sequências discursivas das quais extrairéi as formulações a serem colocadas sob análise no corpo desta tese, segundo o objetivo traçado. Essa observação é importante para que o leitor saiba que *texto* é tomado sob uma perspectiva discursiva. Nas palavras de Guimarães (1989, p. 74): “o texto é uma construção com começo/meio/fim que se constitui como um ‘cruzamento’ de discursos, de enunciados de discursos diferentes”. A partir dessa definição, penso ainda que é importante que se diga que *texto* não é considerado neste trabalho como uma escrita elaborada de forma consciente segundo a vontade de um autor, pois o que interessa à AD não é o que um indivíduo (autor) quis dizer, mas o efeito de sentido produzido pela relação do sujeito com os saberes (ideológicos) com os quais se identifica.

⁷ Cf. COURTINE. Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 49 – 54.

que interagiriam sujeitos do discurso, fazendo deste a fonte de relações de que é apenas o efeito. O sujeito da AD é um efeito do discurso, não a fonte. Não domina seu dizer nem o sentido daquilo que diz. É assujeitado/interpelado pela ideologia (processo que se realiza pela identificação) sem que disso tenha consciência.

Com base nessa compreensão crítica, Courtine efetua uma releitura da noção de CP, que será assumida neste trabalho. Para o autor, esta noção deve ser considerada no quadro de uma FD na relação com o seu interdiscurso, enquanto exterior específico dessa FD, ao qual ela está subordinada, dominada. Mais especificamente, Courtine dirá que a noção de CP deve ser considerada na análise do intradiscurso de uma sequência discursiva (*doravante* sd) e do interdiscurso da FD que domina essa sd, pois “*o estudo do intradiscurso que tal sequência discursiva manifesta é indissociável da consideração do interdiscurso da FD*”. (COURTINE, 2014, p. 84)⁸.

No esforço de efetuar sua releitura, Courtine (2014, p. 108) estabelece alguns critérios a serem observados na descrição das CP do que denomina sequência discursiva de referência (sdr), a partir da qual um analista do discurso pode proceder à organização dos elementos do *corpus* em um trabalho em AD (mais ao final desta seção, transcreverei a sdr a partir da qual organizarei o conjunto das formulações que constituirão o *corpus* desta pesquisa). Esses critérios determinam que a descrição das CP deve estar relacionada a um sujeito da enunciação e a uma situação de enunciação, ambos referidos a um determinado lugar, tomado em uma relação de lugares dentro de um aparelho, que remetem a relações de classe, mais precisamente, a um dado estado das contradições de classe em uma determinada conjuntura. Por isso, a descrição das CP deve dar conta da conjuntura, e talvez mais precisamente, da conjuntura discursiva. Esta entendida como arranjo das condições históricas do enunciável, pois deve situar a produção da sdr ante outras formulações às quais responde, se opõe, redefine etc⁹., e deve ainda situar o âmbito institucional e as circunstâncias enunciativas da produção da sdr.

Contudo, para considerar esses critérios no quadro de uma FD na relação com o seu interdiscurso, é preciso explicar que a sequencialização de formulações no intradiscurso de uma sdr se efetiva sob a dependência do processo discursivo de uma FD. E para Courtine

⁸ Interessante notar que esta citação antecipa uma posição que Courtine assumirá de forma mais explícita mais ao final do livro: “nossa pesquisa é de *dominante interdiscursiva*, centrada nas condições de formação dos elementos de saber de uma FD [...]”. (COURTINE, 2014, p. 219).

⁹ Courtine mesmo usa “conjuntura discursiva” na página 106 de seu livro. Cf. COURTINE. Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 106.

(2014, p. 100), um processo discursivo está sob a dependência do interdiscurso, o que torna necessário para o analista proceder a uma descrição das condições interdiscursivas que dominam o processo discursivo de formação, repetição e transformação dos enunciados no seio de uma FD.

Desse modo, a descrição das CP e das condições interdiscursivas (ou condições de formação do processo discursivo), articuladas, dão conta também da articulação das dimensões vertical (interdiscurso) e horizontal (intradiscurso) que constituem o discurso. Essa articulação leva em conta a dominância do interdiscurso sobre o intradiscurso, entendido como sequencialização dos objetos (enunciados) fornecidos e articulados pelo interdiscurso de uma FD, pois “é no interdiscurso [...] que se constitui o *enunciável como exterior* ao sujeito de enunciação”. (COURTINE, 2014, p. 76).

2.1.1 Descrição das CP articulada à descrição das condições de formação do processo discursivo

Começo pela descrição da conjuntura na qual se deu a produção dos textos do Colóquio Waltter Lippmann, mas não sem fazer esta observação: embora em seu livro¹⁰ Courtine tenha se referido à sdr quando elencou os critérios a serem observados na descrição das CP (ter em conta o sujeito da enunciação e situação de enunciação, referidos a um lugar determinado, considerado numa relação de lugares dentro de um aparelho, que remetem a um certo estado das contradições de classe em uma dada conjuntura; situar a produção das sdr antes outras formulações; e situar o âmbito institucional e a circunstância da enunciação), não vejo razão para não considerar esses critérios na descrição das CP dos textos que compõem o *corpus* deste estudo, razão pela qual levá-los-ei em conta nesta subseção.

Embora tenha ganhado o nome do intelectual estadunidense Walter Lippmann, que havia escrito um livro acerca da necessidade de reconstruir o liberalismo sobre novas bases teóricas, o colóquio reuniu algumas dezenas de intelectuais, em sua maioria europeus. O idealizador do evento foi o filósofo Louis Rougier, que o organizou sob a forma de sucessivas exposições por parte dos convidados, cada um dispendo de um determinado tempo para sua exposição, com todos os participantes abertos às divergências dos demais de tal forma a instituir um debate. O objetivo era reunir o maior número de intelectuais liberais possível para debater o que seriam as causas e as consequências da crise econômica que tivera início em 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova York.

¹⁰ Refiro-me às páginas 107 e 108 do livro *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2014).

A questão posta no segundo dia do evento ilustra o tema do colóquio e propunha discutir a relação da crise com o liberalismo. Conforme Mariutti (2021, p. 4), os intelectuais reunidos no colóquio tinham em comum a ideia de que o liberalismo estava em crise e já não constituía uma doutrina capaz de dar respostas aos problemas de um mundo que estaria em constante transformação, sobretudo tecnológica. Diante dessa que seria a insuficiência do liberalismo, era preciso, na concepção dos participantes, discutir sua reconstrução.

Este foi o primeiro ponto que chamou minha atenção e me atraiu para a questão de saber de que se tratava isso que estava sendo designado como o novo liberalismo, já que se defronta e se distancia do que seria um “velho” liberalismo. Este que chamei de um “velho” liberalismo, colocando-o diante do que seria esse novo liberalismo, é o que os participantes do colóquio chamaram de liberalismo clássico, que associavam ao que seria o individualismo *Laissez Faire*.

Parece-me assim possível, diante dos desenvolvimentos que sucederam a quebra da bolsa nova-iorquina em 1929, definir que a conjuntura, entendida como o arranjo das condições históricas, na qual foi realizado o colóquio, é a dos anos 1930, década marcada pelo que seriam as consequências da crise de 1929 e a falência do liberalismo como proposta capaz de fazer funcionar o capitalismo e o que seria a consequente produção da prosperidade: os problemas sociais e econômicos (cito o desemprego em massa e a inflação crescente como dois dos principais) que se impuseram nos anos 1930 põem em cena a necessidade de um novo paradigma econômico, que reordenasse e recuperasse a economia dos países capitalistas. É nessa conjuntura que emerge uma figura que despontaria como o grande economista do século XX, John Maynard Keynes: o teórico de uma doutrina que preconiza a intervenção do Estado na economia como forma de minorar o que seriam as mazelas do capitalismo. O último capítulo¹¹ de seu *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*¹², traz algumas marcas do que seria essa intervenção do Estado:

É certo que, na comunidade ideal, os homens podem ser ensinados, acostumados ou formados a desinteressar-se do jogo, mas, enquanto o homem comum, ou até uma fração importante da comunidade, estiver fortemente dependente da paixão do ganho, a sabedoria e a prudência da arte política devem permitir a prática do jogo, embora *sujeito a certas regras e limitações*. (KEYNES, 2012, n.p, grifo nosso).

E mais adiante diz:

Ao mesmo tempo, temos de reconhecer que só a experiência pode mostrar até que ponto a *vontade comum, encarnada pela política do Estado, deverá ser orientada no*

¹¹ Refiro-me ao capítulo 24, intitulado: *Notas finais sobre a filosofia social a que poderia levar a teoria geral*.

¹² KEYNES. John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012.

sentido de aumentar e suplementar o incentivo a investir. (KEYNES, 2012, n.p, grifo nosso).

Será, em parte, contra a teoria de Keynes que Hayek e Röpke dedicarão quantidade considerável de seus textos. Para estes autores, a teoria de Keynes, adotada e assumida por diversos países como capaz de solucionar os problemas oriundos da crise, punha em risco, com este *sujeito a regras e limitações*, a liberdade econômica e o futuro do próprio capitalismo. O intervencionismo do Estado na economia, caracterizado por esta *vontade comum encarada pela política do Estado, deverá ser orientada no sentido de aumentar e suplementar o incentivo a investir*, produziria distorções econômicas que acabariam conduzindo a uma crise possivelmente ainda mais grave que a que caracterizou os anos 1930.

Hazlett¹³, em comentário introdutório à entrevista que Hayek o concedeu em 1977, afirma que o filósofo austríaco se opunha tão fortemente à teoria de Keynes, que: “com a morte de Keynes em 1945, Hayek (e a teoria clássica dos ciclos econômicos) desapareceu rapidamente da opinião pública”, marcando assim o efeito da ausência de Keynes sobre a atividade teórica de Hayek: a perda de visibilidade. Röpke não fica para trás no antagonismo à teoria de Keynes. No capítulo quatro de seu *A Humane Economy*, afirma que o Estado de bem-estar, do qual Keynes é um dos maiores mentores, é um dos “cânceres de nossa economia e sociedade ocidental” (RÖPKE, 2018)¹⁴.

É, portanto, contra os textos de Keynes, contra sua teoria e, posteriormente, contra os textos do que seriam os keynesianos que Hayek e Röpke dedicam parte de seus textos teóricos, textos muitas vezes mais que propositivos, são de crítica agressiva, sobretudo da parte de Röpke. E tais críticas se dão mesmo com Keynes declarando que, com sua teoria, objetiva salvar o capitalismo:

Por conseguinte, embora a ampliação das funções do governo implicada pela tarefa de ajustar a propensão ao consumo com o incentivo ao investimento pudesse parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, *eu defendo-a, ao contrário, como o único meio exequível para evitar a destruição total das instituições econômicas atuais* e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual. (KEYNES, 2012, n.p, grifo nosso).

¹³ Cf. HAYEK, Friedrich. O caminho contrário à servidão: uma entrevista com Friedrich Hayek. [Entrevista concedida a] Thomas W. Hazlett. Los Angeles, 1977. Disponível em <<https://www.moneyreport.com.br/economia/o-caminho-contrario-a-servidao-uma-entrevista-com-f-a-hayek/>>.

¹⁴ RÖPKE, Wilhelm. Estado benefactor e inflación crónica. **Mises Institute**. 2018. Disponível em: <<https://mises.org.es/2018/12/estado-benefactor-e-inflacion-cronica/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

É a essa *ampliação das funções do governo*, da qual fala Keynes como forma de salvar *instituições econômicas atuais* da destruição, que Röpke chamará de “câncer”, pois, para o alemão, o Estado de bem-estar, que estimula o consumo, “tem uma tendência oposta e vigorosa a seguir estendendo-se” (RÖPKE, 2018), isto é, o Estado de bem-estar, para Röpke, tende na direção do que seria o socialismo, entendido como planejamento centralizado de toda a economia. Nesse sentido, segundo Hayek¹⁵, Keynes “acreditava que era, essencialmente um liberal clássico inglês e não tinha noção do quanto se afastava disso”. Desse modo, Keynes, para Röpke e Hayek, embora se dissesse um capitalista e até, nas palavras de Hayek, se considerasse alinhado à tradição do que seria o liberalismo clássico, teria produzido uma teoria anti-liberal e anti-capitalista, pois, uma vez estabelecida a intervenção do Estado na economia, esta tenderia na direção do que seria o socialismo.

Contudo, a teoria de Keynes, embora sirva de fundamento para uma política de intervencionismo estatal na economia tanto nos EUA, Europa, quanto nos países da América Latina, diante dos problemas econômicos e sociais considerados oriundos da crise deflagrada em 1929, não constitui a única preocupação de Mises, Hayek e Röpke. O aspecto político desta conjuntura também desperta preocupação por parte dos liberais, sobretudo o que eles mesmos chamavam de tendência ao nacionalismo.

A década de 1930 é marcada pela ascensão dos fascismos: Hitler, Vargas, Franco e Salazar, todos ditadores nacionalistas ascenderam ao poder em seus países nos anos 1930, isso para não falar de Mussoline, que desde de 1922 governava a Itália. Para parte dos participantes do colóquio e para Mises, Hayek e Röpke, a tendência ao nacionalismo representava uma ameaça à liberdade econômica, devido às barreiras tarifárias de tipo protecionistas que impunham às importações e exportações. Para os autores, esse tipo de política econômica impunha fortes restrições ao comércio internacional, impedindo assim uma maior e mais acelerada expansão do capitalismo.

Diante dessa preocupação com o que seria o livre comércio internacional, Slobodian (2021, n.p) chama atenção para o apego de Hayek, Mises e Röpke à noção de mercado, que o próprio Slobodian designa como fundamentalismo de mercado. Além do protecionismo, outro problema do nacionalismo seria a tendência à progressiva centralidade do planejamento da economia por parte do Estado, que iria na contramão do livre mercado e tenderia a estabelecer monopólios.

¹⁵ Cf. HAYEK, Friedrich. O caminho contrário à servidão: uma entrevista com Friedrich Hayek. [Entrevista concedida a] Thomas W. Hazlett. Los Angeles, 1977. Disponível em <<https://www.moneyreport.com.br/economia/o-caminho-contrario-a-servidao-uma-entrevista-com-f-a-hayek/>>.

O fenômeno do nacionalismo, porém, apesar de ascender nos anos 1930, extrapolou para as décadas seguintes. Os anos 1940 foram, em boa medida, marcados pela II Guerra Mundial. Os textos que os autores que elenquei acima produziram nos anos 1940 são ainda mais enfáticos e antagônicos ao intervencionismo do Estado na economia e à inflação, mas manifesta também a preocupação com as liberdades individuais, que estariam ameaçadas pela situação de crise econômica e política agravada pela guerra e pelos regimes totalitários, como ilustra as seguintes frases atribuídas a Mussoline: “Tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado” e “a verdade é que os homens estão cansados de liberdade”¹⁶. Para Hayek, os regimes totalitários e o estado de bem-estar ofereciam certa medida de segurança em forma de políticas assistencialistas, mas em troca da liberdade, inclusive a liberdade de pensamento.

Ainda no contexto da II Grande Guerra e após, com a ascensão da URSS no plano internacional, a crítica, sobretudo de Mises, mas não apenas dele, voltou-se contra o que seria o socialismo. Entre meados dos anos 1930 e meados de 1940, Hayek põe em circulação uma série de textos intitulados *O cálculo socialista I, II e III*, no qual tenta provar a impossibilidade de uma economia socialista. Em *As seis lições*, transcrição de seis palestras proferidas em Buenos Aires em 1958, Mises apresenta o capitalismo (a primeira lição) como modelo de prosperidade e o socialismo (segunda lição) como modelo de miséria. Em seu *A mentalidade anticapitalista*, Mises diz sobre o capitalismo (2013, p. 133): “O que garante aos indivíduos toda a liberdade compatível com a vida em sociedade é a atividade da economia de mercado”. E sobre o socialismo, afirma o autor:

O socialismo é impraticável enquanto sistema econômico porque uma sociedade socialista não teria qualquer possibilidade de recorrer ao cálculo econômico. Este é o motivo pelo qual não pode ser considerado como um sistema de organização econômica da sociedade. *É uma forma de desintegrar a cooperação social e gerar pobreza e caos.* (MISES, 2013, p. 135, grifo nosso).

Já Lenin, um dos principais intelectuais e líder da história do socialismo, em seu *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*¹⁷, diz sobre o capitalismo:

Precisamos agora de tentar fazer um balanço, resumir o que dissemos acima sobre o imperialismo. O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau,

¹⁶ Disponível em: < https://www.pensador.com/frases_benito_mussolini/>. Acesso em 17 fev. 2023.

¹⁷ LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap7.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. *O que há de fundamental neste processo - do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.* (LENIN, 1916, grifo nosso).

E sobre o que seria o socialismo diz Lenin (1918)¹⁸:

A democracia proletária é um milhão de vezes mais democrática que qualquer democracia burguesa. O Poder Soviético é um milhão de vezes mais democrático que a mais democrática república burguesa.

Estas citações que trago acima dão conta de um embate de ideias, teses e concepções - de política, economia e sociedade - em confronto, dão conta de uma disputa pelo prevalecimento de determinadas ideias e concepções. Passando para uma perspectiva discursiva, podemos dizer, com Pêcheux (2015, p. 19) que “o confronto discursivo” em torno das formas de designação capitalismo (para Mises, livre mercado, para Lenin, monopólio) e socialismo (para Mises, uma forma de gerar pobreza, para Lenin, uma forma de democracia), enfim a disputa pelos sentidos de socialismo e capitalismo se dá na e pela prática teórica, regulada pelo aparelho ideológico da Academia, cujos rituais modelam o debate na forma de livros, artigos em periódicos acadêmicos, entrevistas a jornais e canais de TV etc. Esse debate produz formulações que irão se confrontar numa disputa pela visibilidade e pela prevalência nos âmbitos da academia e da política.

Considero que a década de 1940 e as décadas de 1950 e 1960 marcam uma mesma conjuntura, pois são caracterizadas pelo que seriam as consequências da II Guerra: ascensão dos EUA no plano internacional, ascensão da URSS como modelo antagônico ao dos EUA estabelecendo o que ficou conhecido como Guerra Fria; política de reconstrução da Europa e instituição do padrão ouro como forma de lastrear o dólar, que substituiria a libra esterlina como moeda de reserva; keynesianismo como doutrina econômica preponderante na maioria dos países, sobretudo com enfoque na política de pleno emprego pela via do investimento público.

Essas duas conjunturas (anos 1930 e décadas de 1940, 50 e 60) determinam, em boa medida, as condições históricas e discursivas nas quais Mises, Hayek e Röpke produzem seus textos teóricos de fundamentação deste que seria o novo liberalismo e contra que teorias e teóricos eles marcam sua posição enquanto intelectuais. No quadro das conjunturas,

¹⁸ LENIN, Vladimir Ilich. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/cap02.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

procurei situar o sujeito da enunciação e a situação de enunciação nas quais os textos foram produzidos bem como o âmbito institucional nos quais foram produzidos, procurei ainda situar as condições de formação do processo discursivo a partir do confronto discursivo entre o que seria o novo liberalismo e outras perspectivas teóricas, mais especificamente, o intervencionismo de Keynes e o socialismo.

Se as formulações de Mises, Keynes, Lenin, Hayek e Röpke forem tomadas isoladamente, cada uma em seu tempo, podemos dizer que remetem a diferentes estruturas horizontais, isto é, intradiscursivas. Mas se as tomarmos enquanto dispersas no tempo e no espaço, não de modo isolado, mas como uma rede interdiscursiva de formulações inscritas em diferentes FDs, podemos dizer que remetem para uma estrutura interdiscursiva, isto é, para as condições interdiscursivas que dominam um processo discursivo¹⁹.

Mas antes de dar continuidade aos temas desta seção, penso está na hora de fazer a seguinte observação: Mises, Hayek e Röpke, autores da maioria dos textos que selecionei como materiais de pesquisa, assumiram para si, mais especificamente para suas teorias, por um curto período de tempo, de acordo com Mariutti (2021, p. 6), a forma de designação neoliberalismo para se referirem ao que seria o novo liberalismo que viriam a teorizar, mas a rejeitaram em seguida devido às diferenças entre o que seriam seus respectivos pensamentos e o pensamento dos ordoliberalistas alemães, muitos dos quais participaram do colóquio e assumiram por primeiro a forma de designação neoliberalismo.

Na totalidade dos textos que li de Mises, Hayek e Röpke, só encontrei o significante liberalismo, às vezes acompanhado de considerações que afirmam que seu liberalismo seria diferente de outros, de um antigo liberalismo, do liberalismo de Keynes etc., como nesta formulação de Hayek²⁰: “Não obstante continuarei a chamar de liberal a posição que defendo e que, acredito, difere tanto do verdadeiro conservadorismo quanto do socialismo”. Contudo no mesmo texto, Hayek especificará seu liberalismo, dizendo: “quanto mais aprendo a respeito da evolução das ideias, mais tenho consciência de que sou um impenitente *Whig* da velha guarda”²¹ e dirá ainda: “Entretanto, embora exija uma

¹⁹ Mais acima tratei do interdiscurso e do intradiscorso como dimensões que constituem o discurso, contudo, em seu *Lula lá: estrutura e acontecimento*, Indursky trata estas duas dimensões como estrutura do discurso. Cf. INDURSKY, Freda. **Lula lá: estrutura e acontecimento**. Organon, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101 – 121. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

²⁰ Cf. HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2023.

²¹ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2023.

reformulação à luz do nosso conhecimento atual”²² referindo-se ao *whighismo*, admitindo a necessidade de torna-lo novo. É esta “reformulação” ou esta que seria uma renovação/atualização do liberalismo que, penso, me autoriza a designar de (neo)liberalismo o esforço teórico de reconstrução, por parte dos autores acima citados, do que seria o liberalismo sob novas bases teóricas. Com esta forma de designação pretendo dar certa especificidade ao que seria o (neo)liberalismo de Mises, Hayek e Röpke diante de outros neoliberalismos, erigidos a partir de outros fundamentos teóricos.

2.1.2 Um olhar sobre o discurso teórico

Voltando aos assuntos da seção, com essa descrição do material, das conjunturas e das condições de formação dos textos (neo)liberais de Mises, Hayek e Röpke que apresento acima, procuro pôr em cena, com o auxílio de Althusser (2017), o discurso teórico para, sobre ele, lançar um olhar que me permita traçar algumas de suas características.

Althusser (2017), tratando de dificuldades próprias do que denomina discurso teórico, apresenta duas definições deste: uma em sentido amplo e outra em sentido estrito. A definição em amplo sentido será a que adotarei para caracterizar o discurso teórico nesta tese. Segundo o autor (2017, p. 89), “podemos dizer que um discurso teórico pode, consoante o seu nível, referir-se quer a objetos abstratos e formais, quer a objetos concretos e reais”.

Não convém aqui adotar a definição em sentido estrito pelo seguinte motivo: sobre o discurso teórico em sentido estrito, o autor francês diz (2017, p. 90), “convirá chamar discursos teóricos, ou *teoria, em sentido estrito*, aos discursos referentes a objetos formais-abstratos”, mas o faz como forma de afirmar a importância de entender que, para uma interpretação dos textos de Marx que leve em conta o caráter revolucionário de sua obra, é preciso ter sempre em mente a necessidade de “resistir às tentações do empirismo, para o qual apenas existem objetos reais-concretos.” (ALTHUSSER 2017, p. 93). Ou seja, para uma interpretação não empirista, portanto, não ideológica (pois Althusser afirma que empirismo e humanismo são ideologias do Ocidente) da obra de Marx, é preciso que, ao ler os escritos deste filósofo, o leitor tenha em mente que, nos livros teóricos, Marx ilustra sua teoria com exemplos de objetos reais-abstratos sem confundir, contudo, objetos formais-abstratos com objetos reais-concretos e sem, principalmente, cair no empirismo, o que me autoriza a dizer

²² HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2023.

que a definição althusseriana de discurso teórico em sentido estrito é feita sobretudo para referir-se às dificuldades do trabalho teórico acerca dos princípios do marxismo.

Como os textos dos autores selecionados como material nada têm a ver com marxismo, não é possível adotar a definição em sentido estrito, porém nada impede a adoção da definição em sentido amplo, visto que os textos de Mises, Hayek e Röpke se debruçam em boa medida sobre objetos formais abstratos e sobre objetos reais concretos. Além disso, o uso de um método de investigação teórica, formulado por Mises, denominado *praxeologia*, também auxilia a caracterização do material como discurso teórico.

Contudo, apesar de já ter levado em consideração na descrição acima, é importante salientar que os textos de Mises, Hayek e Röpke não constituem apenas escritos que estabelecem uma teoria de forma afirmativa, marcando um posicionamento teórico. Esses textos são também escritos contra outras teorias, como modo de antagonizar com teorias (refiro-me às teorias de Keynes e de Marx) que, para esses autores, dominavam as conjunturas que descrevemos acima.

Estas características dos textos teóricos de Mises, Hayek e Röpke: reelaboração teórica do liberalismo ante o desgaste do que seria o liberalismo clássico; e teorização do liberalismo pelo antagonismo a outras teorias, sobretudo pelo antagonismo ao keynesianismo e ao socialismo marxista faz com que sejam recorrentes formulações nas quais se especifica a definição de determinados objetos teóricos ante outros: é desta liberdade e não de outra que estou falando; é a esta liberdade e não a outra que me refiro; é a esta tradição liberal a qual me filio, não a outra, é este individualismo que defendo e não outro etc. E faz também com que sejam frequentes formulações na quais se estabelece o antagonismo entre correntes teóricas: como por exemplo: liberdade *versus* segurança, que acabam jogando com a conjunção disjuntiva ou exclusiva *ou*: liberdade ou segurança; individualismo ou coletivismo; planejamento centralizado ou planejamentos individuais; intervencionismo ou livre mercado, etc.

Esse antagonismo também se manifesta recorrentemente sob a forma de acusações ou comparações, como por exemplo: os marxistas são [...] e os marxistas, em tal aspecto, são como os nazistas, como no texto intitulado *O que os nazistas copiaram de Marx*²³, falando do que seriam práticas comuns entre marxistas e nazistas. Essas recorrências que identifiquei nos textos de Mises, Hayek e Röpke me levam a expor esquematicamente, e o faço inspirado em

²³ Cf. MISES, Ludwig von. O que os nazistas copiaram de Marx. **Mises Brasil**. Disponível em: <<https://mises.org.br/article/1518/o-que-os-nazistas-copiaram-de-marx>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

Courtine²⁴, as formas sintáticas das formulações ou das reformulações possíveis de formulações que privilegiarei para a análise, que resumo esquematicamente sob estas quatro formas: X é Y ou X é Y, não Z; X ou Y; Y é X e *assim como* X é Y. Entendo que essas formas sintáticas, por sua recorrência nos textos que compõem o *corpus*, constituem um sinal, de certo modo, a marca mesmo de um funcionamento discursivo.

Com base em Courtine (2014, p. 107 - 108), organizarei a análise das formulações a partir de uma sdr, que servirá de ponto de referência. A sdr escolhida foi enunciada por Walter Lippmann no primeiro dia do colóquio que ganhou seu nome:

Sdr: É por isso que sabemos que o que nos preocupa é algo mais durável, mais universal e mais profundamente humano do que as fórmulas doutrinárias do liberalismo do século XIX. E é por isso que erramos toda vez que aderimos a uma das numerosas seitas liberais. Toda vez que confundimos a causa da liberdade com doutrinas como a da lei natural, a da soberania popular, dos direitos do homem, do governo parlamentar, do direito de autodeterminação dos povos, do *laissez-faire* ou do livre comércio. Esses são conceitos que os homens usaram em certos momentos e sob certas circunstâncias históricas. Frequentemente, eles serviram para forjar e ganhar uma parcial emancipação. Mas eles não têm sido a causa primária ou a força motriz, e o destino da liberdade não está ligado a nenhuma das teorias liberais. É por isso que devemos nos reservar o direito de revisar as premissas de todas as teorias liberais e de não conceder a nenhuma delas um valor dogmático e definitivo (REINHOUEY & AUDIER, 2018, p. 104, tradução nossa).

Esta sdr foi extraída do texto de Walter Lippmann, proferido em forma de palestra por ocasião da abertura do colóquio. O texto foi exposto aos demais participantes como forma de abrir o colóquio e de modo a apresentar diretrizes para o debate que seria travado nos dias seguintes do evento. Será a partir dessa sdr que organizarei as formulações a serem analisadas.

A sdr põe em cena, na forma de uma agenda ou de um programa - que antecipa, de certo modo, os textos de Mises, Hayek e Röpke produzidos após o colóquio - o que seria a necessidade do empreendimento teórico de reformulação do liberalismo (*devemos nos reservar o direito de revisar as premissas de todas as teorias liberais e de não conceder a nenhuma delas um valor dogmático*). O que estaria em jogo seria a construção de um novo liberalismo totalmente reformulado, atualizado, condizente com as mudanças que teria feito capengar o liberalismo clássico, muito associado nos textos apresentados no colóquio ao que seria o individualismo *laissez faire*, como manifesta a formulação enunciada por John Bell Condlife: “O *laissez-faire* é uma filosofia negativa. Deve ser complementado por medidas positivas [...]” (REINHOUEY & AUDIER, 2018, p. 144, tradução nossa). É diante dessa

²⁴ Cf. COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

filosofia negativa que emerge o que seria a necessidade de *medidas positivas*, de um liberalismo mais propositivo. Isso porque o liberalismo clássico, associado ao *laissez faire* tem bases teóricas fundadas na natureza humana, no direito natural à propriedade, na vida como direito natural inviolável, na lei natural etc.

John Locke, considerado o pai do liberalismo, expõe todos estes conceitos no seu *Segundo tratado sobre o governo civil*. Segundo Locke (2021, p. 70):

Na realidade, Deus deu a terra aos homens e lhes ordenou obedecer e honrar seus pais; não conferiu aos pais nenhum poder de vida e de morte. O homem possui portanto uma liberdade natural. Todos aqueles que compartilham a mesma natureza, as mesmas faculdades e os mesmos poderes são iguais por natureza e devem participar dos mesmos direitos e privilégios comuns. (LOCKE, 2021, p. 70).

Para parte considerável dos participantes do colóquio, as premissas da lei natural e da liberdade natural já não davam conta de dar respostas às questões postas por um mundo que sofrera muitas e muitas vezes abruptas mudanças, como as impostas pela crise de 1929 e pela II Grande Guerra. Para Lippmann e para os demais participantes do colóquio, no mundo marcado por estes acontecimentos já não haveria espaço para teorias político-econômicas fundadas no estado de natureza e no direito natural, que preconizavam da parte dos liberais, políticas negativas, de remoção dos obstáculos que poderiam dificultar a lei da natureza a transcorrer na direção da prosperidade, já que a natureza, a lei natural, conduziria, segundo Locke, a sociedade política à prosperidade pelo trabalho, fundado no direito à propriedade. É diante dessa atitude negativa, que se fiava na ação humana espontânea em harmonia com as leis da natureza, que Lippmann enuncia o que seria a reconstrução do liberalismo sobre novas bases, que deveriam ser capazes de levar as ações dos liberais a serem mais propositivas e afirmativas.

Contudo, antes de prosseguir com as análises das formulações, é preciso dar conta de um dispositivo que me permita chegar à consecução do objetivo traçado acima, pois, descrito o material, suas marcas de funcionamento, tendo chegado às formas sintáticas recorrentes nos textos que constituirão o *corpus* de pesquisa e definida a sdr, parece-me chegada a hora de construir um dispositivo teórico-analítico que permita, pelo gesto analítico, chegar à consecução do objetivo traçado.

2.2 Arquetetando um dispositivo teórico-analítico

Uma das características mais marcantes da Análise do Discurso é não possuir um método pronto e acabado de pesquisa, mas exigir do analista o esforço de construção de um dispositivo teórico-analítico condizente com os objetivos estabelecidos a partir do gesto leitor que o leva à definição de tais objetivos.

Na primeira parte deste capítulo, defini como objetivo da pesquisa a tarefa de determinar se o (neo)liberalismo constitui um acontecimento discursivo ou enunciativo e de definir a FD na qual este (neo)liberalismo se inscreve. Esse objetivo me leva a problematizar o acontecimento e sua relação com o enunciado e com a noção de FD.

Para situar o acontecimento, volto à sdr. Na perspectiva teórica da AD a qual me filio, o acontecimento não se confunde com um fato empírico, mas consiste num fato histórico, resultado de uma interpretação. Como diz Veyne (1998, p. 19), a história é *diegesis* e não *mimesis*, isto é, é uma narrativa e como tal consiste numa interpretação de acontecimentos, o que está em consonância com o que diz Pêcheux em *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (2015, p. 42): é preciso encarar “o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo”. Na mesma obra o autor diz ainda que “o enunciado ‘On a gagné’ [‘Ganhamos!’]” está “apegado ao acontecimento” (PECHEUX, 2015, p. 21), o que me leva a considerar que a sdr que trago para organizar este trabalho está apegada à interpretação de Lippmann e dos demais participantes do colóquio ao acontecimento histórico da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. Este acontecimento foi o que os levou a enunciar o que seria o declínio do liberalismo, como na questão debatida num dos dias do colóquio: “é o declínio do liberalismo inevitável [...]”²⁵ e igualmente levou Lippmann a enunciar o que seria *o direito de revisar as premissas de todas as teorias liberais*.

Assim, diante da questão de saber se o esforço teórico de reconstrução do liberalismo consiste num acontecimento discursivo ou num acontecimento enunciativo, vou me referir à sdr como acontecimento de linguagem, enquanto enunciação, que, como diz Pêcheux, está apegado ao acontecimento histórico, bem como estarão apegadas a acontecimentos históricos as formulações que darão corpo a este trabalho e dão corpo ao (neo)liberalismo, todas produzidas numa das duas conjunturas que descrevi acima.

Lanço mão de *acontecimento de linguagem* também como forma de evitar qualquer antecipação da resposta da questão de saber se o novo liberalismo constitui um acontecimento discursivo ou enunciativo, pois nem toda enunciação, nem toda formulação constitui um acontecimento discursivo ou enunciativo. Também considero interessante o uso de

²⁵ REINHOUE, Jurgen; AUDIER, Serge, **The Walter Lippmann Colóquium: The Birth of Neo-Liberalism**. Londres. Palgrave Macmillan, 2018. p. 119. *E-book*.

acontecimento de linguagem como modo de distinguir a sdr do acontecimento histórico ao qual está apegada.

Ainda situando o acontecimento, é preciso trazer para a consideração que a noção de acontecimento, tal como nos moldes da AD, está, ou ao menos pode estar²⁶, articulada à noção de FD, tal como definida por Pêcheux, que a toma emprestado da *Arqueologia do Saber*, de Foucault, mas que a remodela conforme suas exigências teóricas. Meu objetivo me leva a lançar mão da articulação entre acontecimento e FD, pois tomo essas noções como interligadas e entendo que a questão de saber se um acontecimento é enunciativo ou discursivo, ao invés de proceder a partir do acontecimento discursivo como ponto de partida, conduz à outra questão: a de saber se o acontecimento tomado como objeto constitui ou não uma nova FD.

A relação entre acontecimento e FD é uma relação de domínio: toda enunciação, toda formulação e todo enunciado, todo dizer está sob o domínio de uma FD. Para Pêcheux a noção de FD está articulada à de formação ideológica (FI). O autor define FI como um elemento que constitui “um conjunto complexo de atitudes e representações [...] que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras” (HAROCHE et al., 2020, p. 33 – 34). Assim definidas, as FI comportam como um de seus componentes “uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (HAROCHE et al., 2020, p. 34), o que, de acordo com Courtine (2014, p. 73), “equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas”. Desse modo, penso poder dizer que todo acontecimento de linguagem é produzido no interior de uma FD, que determina o seu sentido, cabendo, portanto, ao analista do discurso determinar, pela análise, se o acontecimento de linguagem que toma por objeto consiste num acontecimento discursivo ou enunciativo.

Tendo em conta que, em AD, nenhum acontecimento de linguagem pode ser dissociado de um sujeito falante, a relação entre acontecimento e FD conduz à relação entre sujeito e FD. É no seio de uma FD que se dá o assujeitamento do sujeito. Conforme Pêcheux (2014, p. 161 - 162), referindo-se aos esquecimentos 1 e 2, em capítulo que intitula *A forma sujeito do discurso*, nenhum sujeito falante pode se encontrar fora do domínio de uma FD. E ainda: é no interior da FD que o domina que o sujeito selecionará “*um enunciado, forma ou*

²⁶ Minhas leituras de textos de J. Guilhaumou me levam a ter de admitir que há autores que trabalham a noção de acontecimento sem levar em consideração a noção de FD.

sequência, e não outro”. Contudo, no mesmo capítulo, Pêcheux concebe a FD como uma fronteira mais maleável, fluida por assim dizer.

É neste ponto, onde a noção de FD é concebida como uma fronteira (“que determina o que pode e deve ser dito”) não totalmente fechada, mas porosa, que Indursky (2008) atua para operar a distinção entre acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo a partir da relação entre sujeito e FD. Segundo a autora, o sujeito – embora “duplamente afetado. Pessoalmente e socialmente. Na constituição de sua psiquê, este sujeito é dotado de inconsciente. E, em sua constituição social, ele é interpelado pela ideologia” (INDURSKY, 2008, n.p) – pode modalizar a *tomada de posição*.

Concebendo a FD, com Pêcheux, como um “domínio de saber, constituído de enunciados discursivos, que representa um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito” (INDURSKY, 2008, n.p), Indursky afirma que Pêcheux, em dada altura de seu *Semântica e Discurso*, relativiza a noção de *tomada de posição*. Para a autora, o sujeito possui certa margem para modalizar sua relação com a forma sujeito da FD que o domina, podendo essa modalização se dar sob a forma da superposição (primeira modalidade), na qual o sujeito do discurso se identifica plenamente com o sujeito universal da FD; da contra-identificação (segunda modalidade), que produz tensão na e sobre a forma sujeito e consiste na modalidade sob a qual o sujeito se identifica com reservas, ressalvas, dúvidas e questionamentos. Esta modalidade instaura a diferença e a divergência no âmbito de uma FD; e ainda da modalidade da desidentificação, entendida como desidentificação do sujeito com os saberes de uma determinada FD, o que consiste numa migração do sujeito de um domínio de saber para outro. “Quando o sujeito do discurso desidentifica-se com uma determinada FD é porque, de forma inconsciente, ele já está identificado com outro domínio de saber” (INDURSKY, 2008, n.p).

Esse modo de compreender a relativização da *tomada de posição* permite a Indursky chegar ao ponto de dizer que o sujeito goza de certa liberdade, não se referindo à liberdade de fazer o que quer ou dizer o que quer, mas à liberdade de modalizar sua *tomada de posição* ante os saberes com os quais se identifica. É a relativização da tomada de posição e as consequentes modalidades de tomada de posição que autorizam a autora dizer que, nesta altura de sua teoria, Pêcheux passa a dotar a FD de fronteiras porosas, que permitem a penetração de outros saberes, instituindo assim o divergente, o diferente e chegando até o ponto mesmo da desidentificação com determinados saberes e consequente identificação com outros saberes, dito de outro modo, a desidentificação pode ser entendida como uma ruptura em relação a um domínio de saber já existente.

É precisamente esta ruptura que dá lugar ao que Pêcheux (2015) chamou de acontecimento discursivo. Para Indursky (2008, n.p), o acontecimento discursivo instaura uma nova FD. Todo acontecimento discursivo irrompe a partir da

ruptura com uma formação discursiva historicamente instituída, desidentificação da forma sujeito que organiza os saberes do referido domínio de saber e o surgimento de uma nova FD e de uma nova forma sujeito, o que provoca necessariamente movimentação e reordenamento dos sentidos (INDURSKY, 2008, n.p).

Esta definição provoca na autora o seguinte questionamento: quando uma movimentação dos sentidos dentro de uma FD ocorre sem que haja desidentificação com a forma sujeito, que tipo de movimento se institui? A resposta é a seguinte: O sujeito pode se distanciar de determinados saberes de uma FD sem, com isso, produzir uma ruptura com o domínio de saber que constitui uma FD, distanciando-se parcialmente de um domínio de saber. Este distanciamento parcial, marcado pela divergência e pela diferença do sujeito com relação a certos elementos de saber de uma FD consiste na contra-identificação, que instaura o acontecimento enunciativo²⁷. Se a desidentificação está na origem de novos sentidos, não possíveis no seio de uma determinada FD, assim instaurando um novo domínio de saber, a contra-identificação apenas introduz num determinado domínio de saber, novas formas de lidar com alguns dos elementos de saber que constituem esse domínio de saber.

Esse modo de Indursky conceber o acontecimento enunciativo vai ao encontro da concepção de acontecimento enunciativo de Eduardo Guimarães, no texto *Enunciação e História*, de 1989. Neste texto, o autor (1989, p. 78) define o acontecimento enunciativo como “o acontecimento sócio-histórico da produção de enunciados”, no qual o repetível entra em contato com o novo, específico em um dado ponto no tempo, devido a sua relação com uma FD. Assim, “no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor o repetível ao novo”, sendo que, pelo que há de novo, o acontecimento enunciativo pode levar até mesmo a uma

²⁷ Volto a me justificar com relação ao uso de *acontecimento de linguagem*. Com base na modalidade da identificação que Indursky (2008, n.p) denominou superposição, aquela na qual o sujeito se identifica com os saberes da FD que o domina, da qual tratei mais acima, penso poder dizer que todo acontecimento de linguagem, entendido como todo dizer, toda enunciação, toda formulação, em uma palavra, toda sequencialização é produzida sob o domínio de uma FD, mas nem todo acontecimento de linguagem consiste num acontecimento discursivo ou enunciativo. No caso específico deste trabalho, faço uso de *acontecimento de linguagem* como forma de evitar antecipar algo que só estarei autorizado a dizer por meio do gesto analítico das formulações, o que farei mais adiante, a saber, se o que seria a renovação teórica do liberalismo consiste num acontecimento discursivo ou enunciativo.

transformação nas FDs, o que cria espaço para novos enunciados e até, segundo o autor, novos signos²⁸.

Para Guimarães (1989, p. 74), “uma unidade lexical só existe se existe um enunciado em um domínio de enunciados”, dito de outro modo, abrangendo o léxico e a sintaxe, todo signo, sintagma, proposição ou frase são constituídos pelos enunciados, escrito no plural porque o autor considera que é próprio da existência dos enunciados a relação com outros enunciados, não podendo existir um enunciado isolado, portanto, todo enunciado existe num domínio de enunciados, isto é, numa FD. É numa determinada FD que se dá a instauração do acontecimento enunciativo porque é no seio de uma FD que os enunciados são produzidos e, agora relacionando o texto de Guimarães ao de Indursky, a produção do novo, de novos enunciados vai movimentando a fileira dos sentidos de uma FD sem, com isso, provocar uma ruptura com esta. É neste ponto que julgo que o texto de Guimarães encontra o de Freda e os textos de ambos encontra o de Courtine, ao relacionar acontecimento, enunciado e FD.

Como tanto a desidentificação, que instaura uma nova FD e consiste num acontecimento discursivo quanto a contra-identificação, que movimenta os sentidos sem com isso marcar uma ruptura com uma FD, e consiste no acontecimento enunciativo se dão em relação com uma FD determinada, vejo diante dos objetivos traçados neste estudo, a necessidade de nomear provisoriamente a FD com a qual os intelectuais que participaram do Colóquio Walter Lippmann, bem como especificamente Mises, Hayek e Röpke se identificam, ao menos até o acontecimento histórico do colóquio, de FD do liberalismo, considerando, para isso, que até o evento de 1938, a forma de designação neoliberalismo ainda não era nem assumida nem empregada pela maior parte dos que participaram do colóquio. Além disso, conforme Mariutti (2021, p. 3), quando Rougier convidou aqueles que viriam a participar do evento, o fez com o objetivo explícito de estabelecer uma discussão que desembocasse no que seria uma renovação do liberalismo. Diante disto, penso poder dizer que a ideia de uma renovação do liberalismo só amadureceu a partir do colóquio, não antes.

Será a partir da FD do liberalismo que me colocarei na tarefa de determinar se a sdr e as formulações extraídas de textos produzidos por Mises, Hayek e Röpke após o colóquio, que serão organizadas a partir da sdr, constituem uma nova FD e, portanto, consiste num acontecimento discursivo ou se consistem numa divergência com determinados

²⁸ Guimarães (1989, p. 75), divergindo de Foucault na *Arqueologia* (obra na qual coloca que a proposição, a frase, o sintagma etc. são constituídos pelos enunciados), afirma que “os signos, eles próprios, são constituídos pelos enunciados”.

elementos de saber da FD do liberalismo, que instaura um acontecimento enunciativo. Dito de outro modo, coloco-me na tarefa de determinar, a partir de uma forma de *corpus* que reúne um conjunto de formulações que ilustra o processo discursivo, entendido com Pêcheux (2014, p. 148) como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos”, se o (neo)liberalismo é um acontecimento discursivo e instaura uma nova FD ou um acontecimento enunciativo, que provoca apenas uma certa movimentação na fileira dos sentidos da FD do liberalismo, sem com isso produzir uma ruptura.

Para a consecução desta tarefa, se faz necessário ainda situar a relação do enunciado com o acontecimento e com a FD. Quando Pêcheux (2015, p. 16) define o acontecimento discursivo como o encontro entre uma atualidade e uma memória, o faz a partir de um enunciado (Ganhamos!), porém, as questões que me trazem para esta pesquisa e as tarefas que se me impõem a partir delas, levam-me a um movimento analítico diferente, que tomo emprestado de Courtine. Este autor (2014, p. 73), situando o discurso no entrecruzamento de uma dimensão vertical (interdiscurso) e horizontal (intradiscurso), chama atenção para a necessidade de “admitir que o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD *não é dissociável* do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso”, pois “é no interdiscurso de uma FD, como articulação contraditória de FD e de formações ideológicas, que se constitui o *domínio do saber* próprio a esta FD” (COURTINE, 2014, p. 99). Este *domínio de saber* funciona como princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações, assim como princípio de exclusão, dito de outra forma, o domínio de saber, determina o que pode e deve ser dito, bem como o que não pode e não deve ser dito.

Pois bem, o domínio de saber de uma FD é constituído por um conjunto de elementos de saber, que Courtine (2014, p. 100) identifica ao enunciado, isto é, os elementos de saber que constituem o domínio de saber próprio de uma FD são os enunciados, definidos como “uma forma ou esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações”. Uma rede de formulações consiste num conjunto de formulações possíveis de enunciados. Assim, é pelos enunciados, enquanto forma geral que preside a repetibilidade, enquanto “forma indefinidamente repetível”, diz Courtine (2014, p. 100), que se pode descrever a constituição em uma rede de um conjunto de formulações dispersas dentro de uma FD, o que abre possibilidade para um percurso analítico inverso: pode-se, a partir de um conjunto de formulações em rede buscar levantar os enunciados, isto é, os elementos de saber de uma FD. É por esta via que espero, ao final deste estudo, poder dizer se o (neo)liberalismo

é um acontecimento discursivo ou não e, conseqüentemente, se faz ou não surgir uma nova FD. A partir da sdr acima transcrita, organizarei as formulações que me permitirão levantar uma parcela dos enunciados que constituem o domínio de saber da FD na qual está inscrito o (neo)liberalismo.

Este procedimento, contudo, impõe uma questão: como e com base em que pode-se identificar e distinguir um enunciado de uma formulação? É novamente Courtine (2014, p. 101) que dá uma resposta:

Grafaremos [e] uma *formulação*, isto é, uma seqüência linguística (de dimensão sintagmática inferior, igual ou superior a uma frase) que é uma reformulação possível de [E] (enunciados) no seio de uma R[e] (rede de formulações) e que vem marcar a presença de [E] no intradiscurso de uma seqüência discursiva dominada por uma FD, na qual [E] é um elemento do saber.

Esta passagem corrobora a questão que levantei acima: se uma formulação é uma reformulação possível de um enunciado no seio de uma rede de formulações, com base em que diremos que uma formulação consiste ou não num enunciado? Segundo Courtine (2014, p. 100 – 102), o interdiscurso de uma FD é o lugar dos elementos de saber (enunciados), de articulação dos enunciados que constituem uma FD e a formulação teria lugar no intradiscurso, entendido como lugar onde se realiza a sequencialização/horizontalização dos enunciados (elementos de saber). Desse modo, para o autor é “crucial, na análise das FDs, distinguir o nível do enunciado e da formulação, assim como produzir sua articulação, na qual se constituem o discurso e o sujeito” (COURTINE, 2014, p. 96). Mas ainda assim a questão persiste e a resposta para ela é marcada pelo aspecto da temporalidade: relacionando a noção de enunciado à de memória discursiva: “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado” (COURTINE, 2014, p. 105 – 106), Courtine afirma que os enunciados existem no tempo longo de uma memória, enquanto as formulações são consideradas no tempo curto de uma enunciação, assim distinguindo com mais especificidade o nível do enunciado e da formulação.

Penso que essa distinção exige do analista, no momento do procedimento de análise de uma formulação, ter sempre em mente se a formulação sob análise consiste ou não num enunciado, tomado como um saber ligado à repetição, isto é, como um saber conjunturalmente reformulado pela formulação, o que, no meu caso, parece-me exigir ter sempre em mente a questão de saber se a formulação sob análise consiste ou não em algo que poderia ser dito no interior da FD do liberalismo ou se, ao contrário, só poderia ser dito sob o domínio de outra FD.

Será, portanto, com base nesse dispositivo teórico que acabo de montar, que procederei às análises das formulações (que doravante, diferente de Courtine, grafarei f) extraídas de sequencias discursivas que constituem o *corpus* desta pesquisa.

3 LIBERALISMO. O NOVO OU O DE SEMPRE?

“Tudo é igual!” e “Tudo retorna!” Mas o Tudo é igual e o Tudo retorna só podem ser ditos onde a extrema ponta da diferença é atingida.

Gilles Deleuze (1968)

No capítulo primeiro, busquei estabelecer as questões e os objetivos que me trouxeram para este trabalho, bem como descrever o material e montar um dispositivo teórico analítico condizente com os objetivos. Neste capítulo, passo a fazer as análises das formulações que extrairei de sequências discursivas de Mises, Hayek e Röpke. Essas formulações serão organizadas a partir da sdr, exposta no capítulo primeiro.

A rede de formulações que pretendo organizar e analisar a partir deste capítulo representa o processo discursivo da FD na qual está inscrito o (neo)liberalismo. A partir da análise das formulações, pretendo levantar os elementos de saber (enunciados) que constituem esta FD a fim de determinar se o (neo)liberalismo consiste num acontecimento discursivo e, assim, instaura uma FD ou se consiste num acontecimento enunciativo que apenas produz certa movimentação nas fileiras do sentido da FD que denominamos provisoriamente no capítulo anterior de FD do liberalismo.

Este objetivo, a ser alcançado pela via do gesto analítico, leva em consideração que o interdiscurso, entendido com Courtine (2014, p. 100), como processo de reconfiguração²⁹ incessante dos saberes de uma FD, intervém para constituir um processo discursivo que, no caso deste estudo, será representado pela rede de formulações que passo a organizar e analisar.

Ainda, como disse no capítulo anterior, durante a leitura dos textos de Mises, Hayek e Röpke, deparei-me com algumas regularidades, uma delas caracterizada pela necessidade destes autores de definir conceitos para estabelecer a distinção entre o que seria a reconstrução do liberalismo operada por eles e outras reformulações do liberalismo, bem como marcar a diferença entre a teoria que estavam formulando e as teorias com as quais estabeleciam relação de antagonismo.

²⁹ Cf. PÊCHEUX, Michel. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. 4 ed. In: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editora, 2015. p. 143 – 146. Neste texto, Pêcheux escreve algumas frases e parágrafos que corroboram a definição de Courtine.

No presente capítulo, procurarei privilegiar as formulações nas quais os autores acima citados buscam definir conceitos e posições. Antes, porém, é preciso dar uma palavrinha sobre um procedimento caro à AD, pelo qual procederei às análises daqui em diante: a paráfrase discursiva. E aqui coloco-me, ou pelo menos tento colocar-me, ao lado de Pêcheux (2015, p. 131) na sua brava resistência ao projeto neopositivista de uma semântica universal não ambígua.

Na AAD 69, Pêcheux & Fuchs desenvolvem a noção de paráfrase discursiva associando paráfrase, substituição e sinonímia. A paráfrase discursiva estaria, conforme estes autores, baseada na identidade semântica entre duas formulações, aqui entendida como a repetição do idêntico. Contudo, essa identidade semântica não seria redutível, em todos os casos, à mera equivalência, o que colocou para Pêcheux & Fuchs a necessidade de destacar dois tipos de substituição: as substituições simétricas e as substituições orientadas.

Nas substituições simétricas, A e B, para usar o exemplo de Pêcheux & Fuchs (2014, p. 219), mantêm uma relação de equivalência semântica de tipo dicionário: A é uma metáfora adequada de B e vice-versa, em outras palavras, haveria entre ambos uma relação de simetria.

Nas substituições orientadas, não há equivalência semântica entre A e B, mas é possível “passar de um a outro, deduzir um do outro. Em outros termos, A e B estão numa relação que, em seu nível mais geral, pode ser qualificada de *metonímica*” (Pêchex & Fuchs, p. 219, grifo do autor).

Courtine, no entanto, (2014, p. 189 – 190) chama atenção para a ausência da definição de critérios capazes de determinar as “orientações” entre comutáveis, isto é, critérios que guiassem a passagem de A para B, “de um a outro”. Para este autor, a noção de paráfrase discursiva deve ser tomada considerando a “articulação de processos discursivos no interdiscurso vindo determinar, enquanto elemento exterior específico, a configuração de paráfrase discursiva no interior de um processo dado”. Dito de outro modo, para Courtine, a paráfrase discursiva consiste num procedimento, cuja configuração depende do interdiscurso enquanto elemento exterior que a determina no seio de um dado processo discursivo.

Parece-me que, para fundamentar essa relação de dependência que a paráfrase discursiva tem com o interdiscurso, Courtine se vale de uma passagem de Paul Henry, extraída do artigo *Construções relativas e articulações discursivas*, publicado originalmente no número 37 da revista *Langages* em 1975 e traduzido para o português e publicado no *Cadernos de Estudos Linguísticos* da UNICAMP em 1990. Segundo Henry (1990, p. 59):

É preciso ser claro sobre este ponto. A noção de paráfrase discursiva é uma noção “contextual” no sentido de que as paráfrases discursivas dependem das condições de produção e de interpretação, ou seja, das formações discursivas diversas às quais o discurso pode estar relacionado para nelas produzir o sentido.

Penso poder então, a partir desta citação de Henry, dizer que a paráfrase discursiva, que depende das formações discursivas diversas às quais o discurso pode estar relacionado para produzir sentido, mantém também relação de dependência com o interdiscurso enquanto exterioridade que intervém para determinar o processo discursivo de uma FD. Este modo de entender a paráfrase discursiva enquanto “noção contextual”, que depende de uma FD tomada na relação com o seu interdiscurso, aponta para o fato deste procedimento não se realizar apenas com base no princípio de identidade semântica, mas levando em conta outras possibilidades, como faz o próprio Courtine em seu *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2014, p. 190), que analisa formulações extraídas de processos discursivos heterogêneos um em relação ao outro, portanto, de FDs distintas (da FD comunista e da FD católica), levando em consideração a *conjunção* do idêntico e do contraditório. Seguindo Courtine, neste estudo, tomarei a paráfrase discursiva enquanto procedimento a ser realizado levando em conta as relações de sinonímia, de substituição entre comutáveis, mas também levando em consideração outros princípios que regulam o deslizamento dos sentidos.

3.1 Liberalismo? Que liberalismo?

Aproveito as questões trazidas pelo subtítulo para começar por uma formulação já citada acima, na qual Hayek define o que seria a posição liberal ou, ao menos, o que seria seu liberalismo ante o conservadorismo e ante o socialismo, sob a forma sintática X é Y, não Z. Seja:

f.1: Não obstante, continuarei, por enquanto, a chamar de liberal a posição que defendo e que, acredito difere tanto do verdadeiro conservadorismo quanto do socialismo³⁰.

Como disse anteriormente, Hayek, bem como Mises e Röpke, assumiram provisoriamente a forma de designação neoliberalismo, mas a abandonaram, passando a usar sempre a palavra liberalismo para se referir às suas concepções teóricas. Segundo Mariutti

³⁰ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2023.

(2021, p. 6), “o termo neoliberalismo deixou deliberadamente de ser utilizado” por estes autores a partir da fundação da Sociedade Mont Pelerin³¹, em 1947, como modo de distinguir suas concepções de outras que também pretendiam refundar o liberalismo (mais precisamente Mariutti se refere ao ordoliberalismo) sobre novas bases teóricas. Há aí uma negação da forma de designação neoliberalismo, ou seja, Hayek, Mises e Röpke passam a não mais se reconhecer como neoliberais, mas como liberais, retomando a designação usual anterior ao Colóquio de 1938.

No artigo *Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação*, publicado em 1990³², Indursky denomina esta forma de negação de denegação discursiva. Segundo a autora, o termo denegação provém da escola psicanalítica francesa e designa uma forma do sujeito “mascarar aquilo que, por ter sido censurado pelo superego e recalcado no inconsciente, não lhe é facultado dizer” (INDURSKY, 1990, p. 118). Trata-se de um enunciado negativo que se contrapõe a um enunciado afirmativo. Passando da perspectiva psicanalítica para a discursiva, Indursky propõe a seguinte definição de denegação discursiva:

Proponho que se considere **denegação discursiva** aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso. Ou seja, a **denegação discursiva** relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona. [...] Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso, mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa. (INDURSKY, 1990, p. 120, grifo do autor).

Para a autora da citação, a denegação discursiva é a negação de algo que pode ser dito pelo sujeito da enunciação, mas que, por razões conjunturais, é negado, dito de outro modo, aparece apenas negativamente. O sujeito não reconhece um elemento de saber próprio da FD que o afeta, fazendo com que este saber permaneça recalcado na FD. “Não os podendo formular em seu discurso”, diz Indursky (1990, p. 120), “sua emergência aí se dá através da denegação discursiva”. Assim, no funcionamento da denegação discursiva, o enunciado negativo manifesta outro, positivo, o que me autoriza a dizer que a negação de Neoliberalismo, da parte de Mises, Hayek e Röpke, como forma de distinguir suas concepções de outras concepções neoliberais, funciona discursivamente como uma afirmação de neoliberalismo, produzindo como efeito de sentido: liberalismo (=) neoliberalismo ou, dito de outro modo: liberalismo mascara neoliberalismo.

³¹ Uma sociedade de intelectuais liberais fundada por Hayek na Suíça em 1947. Após a primeira reunião, o grupo passou a se reunir com alguma frequência para compartilhar e discutir teses liberais. Cf. www.montpelerin.org.

³² Cf. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, (19): 117 – 122, jul./dez. 1990.

No mesmo texto do qual extraí a f.1, Hayek elabora melhor a definição do que seria essa posição liberal:

f. 2: o liberal dos nossos dias deve, opor-se, de maneira muito mais positiva, a alguns dos conceitos básicos que a maioria dos conservadores compartilham com os socialistas³³.

f. 3: Muitos pensarão, contudo, que esta posição dificilmente corresponde ao que costumavam chamar de “liberal”. Portanto, verificaremos agora, se esta denominação é adequada ao partido da liberdade³⁴.

f. 4: Venho me tornando cada vez mais consciente da grande distância entre a minha posição e a do liberalismo racionalista do continente europeu ou mesmo do liberalismo inglês dos utilitaristas³⁵.

As formulações 2, 3 e 4 dão conta do antagonismo que marca as posições e definições de Hayek. Seu liberalismo, sua posição liberal é definida de forma a se distinguir do que seriam o conservadorismo, o socialismo e outros liberalismos (*liberalismo do continente europeu/liberalismo utilitarista*). Haveria, portanto, uma pluralidade de liberalismos, bem como haveria também uma pluralidade de neoliberalismos, o que é apontado por Mariutti como o que motiva o abandono da forma de designação neoliberalismo da parte de Hayek e Mises com a finalidade de não se confundir com os ordoliberalis ou o que seria o neoliberalismo dos ordoliberalis alemães. Ocorre que, mesmo diante de uma pluralidade de liberalismos, Hayek continua a se dizer liberal, (*continuari, por enquanto, a chamar de liberal a posição que defendo*) a definir sua posição como liberal. E dirá ainda o autor:

f. 5: *whighismo* é historicamente o nome correto para designar as ideias nas quais acredito. Quanto mais aprendo a respeito da evolução das ideias, mais tenho consciência de que sou um impenitente *whig* da velha guarda³⁶.

f. 6: Entretanto, embora exijam uma reformulação à luz de nosso conhecimento atual, os princípios básicos permanecem os mesmos dos velhos *whigs*³⁷.

³³ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2023.

³⁴ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2023.

³⁵ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2023.

³⁶ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2023.

³⁷ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2023.

Há aí uma contradição a explorar, diria até mais de uma, e aqui falo da contradição própria do sujeito dividido: Hayek se diz um liberal *whig*, negando-se neoliberal, mas ao mesmo tempo admite a necessidade de uma reformulação desse liberalismo. E não seria este liberalismo reformulado um neoliberalismo? Há contradição também em abandonar a designação neoliberalismo para distinguir-se do que seriam outros neoliberalismos, mas não abandonar a designação liberalismo (embora o autor diga que se assume liberal provisoriamente: *por enquanto*), mesmo se distinguindo do que seriam outros liberalismos. Hayek seria, portanto, um liberal *whig*, mas de um *whighismo* reformulado. Como diz Indursky (1990, p. 118), através da denegação, o sujeito diz, mas sem, de fato, dizer, manifestando sua divisão entre o desejo de dizer e a necessidade de recalcar.

Nesse sentido, penso poder dizer uma vez mais que, ao negar-se neoliberal, Hayek se afirma neoliberal.

Se colocarmos a formulação 6 em relação com este trecho da sdr: *o destino da liberdade não está ligado a nenhuma das teorias liberais. É por isso que devemos nos reservar o direito de revisar as premissas de todas as teorias liberais e de não conceder a nenhuma delas um valor dogmático e definitivo*, poderemos dizer que *revisar* estabelece relação de paráfrase com *reformular*: *embora exijam uma reformulação à luz do nosso conhecimento atual/ embora exijam uma revisão à luz do nosso conhecimento atual*, o que estabelece uma identidade semântica entre *revisar* e *reformular*, sinalizando para uma retomada do que foi discutido no colóquio: que seria a necessidade de reconstruir/renovar o liberalismo, dando vasão para o aparecimento do prefixo neo, formando assim a palavra neoliberalismo.

A formulação 2, que retoma o colóquio, pode ser colocada em relação com a formulação de John Bell Condlife, enunciada no colóquio: *O laissez-faire é uma filosofia negativa. Deve ser complementado por medidas positivas, tanto econômicas quanto políticas*. Postas em relação, estas formulações nos permitem dizer que, *maneira mais positiva* estabelece relação parafrástica com *medidas positivas*, retomando do colóquio o que seria a necessidade de um liberalismo mais positivo ante o liberalismo *laissez-faire*, que preconizaria uma certa negatividade das políticas liberais, entendidas como políticas de remoção dos obstáculos à liberdade. E retomando a formulação 6, as questões que se impõem: *reformular* o velho *whighismo* (do século XVII) *à luz de nosso conhecimento atual*, dito de outro modo, reformular o velho à luz do atual, já não seria uma renovação? Já não seria renovar/reconstruir o liberalismo *whig* e assim atualizar a teoria liberal *whig*, assim como, no colóquio, discutiu-se a necessidade de atualizar o liberalismo?

Entendo que as formulações de 1 a 6 dão conta de uma retomada do colóquio, ou até por que não, de uma continuidade do colóquio, apesar do uso da designação liberalismo e denegação de neoliberalismo da parte de Hayek, pois, como já foi dito, ao denegar neoliberalismo, acaba por afirmar neoliberalismo, embora mantendo esta forma de designação recalçada na FD na qual está inscrita.

De volta agora à formulação 2, coloco-a em relação com a seguinte enunciação de Röpke:

f. 7: não é empenhando-nos em não fazer nada que suscitaremos uma economia de mercado vigorosa e satisfatória. Muito pelo contrário, essa economia é uma formação acadêmica, um artifício da civilização; ela tem em comum com a democracia política o fato de ser particularmente difícil *e pressupor muitas coisas que devemos nos esforçar obstinadamente para atingir. Isso constitui um amplo programa de rigorosa política econômica positiva, com uma lista que impõe tarefas a cumprir.* (RÖPKE, 1946, p. 65 apud DARDOT et al, 2016, p. 105, grifo nosso).

Pondo em relação: *O liberal dos nossos dias deve, opor-se, de maneira muito mais positiva e Isso constitui um amplo programa de rigorosa política econômica positiva*, temos formulações que ecoam o colóquio (*O laissez-faire é uma filosofia negativa. Deve ser complementado por medidas positivas*, como disse Condliffe); ecoam um liberalismo positivo, por que não dizer, propositivo, que adquire a forma de *um artifício da civilização* ante o que seria o liberalismo até a década de 1930, quando da crise de 1929; ecoam um liberalismo que já não traz fundamentos teóricos universais, oriundos de uma filosofia calcada no que seria a espontaneidade da natureza que impõe leis universais, válidas aqui e em todo lugar para todos os seres humanos, espontaneidade da natureza que faria funcionar suas leis por si mesma, deixando aos seres humanos, mais precisamente, à política dos ditos liberais, apenas a incumbência de remover os obstáculos postos por outros seres humanos, pelo que seria a política dos conservadores ou dos socialistas; ecoam, numa palavra, o novo (neo) liberalismo.

Os sentidos de liberalismo deslizam de lei natural, natureza humana ou mesmo leis de mercado para *artifício da civilização*, para o que seria uma positividade, para o que seria uma política afirmativa/propositiva ante uma negatividade, ante o que seria uma política reativa. Dessa forma, o liberalismo, que teria sido fundado por John Locke como uma filosofia baseada na lei natural, no direito à vida, à liberdade, à propriedade, transmuta-se numa artificialidade, num construto humano, numa arquitetura, no resultado mesmo de uma política e de uma economia positivas.

Parece-me possível, a esta altura da análise, dizer que se trata de um mesmo, do liberalismo, mas também de um novo, de sentidos impensáveis até a década de 1930, de

formulações apegadas ao acontecimento histórico por muitos denominado quebra da bolsa de Nova Iorque, uma quebra que quebra também o liberalismo, deixando para os ditos liberais a tarefa de reconstruí-lo. E se é uma reconstrução, penso estar autorizado a dizer: já não é de um mesmo, mas de um mesmo que traz também um novo, de algo que se repete e se desloca. Sendo assim, sob a denegação de neoliberalismo da parte de Hayek, mas também de Mises e Röpke, os sentidos de liberalismo derivam, deslizam pelas formulações apegadas a 1929 e, por que não dizer, atreladas, articuladas ao colóquio de 1938 e já não dão conta apenas de um mesmo, do que seria uma continuidade do liberalismo, mas também de um outro, de um novo, que aparece como uma continuidade do colóquio.

3.1.1 Definir para distinguir ou o que vem e o que não vem com este *novo*

As formulações de 1 a 6, se consideradas na sequência, dão conta de um esforço teórico de definição de uma posição liberal. Hayek, antes de delimitar e definir esta posição procura estabelecer as outras posições com as quais sua posição se confronta, para, apenas em seguida, tratar de especificá-la com formulações que dão conta de um esforço de atualização do liberalismo, definindo-o como uma posição positiva/propositiva em contraste com os conservadores, que teriam uma posição reativa, sempre apenas reagindo ao que seriam os excessos dos socialistas e, igualmente, definindo seu *Whigismo* liberal como uma posição em prol da liberdade ante/contra o que seria o coletivismo dos socialistas e dos conservadores. Esse esforço de distinção a partir do contraste (o liberalismo contrastando com outras teorias, inclusive com outros liberalismos) também é empreendido por Mises que, como na formulação 7, enunciada por Röpke, põe em cena o que seria o mercado:

f. 8: O que garante aos indivíduos toda a liberdade compatível com a vida em sociedade é a atividade da econômica de mercado³⁸.

f. 9: Na economia de mercado, as pessoas têm oportunidade de lutar pela posição que desejam alcançar na estrutura da divisão social do trabalho. Têm a liberdade de escolher a profissão com a qual pretendem servir seus semelhantes. Na economia planejada, elas não têm esse direito. Neste caso, as autoridades determinam a função de cada um. A vontade de um superior promove a pessoa a uma posição melhor ou lhe nega essa posição. O indivíduo depende inteiramente das boas graças dos que estão no poder. Sob o capitalismo, no entanto, todos tem a liberdade de desafiar os interesses velados dos demais³⁹.

Se deslinearizarmos as formulações 7, 8 e 9 e a colocarmos em relação podemos estabelecer algumas relações parafrásticas:

³⁸ MISES, Ludwig. **A mentalidade anticapitalista**. Campinas: Vide Editorial, 2013. p. 133.

³⁹ MISES, Ludwig. **A mentalidade anticapitalista**. Campinas: Vide Editorial, 2013. p. 133.

f. 8. 1: o que garante aos indivíduos toda a liberdade é a econômica de mercado.

f. 8. 2: Na economia de mercado, as pessoas tem a liberdade de escolher.

f. 7 .1: essa economia (de mercado) é um artifício da civilização e tem em comum com a democracia política o fato de ser particularmente difícil.

f. 9. 1: sob o capitalismo, todos tem a liberdade de desafiar os interesses velados dos demais.

Temos uma relação de paráfrase, de equivalência semântica entre *mercado/economia de mercado* e *capitalismo*, produzindo efeito de equivalência entre mercado e capitalismo, efeito este que contrasta, na formulação 9, com *economia planejada*, na qual os indivíduos não teriam direito à liberdade, estabelecendo que esta estaria sempre condicionada pela economia de mercado, produzindo um deslizamento de sentido: *só há direito à liberdade numa economia de mercado/só há direito à liberdade no capitalismo*. Mas há ainda um outro efeito de sentido possível: na f. 7: *Isso constitui um amplo programa de rigorosa política econômica positiva*, retoma anaforicamente *economia de mercado* (na mesma formulação) que, em relação com a f. 2: *o liberal dos nossos dias deve, opor-se, de maneira muito mais positiva*, põe em relação de paráfrase *economia de mercado* e *liberal*, sendo que podemos relacionar ambos a *programa de rigorosa política econômica positiva /opor-se, de maneira muito mais positiva*. Penso então poder dizer que há equivalência (parafraasagem) semântica entre *economia de mercado* e *capitalismo* e entre *economia de mercado* e *liberalismo*, estabelecendo, desse modo, uma relação parafrástica entre *capitalismo* e *liberalismo*.

A formulação 9 traz ainda: *Na economia de mercado, as pessoas têm [...] a liberdade de escolher a profissão com a qual pretendem servir seus semelhantes*. Esta formulação opõe-se ao socialismo⁴⁰, que denomina de mais valia, a exploração do trabalhador por parte do capitalista, detentor dos meios de produção. Ao invés de consistir numa relação de exploração assalariada, a profissão consistiria numa via de serviço aos semelhantes, produzindo a evidência de que todo indivíduo, sob o capitalismo, pretende servir seus semelhantes e o faz livremente por meio da escolha de uma profissão, opondo desse modo *capitalismo/economia de mercado* a *socialismo/ economia planejada*, oposição que associa *capitalismo* a *liberdade de escolha* e *socialismo* a *submissão àqueles que estão no poder*. A disputa pelos sentidos se estabelece pela confrontação com saberes de outras FDs, não só distintas à FD que afeta Mises, mas antagônicas. E é nesta confrontação que o autor procura dar sua definição de *economia de mercado*, estabelecendo-a ante o que se contrapõe.

⁴⁰ Mais precisamente opõe-se à teoria da mais valia, de Karl Marx.

Como Mises, Röpke também dará sua definição de economia de mercado, opondo-a ao que seria o socialismo. Segundo o autor alemão:

f. 10: consideramos a economia de mercado como um tipo definido de ordem econômica, uma espécie de “técnica econômica” oposta à “técnica” socialista⁴¹.

f. 11: a economia de mercado como uma ordem econômica deve corresponder a certa estrutura da sociedade e um ambiente mental definido apropriado para esta⁴².

f. 12: ilustra o fato de que a economia de mercado é uma forma de ordem econômica que se relaciona com um conceito da vida e um padrão sócio-moral que, na falta de um termo apropriado em outro idioma, podemos chamar “*buergerliche*”⁴³.

E Röpke descreve esta que seria a estrutura/ordem social *buergerliche* como:

f. 13: De fato, a economia de mercado só pode prosperar como parte de e rodeada por uma ordem social *buergerliche*.

Seu lugar é uma sociedade onde certas coisas elementares são respeitadas e permeiam toda a vida da comunidade: [...] um sério esforço de seguir adiante e desenvolver as próprias faculdades. Independência baseada na propriedade, planejamento responsável da própria vida e de sua família, poupança, trabalho, a relação correta com a natureza e a comunidade, o sentido de continuidade e a tradição, a coragem de enfrentar as incertezas da vida por si mesmo, o sentido da ordem natural das coisas⁴⁴.

Chama atenção a inversão que as formulações de Röpke (10 a 13) estabelecem ante as formulações de Mises (8 e 9). Este considera a economia de mercado como aquilo que garante a liberdade aos indivíduos, enquanto Röpke parece conceber o inverso: é a economia de mercado, enquanto *ordem/técnica econômica* que deve corresponder, para prosperar, a um certo ambiente mental, que o autor identifica ao que seria uma ordem social *buergerliche*, descrita por uma série de valores e hábitos que seriam correspondentes à ordem de mercado. Por um lado a economia de mercado é concebida como condição para a liberdade dos indivíduos; por outro, é uma certa estrutura social e um certo ambiente mental baseados no que Röpke designou de *buergerliche*, que aparece como condição indispensável para a prosperidade da ordem de mercado numa sociedade.

Essa inversão não deixa de estabelecer certas hipóteses que me parecem importantes de serem trazidas para a análise: se a economia de mercado é indispensável para a liberdade dos indivíduos, então, seria necessário implementar a economia de mercado para

⁴¹ RÖPKE, Wilhelm. Economia libre e ordem social. **Mises Institut**. 26 jan. 2022. Artículos. Disponível em: <https://mises.org/es/library/economia-libre-y-orden-social>. Acesso em: 12 abr. 2023.

⁴² RÖPKE, Wilhelm. Economia libre e ordem social. **Mises Institut**. 26 jan. 2022. Artículos. Disponível em: <https://mises.org/es/library/economia-libre-y-orden-social>. Acesso em: 12 abr. 2023.

⁴³ RÖPKE, Wilhelm. Economia libre e ordem social. **Mises Institut**. 26 jan. 2022. Artículos. Disponível em: <https://mises.org/es/library/economia-libre-y-orden-social>. Acesso em: 12 abr. 2023.

⁴⁴ RÖPKE, Wilhelm. Economia libre e ordem social. **Mises Institut**. 26 jan. 2022. Artículos. Disponível em: <https://mises.org/es/library/economia-libre-y-orden-social>. Acesso em: 13 abr. 2023.

garantir a liberdade; mas, se a condição para o sucesso da economia de mercado no seio de uma sociedade depende de um determinado ambiente mental e de determinada estrutura social que possam acomodá-la, então, seria preciso, primeiro, preparar a sociedade, o ambiente mental social, para implementar a economia de mercado.

Na primeira hipótese, economia de mercado, como já disse acima, funciona como paráfrase do capitalismo: a *economia de mercado/ o capitalismo* como indispensáveis, como condição para a liberdade; na segunda hipótese, os sentidos deslizam, produzindo uma relação de paráfrase entre *ambiente mental/ estrutura social* e *capitalismo*, fazendo do capitalismo, mais especificamente o que seria a sociedade capitalista a condição para a prosperidade da *economia de mercado*.

Assim, na primeira hipótese, capitalismo estabelece relação de equivalência semântica com economia de mercado e, na segunda hipótese, capitalismo estabelece relação de paráfrase com sociedade capitalista ou com determinada estrutura social (*buergerliche*). Dito de outro modo: na primeira hipótese, capitalista seria a economia de mercado; enquanto na segunda, capitalista seria a sociedade ideal para acomodar a economia de mercado, que corresponderia à ordem social *buergerliche*.

Esta segunda hipótese nos remete a um efeito peculiar do interdiscurso, que Pêcheux (2014, p. 152 - 154) denomina de discurso transverso. Este

atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita.

Dirá ainda Pêcheux (2014, p. 153) que o discurso transverso enquanto efeito do interdiscurso remete ao que é designado de metonímia, entendida como “relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc.” Neste sentido, a *economia de mercado* enquanto “*técnica econômica*’ oposta à ‘*técnica*’ socialista”, da qual fala Röpke, relaciona-se com *determinada estrutura social/ ordem social buergerliche* como parte de um todo, como sintoma com o que ele designa, produzindo assim, por um atravessamento da sequência *certa estrutura da sociedade e um ambiente mental definido apropriado*, que se coloca entre *economia de mercado* e *capitalismo*, o deslizamento dos sentidos de capitalismo, que passa a estabelecer relação de equivalência semântica com esta *determinada estrutura social/ambiente mental apropriado/ ordem social buergerliche*. Desse modo, capitalismo corresponderia a uma determinada estrutura social, a uma determinada

ordem social, não somente à economia de mercado, reduzida na formulação 10 a uma técnica, que indicaria senão um sintoma do que seria uma ordem social capitalista (*buergerliche*).

Podemos formular esta paráfrase do seguinte modo:

Capitalismo é $\frac{\text{determinada estrutura social}}{\text{o ambiente mental apropriado}}$
a ordem social buergerliche

Na primeira hipótese *economia de mercado e capitalismo* estabelecem relação de paráfrase, por efeito de pré-construído. A liberdade compatível com a vida em sociedade, da qual a economia de mercado é a condição, parafraseia capitalismo (*sob o capitalismo todos tem a liberdade de [...]*). Tem-se o efeito discursivo associado ao encaixe sintático: um elemento de saber do interdiscurso é horizontalizado, sequencializado no intradiscurso sob a forma de pré-construído, ou seja, como se já estivesse ali, o já dito, do qual fala Henry (1990, p. 61).

Tanto o efeito metonímico produzido pelo discurso transversal quanto o efeito discursivo do encaixe sintático são efeitos do interdiscurso. Em AD, não supomos uma estrutura sêmica dos objetos, que poderia vir a ser aplicada de maneiras diversas a esta ou aquela situação. Consideramos, com Pêcheux (2015, p. 158), que a referência discursiva dos objetos é construída em FDs que articulam seus efeitos em efeitos de interdiscurso. Pré-construído e discurso transversal consistem em efeitos do interdiscurso linearizados em sequências discursivas produzidas a partir de determinadas posições de sujeito. O sujeito da enunciação, identificando-se com os saberes da FD que o domina, enuncia estes saberes esquecendo-se no momento mesmo em que enuncia que não é o senhor daquilo que diz nem o fornecedor dos sentidos daquilo que diz.

Estes efeitos do interdiscurso abrem espaço para um retorno ao texto no qual Paul Henry discute com outros autores e, no trecho que trago para a citação, discute notadamente com J. C Milner, o problema da referencialidade. Refiro-me ao texto *Construções relativas e articulações discursivas*. Escreve Henry (1990, p. 52, grifo do autor):

Sobre este ponto, MILNER nos fornece uma indicação interessante quando apresenta como uma característica da referencialidade o fato de admitir substitutos sinônimos. Por substitutos sinônimos, MILNER entende uma expressão que possa ser considerada como uma definição do estilo dos dicionários, isto é, uma definição que se quer não contextual. Toda a questão é saber se a referencialidade é um efeito de sentido produzido pela possibilidade de substituição ou se, ao contrário, a substitutibilidade é um efeito da referencialidade considerada como uma característica da unidade. A primeira hipótese implica que não se pode designar qualquer coisa senão através de unidades que podem ser substituídas por outras

expressões numa paráfrase e esta hipótese nos parece teoricamente muito mais satisfatória do que a segunda. De fato, ela coloca, como o fazem Pêcheux e Fuchs (1973), que a relação de paráfrase é constitutiva do efeito de sentido e da relação a um referente que implica este efeito. O efeito de sentido não está nas unidades, mas em suas relações. [...] é a substitutibilidade de uma unidade num discurso dado que lhe confere um caráter referencial e não o fato de que se possa definir, fora de contexto, a classe de seres susceptíveis de serem designados por esta unidade. Precisemos que a noção de paráfrase que está em questão é uma noção discursiva e que ela remete àquela de **formação discursiva** enquanto determinação daquilo que pode, numa conjuntura dada e a partir de uma posição dada, ser substituto de uma unidade dada.

Mais à frente, no mesmo texto, Henry (1990, p. 61) diz: “as relações de paráfrase que estão em jogo, supõem a possibilidade de produzir outras superfícies que materializariam estas relações de paráfrase e que constituem o fundamento do já dito”.

Para Henry, a referencialidade consiste num efeito de sentido produzido pela possibilidade de substitutibilidade. A paráfrase discursiva, remetida à noção de FD, enquanto o que determina o substituto de uma unidade num discurso dado aparece assim como condição da referencialidade e da designação, visto que “não se pode designar qualquer coisa senão através de unidades que podem ser substituídas numa paráfrase” (HENRY, 1990, p. 52). Esta forma de conceber e relacionar a paráfrase discursiva à referencialidade enquanto efeito de sentido no discurso vai ao encontro de Pêcheux (2015, p. 158) quando diz que a referência discursiva dos objetos é construída em FDs que articulam seus efeitos em efeitos de interdiscurso. E, como visto acima, um dos efeitos do interdiscurso é o de pré-construído, daquilo que é da ordem da repetição, o já dito, o qual o sujeito se apropria e esquece que se apropria no momento mesmo da enunciação.

Tomando a citação da página 61, penso poder dizer, apoiando-me em Henry, que a paráfrase discursiva constitui o fundamento do já dito, isto é, a condição de possibilidade do pré-construído, enquanto já dito, enquanto evidências, enquanto, conforme Courtine (2014, p. 74), o que cada um sabe e pode ver numa dada situação. Desse modo, o sujeito da enunciação, se apropria dos saberes da FD que o domina e os sequencializa, sendo que, ao linearizar uma sequência, o faz sob a ilusão de ser autor e definidor daquilo que diz. Nesta linearização da sequência, o sujeito reformula conjunturalmente os elementos dos quais se apropria; dito de outro modo, o sujeito repete um saber da FD que o afeta, mas repete reformulando-o em outras palavras, determinadas pela FD enquanto domínio de saber com os quais o sujeito se identifica, modalizando esta identificação.

Essa concepção da paráfrase discursiva enquanto substitutibilidade de uma unidade num dado discurso vai parcialmente de encontro à concepção de Courtine (2014). Este, ao mobilizar dois processos discursivos de FDs antagônicas (a FD comunista, tomada

como FD de referência e a FD católica, com a qual a FD comunista busca pontos de diálogo) como objeto de seu estudo sobre o que chama de “discurso comunista endereçado aos cristãos”, considerando que os processos discursivos também se ligam pela contradição, remodela a noção de paráfrase discursiva a partir do que denomina “um uso do princípio de identidade que estabelece a *conjunção* do idêntico e do contraditório” (COURTINE, 2014, p. 190) com base na elaboração de uma forma sintática que, segundo o autor, não poderia ser reduzida às substituições simétricas e orientadas. Assim, para Courtine, seria pela não substitutibilidade, que o procedimento da paráfrase discursiva o permitiria levantar, por meio da rede de formulações que organiza, os elementos de saber enunciados da FD de referência que toma como objeto.

Contudo, neste estudo, não pretendo me deter nas diferenças no modo de entender e proceder à paráfrase discursiva. Entendo que tais diferenças são condizentes com o desenvolvimento da teoria da AD, pois o trabalho de Henry é de 1975 e o de Courtine, de 1980. Em comum, os dois autores relacionam a paráfrase discursiva à noção de FD, entendendo a paráfrase discursiva como uma noção contextual, no sentido de que depende das “formações discursivas diversas aos quais o discurso pode está relacionado para nelas produzir o sentido” (HENRY, 1990, p. 59). É este o ponto que me interessa enfatizar, pois, se os processos discursivos se desenvolvem numa FD e são determinados pelo interdiscurso, é também o interdiscurso que intervém para determinar a configuração da paráfrase discursiva, enquanto noção e procedimento que terá de uma FD à qual está relacionada, a determinação dos substitutos ou dos não substitutos.

Ainda pondo em cena o que seria o mercado, volto às formulações, desta vez para pôr em relação duas noções caras à tríade de teóricos cujas enunciações estamos colocando sob análise. Refiro-me às noções de mercado e de concorrência. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 45), o neoliberalismo, através da obra de Spencer, preconizaria “a primazia da concorrência nas relações sociais”. A concorrência conferiria dinamicidade ao mercado, promovendo a prosperidade de uns e a exclusão de outros, deixando como opção para os consumidores apenas aqueles que seriam capazes de oferecer um bom produto ou serviço. Hayek é autor de um texto intitulado *O significado da competição*, que põe em jogo esta relação entre mercado e concorrência⁴⁵. Sejam as formulações extraídas deste texto:

⁴⁵ Concorrência ou competição. As traduções de livros e artigo de autoria de Hayek costumam trazer uma dessas palavras. Neste estudo, tomaremos concorrência como sinônimo de competição.

f. 14: Na verdade, essa força motora da vida econômica (a competição/a concorrência) é deixada quase totalmente sem discussão⁴⁶.

f. 15: Talvez valha a pena lembrar que, de acordo com o dr. Johnson, a competição é a “ação de se esforçar para ganhar o que o outro se esforça para ganhar ao mesmo tempo”⁴⁷.

f. 16: Com certeza, esse mercado nunca se encontraria em um estado de competição perfeita, mas a competição nele poderia não apenas ser tão intensa quanto possível como também seria o fator essencial para que o artigo em questão fosse fornecido a qualquer momento ao consumidor tão barato quanto isso pode ser conseguido por qualquer método conhecido⁴⁸.

f. 17: a competição é um processo de formação de opinião: ao difundir informações, ela cria aquela unidade e coerência do sistema econômico que pressupomos quando pensamos nele como um mercado. Cria as opiniões que as pessoas tem sobre o que é melhor e mais barato⁴⁹.

Se colocarmos as formulações 14 a 17 em relação com formulações do liberalismo clássico:

f. 18: A grande multiplicação da produção de todos os ofícios, em consequência da divisão do trabalho, é que gera, numa sociedade bem governada, a riqueza que é estendida para os níveis mais pobres da população⁵⁰.

f.19: Cada indivíduo [...] não pretende promover o interesse público, nem sabe o quanto o está promovendo [...] ele pretende apenas sua própria segurança e dirigindo sua atividade de tal maneira que sua produção seja de maior valor, ele pretende apenas seu próprio ganho, e nisto, como em muitos outros casos, é levado por uma mão invisível para promover um fim que não fazia parte de sua intenção⁵¹.

Temos que *competição* estabelece relação de paráfrase com *divisão do trabalho*. Como entendo que competição estabelece relação metonímica com mercado (f. 16: *esse mercado nunca se encontraria em estado de competição perfeita, mas a competição nele*), penso poder dizer também que *mercado* parafraseia *divisão do trabalho*. Desse modo, podemos formular os seguintes desdobramentos:

A competição/mercado/divisão do trabalho $\frac{\text{gera a riqueza que é estendida para os níveis mais pobres da população}}{\text{fornece barato ao consumidor}}$

Competição/divisão do trabalho $\frac{\text{é o meio pelo qual o indivíduo pretende seu próprio ganho}}{\text{é a ação de se esforçar para ganhar o que o outro se esforça para ganhar ao mesmo tempo}}$

⁴⁶ HAYEK, F. A. **A ordem econômica e a livre iniciativa:** as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

⁴⁷ HAYEK, F. A. **A ordem econômica e a livre iniciativa:** as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

⁴⁸ HAYEK, F. A. **A ordem econômica e a livre iniciativa:** as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

⁴⁹ HAYEK, F. A. **A ordem econômica e a livre iniciativa:** as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

⁵⁰ A Riqueza das Nações, Livro I, Capítulo I, parágrafo 10.

⁵¹ A Riqueza das Nações, Livro IV, Capítulo II, parágrafo. 9

Por efeito de pré-construído, *competição* e *mercado* substituem *divisão do trabalho*, formulação própria do liberalismo clássico de Smith, numa operação de encaixe sintático, na qual uma palavra é colocada no lugar de outra. O que seria o efeito da divisão do trabalho no liberalismo clássico aparece como efeito do mercado dinamizado pela “força motora” da concorrência no novo liberalismo.

Pondo em relação as formulações 15 e 19, temos que *competição* estabelece relação de equivalência semântica com *mão invisível*: *mão invisível/competição* é a *ação de se esforçar para ganhar/ele pretende apenas seu próprio ganho*; ou, formulando a meu modo: $\frac{\text{a mão invisível}}{\text{a competição}}$ *é que move os indivíduos a buscar o ganho*.

No entanto, entendo que essas relações de identidade entre *competição/mercado* e *divisão do trabalho* não se estabelece sem um certo deslizamento dos sentidos. *Divisão do trabalho* retoma uma memória das fábricas dos primeiros anos da Revolução Industrial inglesa, onde operários atuavam em colaboração uns com os outros com o objetivo de produzir um determinado número de mercadoria num determinado espaço de tempo, que, na época, ultrapassava e muito as atuais jornadas de trabalho de 8h ou 6h por dia. Já *competição* trabalha o imaginário social de uma selvageria total, de uma guerra de todos contra todos⁵², de uma sociedade cujo tecido já está tão esgarçado que não sobra espaço para nenhum tipo de solidariedade. Considero, portanto, que há equivalência entre os sentidos, mas que esta equivalência não se dá de modo absoluto.

Aproveito a polissemia do significante *competição* para pertinentemente retornar ao texto de Hayek⁵³, do qual extraí as f. de 1 a 6, para dele tirar novas formulações, nas quais, novamente, Hayek busca definir a posição liberal.

f. 20: Na verdade, o liberal clássico acredita que o mais urgente e necessário em quase todo o mundo seja a eliminação completa dos obstáculos à evolução espontânea⁵⁴.

f. 21: Eu preferiria um termo que definisse o partido da vida, o partido que apóia o crescimento livre e a evolução espontânea⁵⁵.

⁵² Formulação de Thomas Hobbes escrita no seu *Leviatã*, obra mais conhecida deste autor.

⁵³ Refiro-me ao artigo intitulado *Por que não sou conservador*, publicado no link: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

⁵⁴ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2023.

⁵⁵ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2023.

f. 22: Em um mundo em que a necessidade básica se tornou – como no início do século XIX – a de libertar o processo de crescimento espontâneo dos obstáculos e das dificuldades criados pela insensatez humana [...] ⁵⁶.

Nas formulações acima, mas, sobretudo na 20 e 22, Hayek define a posição liberal negativamente. Já não se trata de uma positividade, mas de uma negatividade: *eliminação completa dos obstáculos à evolução espontânea/libertar o processo de crescimento espontâneo dos obstáculos*. No primeiro capítulo, disse, apoiando-me em Mariutti (2021, p. 7), que o novo liberalismo se distinguiu do que seria o liberalismo clássico pela positividade, pois o liberalismo clássico baseia-se em noções como a de lei natural, direito inalienável à vida, ordem natural etc., orientando, por estas noções, a prática política liberal para a negatividade: remoção de obstáculos que seriam colocados pela insensatez humana. Nas formulações 20 e 22, Hayek repete essa negatividade que seria típica do liberalismo clássico, mas esta repetição não se dá termo a termo.

O liberalismo, de John Locke, é fundamentado no direito natural, que preconizaria uma liberdade natural:

A liberdade natural do homem deve estar livre de qualquer poder superior na terra e não depender da vontade ou da autoridade legislativa do homem, desconhecendo outra regra além da lei da natureza. (LOCKE, 2001 p. 95).

Com base no postulado do que seria a “liberdade natural”, os liberais clássicos consideram que a liberdade estaria posta pelo próprio direito natural, pela própria lei da natureza, cabendo aos liberais protegê-la do que seriam os excessos coletivistas de conservadores e socialistas. As formulações 20, 21 e 22 retomam essa negatividade liberal, mas não sob uma relação de equivalência semântica. A natureza da qual fala Locke é a natureza enquanto criação divina, que estabeleceria um direito natural, este deveria ser respeitado e tomado como algo da ordem do sagrado, não cabendo aos seres humanos, afrontá-lo ou alterá-lo pela prática política. Nas formulações 20, 21 e 22, aparece as sequências *evolução espontânea* e *processo de crescimento espontâneo*. Estes não são dizeres que poderiam ser ditos por um sujeito afetado por uma FD do Direito Natural, mas de outra FD, pois *evolução espontânea* vem de outro lugar, vem do biológico, mais precisamente, do darwinismo.

As f. 20, 21 e 22 são atravessadas por dizeres próprios do biológico, mais propriamente do darwinismo, que se deslocam para o político-econômico. Em termos

⁵⁶ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2023.

discursivos, *evolução espontânea* desliza de uma FD do biológico para outra FD, no caso, para uma FD do político-econômico, na qual o sujeito das enunciações 20 a 22 está inscrito e, dessa forma, produz uma movência nos sentidos, pois, em AD, toda formulação recebe seu sentido da FD na qual está inscrita.

Penso que esta movência dos sentidos move junto os sentidos da retomada/repetição da negatividade liberal e o faz pelo viés do discurso transversal, ou seja, entre as enunciações de Locke e as de Hayek: *A liberdade natural do homem deve estar livre de qualquer poder superior na terra/Em um mundo em que a necessidade básica se tornou [...] a de libertar o processo de crescimento espontâneo dos obstáculos [...]*. Um elemento estranho à instância do econômico atravessa as formulações e desloca os sentidos da negatividade liberal, que deslizam de uma *liberdade natural*, cujos sentidos são afetados pela FD do Direito Natural, para um *processo natural de evolução espontânea*, cujos sentidos são afetados por uma FD do biológico, da qual os saberes dão conta do que seria a evolução das espécies.

Esta teria como “força motora” o mecanismo da *seleção natural* que, posta em relação com a f. 14, produz efeito de paráfrase com *competição*, de tal modo que *a seleção natural a competição é a força motora da evolução espontânea das espécies da sociedade*.

Estes deslizamentos deslocam os sentidos da negatividade liberal e produzem efeitos que atualizam os saberes que constituem o que seria o liberalismo, instaurando assim, pela repetição, algo de novo, algo que interpreto como uma atualização dos sentidos de liberalismo.

Esta repetição pela qual algo de novo se instaura pela movência dos sentidos dá ocasião para uma reflexão acerca de outro tema caro à AD e no qual já tocamos de soslaio: a memória. E para tanto, me ancoro em *A memória na cena do discurso*, de Freda Indursky, publicado em 2011 no livro *Memória e história na/da análise do discurso*. Neste importante artigo, Indursky (2011, n.p) escreve uma formulação que tomarei como subtítulo.

3.2 “Não dá para interpretar uma atualidade sem mobilizar a memória” ou, como a repetição atualiza os sentidos de liberalismo

Conforme Indursky (2011), mesmo sob outros nomes, a reflexão acerca da memória sempre esteve presente em *Análise do Discurso*. A memória teria sido pensada sob as noções de repetição, pré-construído, discurso transversal e interdiscurso, todas presentes em

Semântica e Discurso, de Pêcheux (2014). Para Indursky, estas noções trabalham diferentes efeitos discursivos nos quais a memória se materializa no discurso. Pondo seu enfoque na noção de pré-construído, a analista do discurso mobilizou todas as demais noções que acabamos de listar acima, concluindo sua reflexão com uma interessante distinção entre memória discursiva e interdiscurso, distinção da qual nos ocuparemos um pouco mais à frente.

A noção de pré-construído mobiliza todo elemento de discurso produzido anteriormente, em outro lugar, isto é, outro discurso e independentemente. Segundo Indursky, duas são as modalidades por meio das quais se pode mobilizar o pré-reconstruído: o encaixe sintático e o discurso transversal.

Interessa-nos focar um tanto mais no discurso transversal, enquanto efeito que trabalha o deslizamento dos sentidos sob a repetição nas formulações 20, 21 e 22. Em consonância com Pêcheux (2014), Indursky entende que o discurso transversal consiste numa linearização que retoma um já dito, “um pré-construído, que foi objeto de asserção em outro lugar e que, no discurso que dele se apropria, ressoa metonimicamente como um implícito” (INDURSKY, 2011, n.p). Esta retomada de um já dito nos leva à noção de repetição, pois, consoante Courtine e Marandin (2016, p. 46), “os discursos são repetidos, ou melhor, há repetições que fazem discursos”. Na mesma página, estes autores dirão ainda que

[...] a noção de repetição permite pensar: o retorno do mesmo, mas que, justamente pelo fato de retornar em um outro lugar e um outro tempo, é outro (a repetição é ela mesma a ínfima diferença que permite seu reconhecimento e seu esquecimento), a ruptura da identidade do que retorna, disseminada, no que a repete [...] (COUERTINE & MARANDIN, 2016, p. 46).

As palavras de Courtine e Marandin vão ao encontro do que dissemos mais acima sobre o deslizamento dos sentidos produzidos pela repetição da negatividade própria do liberalismo clássico, retomada nas formulações 20, 21 e 22, nas quais *evolução espontânea*, enquanto elemento exterior é retomado/repetido nas formulações, como um implícito que podemos linearizar assim: *se eliminarmos determinados obstáculos, a sociedade evoluirá espontaneamente*, fazendo com que *evolução espontânea* apareça como algo próprio da sociedade, algo sem o qual a sociedade não cresceria ou evoluiria, isto é, sem o qual a sociedade não se modificaria. Em AD, A repetição pode se dar termo a termo, produzindo uma regularidade, mas também pode levar a uma movência dos sentidos, a uma ressignificação e, inclusive, a uma ruptura do regime de regularização.

No caso da negatividade liberal (à qual me referi mais cima como retomada de formulações próprias do liberalismo clássico e que se repetem no (neo)liberalismo, como na f. 20: *remoção completa dos obstáculos à evolução espontânea*), retomada nas formulações de Hayek, temos que a repetição levou a um deslizamento dos sentidos, pois, no quadro do liberalismo clássico, a negatividade se dava com base na liberdade natural enquanto um direito natural e, no quadro das formulações 20, 21 e 22, a repetição da negatividade retoma um elemento estranho ao liberalismo clássico. Um elemento do discurso biológico tangencia transversamente a teoria do novo liberalismo, em formulações nas quais *evolução espontânea* está relacionada ao que seria a evolução da sociedade humana. Estamos diante do retorno do mesmo, mas que justamente por retornar em um outro lugar e em um outro tempo, é outro porque produz sentidos que desmistificam a propriedade e a liberdade como direito natural e se movem na direção de um evolucionismo social espontâneo.

Este deslizamento dos sentidos nos remete à heterogeneidade das FDs. Se os sentidos deslizam de uma FD para outra, podendo ainda deslizar por mais de uma FD, é porque as fronteiras de uma FD não são cerradas, mas porosas, fronteiras pelas quais os sentidos migram e, ao migrarem, sofrem uma ressignificação. Esta porosidade das fronteiras das FDs leva Indursky a considerar acerca da noção de FD, algo que, como vimos no capítulo primeiro, Guimarães considera acerca dos enunciados: segundo este autor, os enunciados não existem isoladamente. E assim como os enunciados para Guimarães, para Indursky, as FDs não existem isoladamente, mas constituem um “todo complexo com dominante” (PÊCHEUX, 2014, p. 149), definição de Pêcheux para interdiscurso.

Como dissemos acima, estas noções: pré-construído, discurso transversal, repetição e interdiscurso, segundo Indursky, conduzem a AD à elaboração da noção de memória. A autora considera como efeito de início para a noção de memória em AD, a obra de Courtine, publicada originalmente em 1981, que já mencionamos várias vezes neste estudo: *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Nesta obra, Courtine elabora a definição de memória discursiva que, segundo o autor, está relacionada “à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2014, p. 105-106, grifo do autor). Mas o fato de o enunciado existir no tempo longo de uma memória não o impede de deslizar de seu sentido e tornar-se outro. Desse modo, penso poder dizer, com Indursky (2011, n.p) que a repetição, ou o regime de repetibilidade inscreve um dizer, um enunciado numa memória coletiva, mas sem, com isto, impedir ou mesmo poder evitar a deriva dos sentidos. É esta deriva que dá vazão ao acontecimento, entendido como ponto de encontro entre uma atualidade e uma

memória, o que nos leva a voltar para o subtítulo: “não dá para interpretar uma atualidade sem mobilizar uma memória”.

E mobilizando a memória da negatividade liberal, temos que os sentidos desta negatividade deslizam de:

remover obstáculos à liberdade humana
para
remover obstáculos à evolução espontânea da sociedade,

que cresceria, evoluiria espontaneamente sem o que seriam os impedimentos que a *insensatez* de conservadores e/ou socialistas imporia a esta evolução (f. 22). A formulação *remover obstáculos à evolução espontânea* produz este deslocamento dos sentidos, mas, para que este efeito de deslocamento se produza, a formulação convoca os sentidos produzidos pelas formulações do liberalismo clássico, trazendo um diferente que aciona o mesmo, ou seja, um deslizamento dos sentidos sob a repetição, um sentido outro que se produz ancorado num já dito.

Ainda alinhado a Indursky (2011), e mais especificamente ao seu *A memória na cena do discurso*, é importante que se diga que este sentido outro que desliza de um já dito/pré-construído não apaga os sentidos produzidos pela negatividade liberal do liberalismo clássico. Ao contrário, estes são indispensáveis para o deslizamento dos sentidos, para o trabalho dos sentidos sobre os sentidos, pois, se a repetição, pela qual se estabelece a regularização de determinados sentidos, sua cristalização, é também o fundamento da movência dos sentidos, é porque, como diz Indursky (2011, n.p), funciona como “pano de fundo” sobre o qual se produz o distanciamento dos sentidos pré-construídos, possibilitando que novos sentidos se instaurem.

Desse modo, penso poder dizer que é pela memória, tomada enquanto aquilo que faz ressoar já ditos, que se pode interpretar determinadas formulações como retomada de outra ou outras formulações, produzindo o que autora (2011, n.p, grifo da autora) designou com Courtine (2014) como “efeito de memória”.

A esta altura, penso poder traçar, com Indursky (2011, n.p), a distinção entre memória e interdiscurso. Este, enquanto todo complexo das FDs, comporta todos os sentidos já produzidos. Para a autora (2011, n.p), o interdiscurso “não é dotado de lacunas. Ao contrário. Ele se apresenta totalmente saturado”, abrangendo todos os sentidos, o que a leva a dizer que o interdiscurso é a memória de todos os dizeres. Já a memória discursiva, por está

relacionada à existência histórica do enunciado, que se inscreve em uma dada FD e dela recebe seu sentido, não poderia comportar todos os sentidos, mas apenas aqueles autorizados pela FD que a representa, ou seja, a memória discursiva é lacunar, permite a lembrança, a retomada, a refutação, mas também o esquecimento. Indursky considera ainda que o esquecimento é precisamente um dos funcionamentos da memória discursiva, dito de outro modo, determinados sentidos, que podiam num dado momento ser produzidos no interior de uma FD, passam a ser esquecidos devido a mudanças conjunturais que os interditam.

Considero esta distinção entre memória e interdiscurso fundamental para pensarmos o fundamento do esquecimento em AD. A partir desta distinção, entendo que, assim como a repetição aparece como condição da memória discursiva, que se constitui a partir de sentidos cristalizados pelo regime de repetibilidade, o interdiscurso, enquanto instância que comporta todos os sentidos já produzidos aparece como condição para o esquecimento, aqui entendido enquanto funcionamento da memória discursiva. Penso que o esquecimento de determinados sentidos, indica que tais sentidos antes circulavam e indica também que poderão ser lembrados e, se podem ser lembrados, é porque estão no interdiscurso, enquanto memória de todos os dizeres.

4 NÃO HÁ TERCEIRA VIA

A esta série vem se juntar a multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, coloca-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de coloca-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protege-los e de vigiá-los, de leva-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo [...] apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira e casada.

Michel Pêcheux

No capítulo anterior, analisei formulações que traziam definições de noções importantes para as teorias de Mises, Hayek e Röpke. Estas definições foram elaboradas sob uma forma sintática que defini esquematicamente como X é Y e não Z. Neste capítulo, analisarei formulações que podem ser reformuladas sob outra forma sintática disjuntiva: X ou Y, também recorrentes nos textos produzidos pelos autores acima listados.

Nos textos de Mises, Hayek e Röpke, não encontramos muitas formulações precisamente elaboradas sob a forma sintática X ou Y, mas formulações nas quais um determinado significante ou uma determinada sequência estabelece uma relação de exclusão com outro significante ou outra sequência, de tal modo que não há meio termo, ou terceira via entre um e outro, o que possibilitou-me reformulá-las sob a forma X ou Y. Nessas formulações, a primeira coisa que me saltou aos olhos a ponto de capturar minha atenção foi precisamente o estabelecimento de duas vias que, além de se excluírem, excluem toda e qualquer alternativa às duas, estabelecendo assim o imperativo da escolha ao sujeito ou, talvez seja melhor dizer, do sem escolha?

A conjunção *ou*, seja na gramática ou na lógica, aparece como passível de ser usada para estabelecer duas alternativas excludentes, apresentadas ao sujeito como suscetíveis

de escolha, sendo que, em alguns casos, são colocadas ao sujeito de tal forma que a este é imposta uma escolha, isto é, o sujeito precisa escolher uma das duas e não lhe é permitido simplesmente não escolher, reduzindo, desta forma, a margem do que seria a liberdade que o sujeito teria para fazer sua escolha.

Adentrando agora uma perspectiva discursiva de tipo materialista, pretendo abordar o conectivo *ou* nas formulações que extrairei dos textos de Mises, Hayek e Röpke, a partir dos efeitos de sentido que produz e do funcionamento discursivo nas/das formulações destes autores, a serem analisadas neste capítulo levando em consideração as condições de produção nas quais são enunciadas, remetidas à noção de FD na relação com o seu interdiscurso, isto é, levando em consideração a exterioridade que determina os efeitos de sentidos das formulações. Para tanto, procederei à paráfrase discursiva, considerando-a enquanto manifestação do outro no discurso; o alhures, aquele algo que vem de fora, do qual trata Henry (1990, p. 61). E considerando também, novamente a partir de Hanry (1990, p. 52), que o que determina a substitutibilidade de uma dada unidade num discurso é a FD na qual o sujeito do enunciado que lineariza esta unidade está inscrito e com a qual se identifica, podendo modalizar sua relação de identificação com esta FD, que delimita a um só tempo aquilo que pode e deve ser dito e aquilo que não pode e não deve ser dito.

4. 1 Quando o teórico se espria no político

Daltoé, em artigo intitulado *Restos de censura e tortura: cloroquina ou a morte* (2022, p. 229), nos oferece uma importante pista de como abordar o conectivo *ou* a partir de Pêcheux. Conforme a autora, podemos nos valer da discussão de Pêcheux acerca do conectivo *ou*⁵⁷, que estabelece uma disjunção de tipo lógica, produzindo assim um efeito de evidência lógico-prática, que vai funcionar como técnica de gestão social da vida individual no interior do espaço administrativo, jurídico, econômico e político.

Embora, no presente estudo, procuro debruçar-me sobre o que designei no primeiro capítulo de discurso teórico, entendo que uma das formas de abordar o discurso teórico seja a partir de Althusser - que, refletindo em seu *Iniciação à filosofia para os não filósofos* (2019, p. 109 – 116) sobre a “prática”, entendida como “*um processo social que coloca os agentes em contato ativo com o real e produz resultados de utilidade social*” (ALTHUSSER, 2019, p. 113, grifo do autor), definição que o autor elabora com base no

⁵⁷ Pêcheux faz uma importante discussão acerca do conectivo *ou* no segundo capítulo de seu *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2015, p. 29 – 42).

postulado materialista da primazia da prática sobre a teoria -, estabelece uma íntima relação entre teoria e prática. Este filósofo aborda a teoria como indissociável da prática, entendendo que não há prática sem teoria nem teoria sem prática. Segundo Althusser (2019, p. 111 – 112):

Na realidade concreta das relações dos homens com o mundo, nunca se tem de lidar somente com a prática (um trabalho puramente animal e cego) ou somente com a teoria (uma pura contemplação, sem atividade alguma). Na prática mais elementar (a do cavador que abre valas), há *ideias* [...]. E, na mais elevada teoria, a do matemático mais abstrato, sempre há prática.

A partir desta citação, mas buscando ir um pouco além, procuro pensar a relação entre uma teoria de cunho político, como a que estudamos neste trabalho e o político a partir da relação entre prática teórica e prática política. Esta última, Althusser (2019, p. 175) associa de maneira inexorável à luta de classes: “o próprio Marx declarou que a essência da prática política era constituída pela luta de classes”.

Pois bem, uma vez que entendo a teoria relacionada à prática, e, para além disso, penso poder dizer que o que seria a teoria do novo liberalismo enquanto prática teórica de cunho político está intimamente relacionado à prática política, cuja essência é a luta de classes. Penso ainda que a teoria do novo liberalismo ou (neo)liberalismo contribui de algum modo e em alguma medida com o funcionamento dessa técnica de gestão social dos indivíduos no espaço jurídico, econômico e político, da qual fala Pêcheux, em sua reflexão sobre o conectivo *ou*, pois, apoiando-me em Althusser, não vejo como dissociar o que Pêcheux (2015, p. 30) designa: “a multiplicidade das ‘técnicas’ de gestão social dos indivíduos” de uma política de Estado e, portanto, da prática política, cuja essência é a luta de classes, dado que tomo o Estado como representante da classe dominante.

Tomarei esta relação entre prática teórica de cunho político e prática política como eixo das análises deste capítulo. No entanto é importante que se diga que tomo esta relação entre prática teórica e prática política levando em consideração a autonomia relativa de ambas as práticas e com base no postulado materialista da primazia da prática sobre a teoria. Este postulado atesta que, em última instância, é a prática que determina todo conhecimento, pondo em jogo um movimento que parte da prática, vai para a teoria e retorna para a prática, inclusive, como diz Althusser (2019, p. 94), “para a prática da luta de classes”. Penso que, apesar da autonomia relativa de todas as práticas, é possível dizer que a prática teórica que se dedica a teorizar o político repercute na prática política e vice-versa, de tal modo que aqui tenho em conta este retorno do que designo de teoria política sobre a prática política.

4.1.2 “Mas não consegui entender ainda qual é melhor: se é isto ou aquilo”

Com este verso de Cecília Meireles, pinçado de seu poema *Ou isto ou aquilo*, parto enfim para a análise das formulações. Começo por esta formulação de Mises:

f. 23: A ideia de que existe, entre o socialismo e o capitalismo, um *terceiro* sistema – como o chamam seus defensores –, o qual, sendo equidistante do socialismo e do capitalismo, conservaria as vantagens e evitaria as desvantagens de um e de outro, é puro contra-senso. Os que acreditam na existência possível desse sistema mítico podem chegar a ser realmente líricos quando tecem loas ao intervencionismo⁵⁸.

Nesta formulação, Mises apresenta capitalismo e socialismo como dois sistemas político, social e econômico que constituem as únicas alternativas existentes e como os únicos possíveis, excluindo a possibilidade de um terceiro sistema que agregaria o que seriam as vantagens e evitaria o que seriam as desvantagens de ambos. Desse modo, todo e qualquer sujeito, estaria sempre ante o capitalismo e o socialismo apresentados enquanto objetos de escolha, sendo impossível escolher ambos e, portanto, sendo impossível para o sujeito ser capitalista e socialista ao mesmo tempo, bem como, de acordo com Pêcheux (2015, p. 30), é impossível ser solteira e casada, ter um diploma e não ter.

Mas a formulação 23 vai além e, ao excluir a possibilidade de um terceiro sistema, impõe ao sujeito o imperativo da escolha entre capitalismo e socialismo, pois como sistemas possíveis incompatíveis, a escolha por um se faz imperativa, isto é, ao sujeito não é facultado a não escolha. Este imperativo da escolha se imporia devido à impossibilidade de se viver em sociedade sem um *sistema* político, econômico e social que regule e ordene a vida social moderna, constituída pela formação social capitalista, que propiciou que a maioria da população mundial passasse da vida no campo para uma vida no meio urbano, mais complexa e com demandas que vão se modificando e transformando e que só poderiam ser atendidas pela produção industrial⁵⁹. Estaria o sujeito assim diante da disjuntiva: *capitalismo ou socialismo?*, sob a forma de uma indagação que parafraseia: *a ideia de que existe entre o socialismo e o capitalismo, um terceiro sistema [...] é puro contra-senso*. Linearizado com

⁵⁸ MISES, L. **As seis lições**. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. p. 56.

⁵⁹ Cf. DUSSEL, Enrique. **Buen Vivir**. Youtube, 31 mai. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DLIEm_6SmDs>. Acesso em 09 mai. 2023. Enrique Dussel é um filósofo e acadêmico argentino radicado no México. Possui extensa obra filosófica, na qual reflete sobre política, ética e outros temas. É um crítico da modernidade enquanto era do racionalismo que, segundo o autor, teria nos levado à exploração predatória dos recursos naturais, o que estaria pondo em risco a própria existência sobre a terra.

um sinal de interrogação no final, *capitalismo ou socialismo?* aparece ante o sujeito como uma interpelação que exige resposta.

Apresentada sob a forma *capitalismo ou socialismo?*, entendo que a formulação 23 evoca a luta de classes ao mesmo tempo que a apaga. Explico-me: quando disse que, acompanhando Althusser, compreendo a teoria do novo liberalismo como indissociável da prática política, tomada esta última na sua inexorável relação com a luta de classes, tal como preconizada pelo filósofo francês, o fiz por considerar que esta formulação de Mises, ao colocar o sujeito ante o imperativo do que seria a escolha entre capitalismo e socialismo, posicionando-se enquanto sujeito enunciador em prol do capitalismo, espraia o discurso teórico do novo liberalismo no discurso político, de maneira tal que torna difícil a tarefa de disjuntir um do outro. Assim, a luta de classes, como inseparável da prática política e do discurso político, é evocada pela exposição do que seria este binarismo que traz como “opções” capitalismo e socialismo, pois, no texto do qual extraí a formulação, o sujeito enunciador identifica-se com o capitalismo, inscrevendo-se na FD capitalista. Mas, ao mesmo tempo, entendo que a luta de classes é apagada no momento mesmo em que é exposta sob esta forma binária da lógica disjuntiva, que estabelece uma escolha entre o que seriam duas alternativas, como se o socialismo pudesse ser pacificamente escolhido em detrimento do capitalismo, isto é, como se a classe dominante fosse, pacificamente, abrir mão de sua dominação.

Fonseca (2022, p. 116), em artigo intitulado *Disjuntivas e determinação discursiva: uma análise do lema das ligas camponesas*, entende que as disjuntivas possuem uma estrutura que explora e simula “uma margem de escolha que não é bem uma escolha dado seu caráter assimétrico: o segundo termo é geralmente o indesejável no projeto enunciativo particular”, o que, ainda segundo o autor, impele o interlocutor a tomar uma posição ou ter de aceitar determinadas consequências por não tomar posição. Apoiando-me neste gesto de Fonseca, entendo que, ante *capitalismo ou socialismo?*, o sujeito é impelido a assumir o primeiro para evitar o que seriam as indesejáveis consequências do segundo, o que vem ao encontro do apagamento da luta de classes, pois colocado sob a forma do que seria uma escolha, o sujeito é impelido a tomar parte no primeiro meramente para evitar o indesejado, como se socialismo não pudesse ser objeto de desejo e de luta.

Contudo, ainda sobre a formulação 23, é preciso dizer que esta ao produzir efeito de apagamento da luta de classes, não apaga apenas a luta entre classe dominante (burguesia) e classe dominada (proletária). Entendo que apaga também a luta e as divergências entre a própria burguesia. Retomando a formulação 9: *Sob o capitalismo, no entanto, todos tem a*

liberdade de desafiar os interesses velados dos demais, e colocando-a em relação com a f. 23, temos que capitalismo estabelece relação de identidade semântica com liberalismo, apagando dessa maneira a possibilidade de o capitalismo funcionar sob outras formas que não a liberal e produzindo um efeito de unidade dos capitalistas, como se todos os capitalistas fossem liberais e, como tais, representariam a liberdade. Este efeito de apagamento passa borracha nos períodos históricos nos quais o capitalismo funcionou sob o regime escravagista, comum nas colônias dominadas pelos países imperialistas a partir do século XVI e na própria exploração capitalista sobre o trabalho assalariado, como se ao trabalhador fosse dada a *liberdade de desafiar os interesses* de seu patrão.

É nas condições postas pelo embate com teorias que admitem o Estado como dinamizador da economia que se dá a linearização da formulação 23. Para Mises, ao intervir na dinâmica própria do mercado, como no caso dos preços (exemplo que o próprio autor trabalha em seu texto *O intervencionismo* e de onde tirei a formulação 23), o Estado interfere de modo a orientar a produção no caminho da escassez, o que seria um efeito pior que o produzido se o Estado se isentasse de intervir e permitisse o fluxo próprio dos preços. Segundo Mises, se, para impedir o aumento do preço de um determinado produto, considerado indispensável para a maioria da população, como o leite ou a manteiga, o Estado começa a intervir para controlar efetivamente o preço desse produto, terá de, necessariamente, intervir nos preços de toda a cadeia produtiva indispensável para que o produto chegue às prateleiras e atenda à demanda da população, o que estabeleceria uma tendência à expansão da intervenção até o ponto de o Estado dominar todo o mercado e instaurar o que seria uma economia totalmente planejada. Esta, Mises, mas também Hayek e Röpke identificam ao socialismo: “E o governo acabará por chegar a um ponto em que [...] tudo o que compõe o sistema econômico é determinado por ele. E isso, obviamente, é socialismo” (MISES, 2009, p. 52). Será com base no que designou de efeito de escassez, que seria produzido pela intervenção do Estado num fenômeno de mercado, no caso exemplificado, a precificação, que Mises excluirá o intervencionismo, esse *sistema mítico*, como alternativa entre capitalismo ou socialismo, pois, segundo este autor, o intervencionismo conduziria inexoravelmente ao socialismo. Sem uma alternativa, só é possível ao sujeito estar entre *capitalismo ou socialismo?*

Colocado desta forma, a escolha parece facilitada por estar restrita a apenas duas opções, todavia, o que a formulação 9, que retomei mais acima, posta em relação com a formulação 23, coloca diante de nós é a questão de saber se há mesmo escolha. Relida na íntegra, a formulação 9 põe em cena a sequência *economia planejada*, que estabelece relação

de paráfrase com *socialismo*. Nesta formulação, *capitalismo* aparece como sistema no qual o indivíduo tem liberdade, enquanto no que seria a *economia planejada (socialismo)*, o indivíduo dependeria das autoridades, isto é, colocado em outros termos, podemos dizer que, sob o socialismo, o indivíduo é um escravo do Estado. Neste sentido, podemos nos indagar se há mesmo alternativa quando o sujeito é posto de modo imperioso e, portanto, coercitivo, ante ter de escolher entre liberdade ou escravidão. Desse modo, *capitalismo ou socialismo?* parafraseia *liberdade ou escravidão?*

De certa modo, mesmo sob a forma *liberdade ou escravidão* ainda seria possível dizer que se produziu um efeito de escolha. Aristóteles e também outros filósofos refletiram sobre o que seria a escravidão voluntária, mas o significante liberdade, o primeiro termo, como diz Fonseca (2022, p. 116), impele o interlocutor a assumir posição em favor ou aceitar as indesejáveis consequências do que seria a alternativa: a escravidão, produz um efeito de sentido que representa o sujeito como dotado de uma racionalidade, entendida como aquilo que determinaria o que seria a melhor escolha. Dessa forma, a formulação *capitalismo ou socialismo*, que parece apresentar uma alternativa, impõe uma escolha ao sujeito ao determinar o que seria a escolha racional enquanto melhor escolha: o capitalismo, identificado à liberdade. Afinal, para que ser escravo, se a liberdade está ao alcance da mão?

Neste sentido, penso poder dizer que o conectivo *ou* na formulação *capitalismo ou socialismo*, pode ser parafraseado por *o capitalismo é o melhor sistema que temos e só há liberdade sob o capitalismo, logo, o capitalismo é melhor* ou, como no gesto de Fonseca (2022, pp. 117), que dirá que certas “disjuntivas podem ser parafraseadas em condicionantes com negativa”, o que me permite estabelecer a paráfrase: *se você não for capitalista (= a livre), então será socialista (= a escravo)*. Já não se trata de uma interrogação, mas de uma afirmação. Os sentidos da interrogação deslizaram para os de afirmação.

A lógica binária, cuja linearização é organizada pelo conectivo *ou*, não está presente apenas nos textos de Mises. Nos textos de Hayek e Röpke, são abundantes as sequências que apresentam duas alternativas como as únicas e excluem outra via.

Começo por Röpke:

f. 24: O desejo de seguridade, embora em si mesmo natural e legítimo, pode converter-se numa obsessão que, em último caso, pode ser pago com a perda da liberdade e da dignidade humana, quer a gente compreenda assim ou não⁶⁰.

⁶⁰ RÖPKE, Wilhelm. Estado benefactor e inflación crónica. 26. Jan 2022. **Mises Institut**. Artículos. Disponível em: <<http://www.mises.org.es/2018/12/estado-benefactor-e-inflacion-cronica/>>. Acesso em: 28 de abr. 2023.

f. 25: Uma vez que levamos em consideração a direção na qual estamos nos movendo em ambos os casos, parece evidentes que em última instância a opção fica entre o indivíduo e a família por uma parte, e o coletivismo por outra, ou melhor, para dizer sem rodeios, entre o ambiente de liberdade e seu contrário⁶¹.

A seguridade, entendida como assistência social, da qual Röpke designou de Estado de Bem Estar é o garantidor, se desmedida, isto é, se ultrapassar certo limite, torna-se incompatível com a liberdade, excluindo-a. Novamente impõe-se, ou ao menos, simula-se uma certa margem de escolha ao sujeito, posto entre *seguridade ou liberdade?*; *liberdade ou coletivismo?*; *liberdade ou seu contrário?* A assistência que só o Estado seria capaz de oferecer aos indivíduos é representada, nas formulações 24 e 25, como incompatível com a liberdade, mas não só, é representada também como ameaça à liberdade que o sujeito teria (*pode ser pago com a perda da liberdade*), pois só se pode perder o que se tem, e mesmo como uma tendência (*uma vez que levamos em consideração a direção na qual estamos no movendo*) que teria, conforme o sujeito enunciador, sido estabelecida pelo que seria o excesso de assistência e de serviços públicos. Para Röpke, esta tendência também levaria indubitavelmente à centralização do poder nas mãos do Estado, anulando desse modo, a liberdade individual.

Diferente de Mises, Röpke não problematiza a intervenção do Estado num ou nos fenômenos de mercado. O autor considera que o excesso de assistência ou seguridade e de oferta de serviços públicos engatilham uma tendência à ampliação da presença do Estado na economia e na própria vida social, de tal maneira que o efeito desta tendência seria a gradativa centralização de poder nas mãos do Estado, o que reduziria concomitantemente a liberdade até sua completa eliminação.

Assim, as formulações 24 e 25 também parecem impor ao sujeito o imperativo da escolha, representando-o como dotado de uma liberdade que estaria sendo perdida gradativamente pela expansão da centralização do poder do Estado. Mas entendo que, ao impor ao sujeito o que seria a escolha entre *liberdade ou seu contrário?*, liberdade esta que estaria sob a ameaça, a formulação produz um efeito de conclamação, que pode ser parafraseado por: *tua liberdade está em risco, defenda-a*, sob a forma de uma chamada de atenção para um perigo que já se apresentaria. Como diz Röpke:

f. 26: Se a ajuda organizada pelo Estado é a muleta de uma sociedade tolhida pelo proletariado e pela massificação, então devemos dirigir todos os nossos esforços para andarmos sem esta muleta⁶².

⁶¹ RÖPKE, Wilhelm. Estado benefactor e inflación crónica. 26. Jan 2022. **Mises Institut**. Artículos. Disponível em: <<http://www.mises.org.es/2018/12/estado-benefactor-e-inflacion-cronica/>>. Acesso em: 28 de abr. 2023.

⁶² RÖPKE, Wilhelm. Estado benefactor e inflación crónica. 26. Jan 2022. **Mises Institut**. Artículos. Disponível em: <<http://www.mises.org.es/2018/12/estado-benefactor-e-inflacion-cronica/>>. Acesso em: 28 de abr. 2023.

O Estado tolheria a sociedade e a tolheria de sua liberdade: *liberdade ou seu contrário?*; *liberdade ou coletivismo?*. Nesta formulação (f. 26), o sujeito da enunciação se identifica com a liberdade que estaria em relação de contradição com a *ajuda organizada pelo Estado*, o qual *tolhe* a sociedade e a *tolhe* do que seria sua liberdade. Estar entre *liberdade ou seu contrário?* equivale a estar entre *assumir os riscos da liberdade, de um negócio que pode dar errado, da perda dos bens, do fracasso ou receber ajuda, mas não poder mais escolher o próprio caminho, isto é, perder a liberdade*. O conectivo *ou* funciona nas formulações de Röpke como um alerta, que impele o sujeito à defesa de si mesmo, à defesa de sua própria liberdade, a assumir a liberdade, enquanto significante que, diante de *seu contrário* e de *coletivismo*, produz o efeito não apenas de objeto de escolha, mas de um bem que estaria sob ameaça, representando o Estado como um ladrão, que se aproveitaria da desatenção de sua vítima. A liberdade não estaria sendo trocada pela assistência, mas perdida (f. 24) para o Estado.

Penso poder dizer que, novamente, estamos diante de uma nova simulação de opção [...] *entre ambiente de liberdade e seu contrário?* Se liberdade pode ser identificada à escolha, escolher *seu contrário* equivaleria a escolher não poder mais escolher. Neste sentido, o sujeito estaria diante do que poderia ser sua última escolha: optar por um *ambiente de liberdade*, onde seria possível fazer escolhas ou por *seu contrário*, onde não escolher seria uma imposição permanente? Aliás, é interessante por em jogo os significantes *perda* e *opção*, que aparecem respectivamente nas formulações 24 e 25. Optar por seguridade equivaleria a perder a liberdade, uma liberdade que só pode ser perdida porque já se tem. Mas optar pela liberdade não equivale a perder nada. Enquanto a seguridade é dada, a liberdade perdida, estaria sendo tomada em nome da seguridade. Ganhar a seguridade equivaleria a perder a liberdade, mas optar pela liberdade seria a única forma de não perdê-la.

Novamente, o sujeito estaria diante de *liberdade ou escravidão?* que parafraseia *poder viver num ambiente onde é possível fazer escolhas ou viver em um ambiente onde a possibilidade de escolher seria tolhida?* Os sentidos de opção deslizam para os sentidos de dilema. Eis o sujeito ante o dilema da última escolha, que o convoca a tomar posição ante o que seria uma ameaça à sua liberdade.

É possível ainda ir além e aprofundar o dilema da última escolha se retomarmos a noção de memória coletiva, que trabalhamos no capítulo anterior, pois, apoiando-me em

Pêcheux (2015, p. 56), entendo que o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais. Na filosofia ocidental clássica (refiro-me sobretudo a Sócrates, Platão e Aristóteles), escolher seria um atributo universal de todo ser humano. Esta filosofia ensinou-nos, e a repetição deste ensinamento em salas de aula, em Igrejas cristãs e até pela exposição à publicidade constituiu um saber memorável, que representa o ser humano como naturalmente dotado de livre arbítrio, isto é, capaz de fazer escolhas, de errar ou acertar, mas arriscar a escolher. Mesmo um servo ou um escravo poderia escolher entre correr o risco de perder sua vida lutando por sua liberdade ou aceitar a escravização que lhe é imposta. Neste sentido, apenas a morte seria capaz de privar um ser humano da faculdade da escolha, do exercício de sua vontade, que seria livre se racional. Diante disto, podemos dizer que *liberdade ou seu contrário?* estabelece relação de identidade semântica com *liberdade ou a morte?*

Passo agora para as formulações de Hayek, que podemos reformular sob a forma de disjuntivas. Este autor também estabelece uma relação binária entre segurança e liberdade. O austríaco intitula *Segurança e Liberdade*, o nono capítulo de seu mais conhecido livro *O caminho para a servidão*, publicado pela primeira vez em 1944.

No referido capítulo da obra de Hayek, este autor vai um tanto mais longe que Röpke ao dizer, de modo enfático, que não é contra a assistência do Estado. Segundo o autor: “não há razão para que o Estado não ajude os indivíduos a fazer face aos infortúnios da vida”, porém:

f. 27: É fácil demonstrar que a segurança de um rendimento fixo só é possível à custa da abolição da liberdade de cada qual poder escolher o seu trabalho. Contudo, embora esta garantia genérica de expectativa legítima seja muitas vezes considerada um ideal a que aspirar, não é algo que se tente. O que se faz é garantir esse tipo de segurança a determinados grupos, fazendo com que se intensifique a insegurança para os que são excluídos desse processo. Não admira por isso que o privilégio da segurança tenha cada vez mais importância. A exigência de segurança torna-se cada vez mais premente, até que, por fim, a desejamos a todo custo, mesmo da liberdade.⁶³

No texto do qual extraí esta formulação, Hayek admite que não há incompatibilidade entre uma determinada medida de assistência social e a liberdade, e o faz apoiando-se no argumento de que este tipo de segurança seria garantida por fora do mercado, ou seja, não interviria em nenhum mecanismo de mercado. E o autor vai além, ao dizer que, “para salvaguardar a liberdade, é necessário algum tipo de segurança, pois a maioria das pessoas está disposta a suportar o risco que a liberdade implica desde que o risco não seja excessivo” (HAYEK, 2018, p. 168).

⁶³ HAYEK, F. *O caminho para a servidão*. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 159.

Todavia, haveria mais de um modo de garantir segurança e há ainda várias formas de segurança. Na formulação 27, o austríaco se refere ao que designa de *segurança de rendimento* para se referir ao que seria a segurança aspirada/desejada por aqueles que, tendo alcançado certa posição no mercado em que atua, passam a buscar meios de garantir, pela intervenção do Estado, a manutenção da posição que alcançaram.

Na f. 27, este tipo de segurança só poderia ser garantida à custa da *liberdade de cada qual escolher o seu trabalho*, o que podemos parafrasear sob a forma disjuntiva: *segurança ou liberdade*? A novidade é que Hayek, diferente de Mises, não se apoia num argumento segundo o qual a intervenção do Estado num mecanismo de mercado levaria inevitavelmente ao que seria o socialismo ou a uma concentração total de poder que poderíamos identificar ao que seria o totalitarismo. Põe em jogo a incompatibilidade entre segurança e liberdade a partir do que seria o *privilégio da segurança*, que, segundo o autor, intensificaria a *insegurança para os que são excluídos desse processo*.

Embora Hayek aparentemente não atente, no texto, para o que vou dizer aqui, saltou-me aos olhos o seguinte: o que seria *segurança de rendimento* ou *privilégio da segurança*, tal como linearizados na f. 27? O autor põe *segurança* em relação de contradição e exclusão com liberdade, mas também com igualdade, pois *o que se faz é garantir esse tipo de segurança a determinados grupos, fazendo com que se intensifique a insegurança para os que são excluídos desse processo*. Ou seja: o tipo de segurança que Hayek põe em cena para tratar da incompatibilidade entre segurança e liberdade, põe também em cena o que seriam privilégios que o Estado conferiria a determinados grupos em detrimento de outros. E assim, entendo que, talvez por um ato falho, o austríaco coloca em jogo a não neutralidade do Estado⁶⁴, contrariando a posição burguesa e liberal de que o Estado é neutro e, enquanto tal, não representaria a classe dominante, mas todas as classes e o faria com isonomia: todos são iguais, pelo menos em termos formais. Atravessado pelo equívoco, Hayek, que se autodesigna liberal e estaria inscrito numa FD do liberalismo, põe em jogo a não neutralidade

⁶⁴ Cf. “O Partido Operário Alemão – no caso de adotar esse programa – mostra que as ideias socialistas não penetraram nem sequer a camada mais superficial de sua pele, quando considera o Estado um ser autônomo, dotado de seus próprios “*fundamentos espirituais, morais, livres*”, em vez de afirmar a sociedade existente (e isso vale para qualquer sociedade futura) como *base* do Estado existente (ou futuro, para uma sociedade futura)”. In: MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012. Necessário dizer que, quando Marx se refere à “sociedade existente” está se referindo à sociedade capitalista, onde impera a divisão de classes sociais que, conforme o autor diz no *Manifesto*, organiza a formação social capitalista em duas grandes classes: a classe burguesa (dominante) e a classe proletária (explorada pela classe burguesa).

do Estado e a desigualdade, inclusive a desigualdade de tratamento. Nem todos são iguais para o Estado.

Em seu *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2015, p. 32) nos diz que o equívoco atravessa a “homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas”. E ao atravessar a lógica binária tal como colocada nas formulações de Hayek, o equívoco produz uma deriva dos sentidos que quebra o lógico e desliza na direção do outro, do não lógico. Linearizando o que seria a oposição segurança ou liberdade, o sujeito da enunciação, atravessado pelo equívoco, afetado pelo inconsciente, traz para a cena a ilusão da igualdade burguesa: se, ao intervir na economia, o Estado produz desigualdade é porque nada tem de neutro.

Perante o que Pêcheux (2015, p. 34) chamou de “necessidade universal de um ‘mundo semanticamente normal’”, própria do sujeito pragmático, o equívoco se impõe e esburaca a lógica, produzindo uma deriva dos sentidos da disjunção que parece facilitar e simplificar, mas cuja homogeneidade se esvai no heterogêneo. Assim, ao simplificar o mundo dividindo-o entre segurança ou liberdade, o sujeito, afetado pelo equívoco, sem controle pleno sobre seu dizer, nada pode contra o deslize dos sentidos. Como diz Pêcheux (2015, p. 56), “não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo”. O conectivo *ou*, marca formal de coesão e lógica, em termos discursivos, na reformulação que faço de f. 27, produz uma deriva dos sentidos que fura o que seria a coerência entre o sujeito (liberal) e sua lógica.

O exemplo que Hayek utiliza para tratar do que seria essa incompatibilidade entre segurança e liberdade aponta para o que seria o problema da interferência estatal nos fenômenos próprios do mercado. Segundo o autor, ao interferir na produção de um determinado setor da economia, – por meio de um planejamento designado de restricionismo, cujo objetivo é garantir um retorno satisfatório aos que atuam nesse setor – o Estado dificulta a inserção dos trabalhadores, sejam executivos e administradores, sejam trabalhadores de funções que exigem menos qualificação formal, no setor protegido. Esta dificuldade seria criada pelo seguinte: a fim de garantir seus respectivos rendimentos, tanto os executivos quanto os trabalhadores do setor privilegiado tendem a se apoderar na forma de salários e outros benefícios do retorno produzido pela atividade do setor, excluindo assim vários trabalhadores do acesso a esse setor protegido e privilegiado pelo Estado e, por efeito desta exclusão, privilegiando uns em detrimento de outros, o que Hayek identifica à restrição da

liberdade de cada um escolher o seu trabalho. Com base nisto, podemos dizer que segurança e liberdade não são necessariamente incompatíveis, mas que determinado tipo de segurança seria incompatível com determinado tipo de liberdade, o que reformulo sob a seguinte forma: *segurança de rendimentos ou liberdade de escolher o próprio trabalho?*

Ao contrário do que analisamos na formulação enunciada por Mises (f. 23), que parafraseamos sob a forma: *capitalismo ou socialismo?*, e acerca da qual, acompanhando Fonseca (2022, p. 116), dissemos que o segundo termo seria o indesejável, a formulação de Hayek, já desde o título, traz o significante *segurança* antes de *liberdade*, o que parafraseamos como *segurança ou liberdade?*

Nesta disjuntiva, o que seria o indesejável, que nas palavras de Fonseca (2022, p. 116) geralmente aparece como o segundo termo, aparece como primeiro termo⁶⁵. Contudo, tanto Röpke (f. 24) quanto Hayek (f. 27) põem a segurança em cena como desejo. Na f. 27, temos que o empreendedor liberal, tendo alcançado sucesso no setor em que atua, desejaria segurança ante a possibilidade de oscilações de mercado ou de uma crise econômica porém em risco agudo o patrimônio que formou e os rendimentos que conseguiu. Na f. 24, temos que o cidadão comum, diante de riscos e perigos que as oscilações de mercado e, principalmente, diante dos efeitos produzidos pela guerra (refiro-me à Segunda Guerra Mundial, pois o livro de Röpke foi originalmente publicado em 1958, apenas 14 anos depois do fim da desta guerra) *deseja segurança*.

Em ambos os casos, nos dizeres das f. 24 e f. 27, o desejo de segurança seria *legítimo*. Porém, nas duas formulações (24 e 27), o desejo de segurança só poderia ser satisfeito à custa da liberdade. Assim, nem liberdade, que aparece como segundo termo nem segurança, primeiro termo, podem ser indesejáveis, dado que o sujeito da enunciação se identifica com o liberalismo e neste tanto liberdade quanto segurança seriam desejáveis.

O que dizer então da formulação *segurança ou liberdade?* Coloco-a em relação com *ambiente de liberdade ou seu contrário* (f. 25). Posta em relação com esta formulação, *segurança* estabelece relação de paráfrase com *seu contrário*: não é possível ter liberdade e segurança ao mesmo tempo. Por legítimo que seja, o desejo de segurança precisa ficar recalcado na FD do liberalismo. Ancorando-me em Indursky (1990, p. 120), proponho que segurança consiste numa denegação discursiva:

⁶⁵ É importante que se diga que o “geralmente” na frase “o segundo termo é geralmente o indesejável no projeto enunciativo particular” (FONSECA, 2022, P. 116) indica que o autor não pretende dar conta do funcionamento de todas as disjuntivas, como se sua asserção se pretendesse universalmente válida, tal como, por vezes, pretendem alguns gramáticos e os lógicos.

Não os podendo formular em seu discurso, sua emergência aí se dá através da denegação discursiva. [...] Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso, mas, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalçado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa

A liberdade só seria possível sem a garantia de segurança que, na sua polissemia, pode produzir diversos sentidos: segurança para o cidadão comum, trabalhador; segurança para o capitalista que teme perder o que teria conquistado no setor em que atua através do mercado e outros sentidos mais. Assim, o sujeito liberal precisa denegar seu desejo de segurança, pois

f. 27. 1: Não admira por isso que o privilégio da segurança tenha cada vez mais importância. A exigência de segurança torna-se cada vez mais premente, até que, por fim, a desejamos a todo custo, mesmo da liberdade.

e

f. 24. 1: O desejo de seguridade, embora em si mesmo natural e legítimo, pode converter-se numa obsessão que, em último caso, pode ser pago com a perda da liberdade.

Estas formulações dão conta deste recalque de algo que pode ser dito pelo sujeito inscrito na FD do liberalismo, mas que aparece no discurso apenas por meio da modalidade negativa: *nosso desejo de segurança não pode ser satisfeito, pois o preço a pagar seria a perda de nossa liberdade.*

Todavia, Hayek não se limita a tratar de um caso específico de intervenção estatal na economia e passa a abordar o que seriam as diferenças entre sociedade planejada e livre mercado (sociedade concorrencial), como na formulação:

f. 28: Já se afirmou, e com razão, que o último recurso de uma sociedade baseada na concorrência é o oficial de diligências, enquanto que numa sociedade planificada, a derradeira sanção é o carrasco. [...] Enquanto satisfizer os seus superiores (refere-se ao trabalho do executivo numa sociedade planificada), garantirá a sua segurança financeira, mas fá-lo à custa da sua liberdade e da sua vida⁶⁶.

f. 29: O conflito fundamental que se nos apresenta é, de facto, entre dois tipos irreconciliáveis de organização social que, conforme as suas manifestações características, têm sido designados o tipo comercial e o tipo militar de sociedade. [...] Ou a escolha e o risco pertencem ao indivíduo, ou são-lhe ambos retirados⁶⁷.

Nas formulações 28 e 29, Hayek põe em cena a sociedade. Já não se restringe a problematizar o binarismo segurança ou liberdade, mas o amplifica para o que seria a

⁶⁶ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 161 – 162.

⁶⁷ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 162.

sociedade e sua organização: a *sociedade comercial ou a sociedade militar?*, a *sociedade baseada na concorrência ou a sociedade planificada?* Em ambas as sequências, a conjunção *ou* organiza e põe em funcionamento o que seria a escolha acerca do tipo de sociedade, sempre subsumida a duas opções, o que, por si, exclui toda e qualquer terceira alternativa.

A opção entre sociedade comercial e sociedade planificada traz à cena não só a liberdade, mas a vida. O risco de vida é relacionado anaforicamente à *sociedade planificada*. *Numa sociedade planificada, a derradeira sanção é o carrasco*, que penso poder por em relação com a f. 25: *a opção fica entre o ambiente de liberdade e seu contrário*.

Nestas formulações, o que seria liberdade é acompanhado de morte, formando o par: *liberdade ou morte?* As sequências *contrário de liberdade* e *carrasco* estão em relação de paráfrase, pois ambas põem em jogo a morte como alternativa à liberdade. O sujeito estaria entre liberdade e morte, que parafraseia *a vida (liberdade) ou a morte (seu contrário = contrário de liberdade)?* Se para escolher é preciso estar vivo, o contrário de liberdade, enquanto impedição à escolha, em última instância, é a morte. E se colocarmos em cena os significantes *custa* (f. 28) e *risco* (f. 29), temos que:

Na sociedade concorrencial, o risco está nas mãos do indivíduo, limita-se a ações judiciais e o custo pelo erro pode chegar ao empobrecimento,
 Enquanto na
Sociedade planificada, quem decide a sanção é o patrão e o custo pelo erro pode chegar à morte.

Esta paráfrase é reforçada por *tipo militar de sociedade*. O militar está sempre exposto à morte, seja devido aos riscos a que os conflitos armados o expõem, seja pela rigidez da disciplina militar que, em alguns casos, como a deserção e a traição, pode levá-lo a ser penalizado com a morte: disciplina, segurança financeira e morte andam juntas na vida militar. Já o *tipo comercial* de sociedade expõe o indivíduo a riscos que seriam calculáveis e a ruína financeira é que seria o risco ao qual estaria permanentemente exposto. De todo modo, risco estaria presente nos dois tipos de sociedade: a comercial e a militar. A diferença é que, na sociedade militar ou planificada, o sujeito pode chegar a pagar com a vida um erro cometido, enquanto na comercial ou concorrencial, o sujeito paga com a perda de bens e com penalizações que passam pelo crivo do judiciário.

Nas formulações 28 e 29, postas em relação com a formulação 23, sociedade comercial ou concorrencial faz paráfrase com capitalismo, enquanto sociedade planificada faz paráfrase com socialismo. Assim, capitalismo estabelece identidade semântica com liberdade, risco calculável, vida; já socialismo aparece identificado à segurança com restrição à

liberdade, alto custo, morte. Se o capitalismo seria a vida, a escolha, a liberdade, o risco calculado; o socialismo seria a morte pela exclusão do trabalho, pela escassez, pela miséria e pela privação da própria liberdade e da própria vida. Enquanto capitalismo seria vida; socialismo seria morte: os sentidos de *capitalismo ou socialismo* derivam para os sentidos de *vida ou morte*.

Eis a lógica do terceiro excluído na sua versão mais radical. Tudo é dois, não há espaço para o terceiro, como no silogismo clássico:

Todo homem é mortal
Sócrates é homem
Logo, Sócrates é mortal

no qual, o chamado termo médio, no caso, homem, é excluído da conclusão, segundo o princípio do terceiro excluído. O terceiro excluído da lógica de Mises, Hayek e Röpke é tudo que não seja capitalismo ou socialismo ou ainda uma síntese de ambos. Como morte e vida, dia e noite, claro e escuro se excluem no momento mesmo em que um se impõe sobre o outro, não permitindo que morte e vida, dia e noite, claro e escuro estejam presentes ao mesmo tempo. Assim também capitalismo e socialismo se apresentam e se excluem para o sujeito como únicos, como totalidade mesmo do possível e como totalidades que se excluem ao sabor do que seria a escolha do sujeito, este aqui entendido como sujeito coletivo que identificamos à sociedade. A sociedade é que estaria sempre e inevitavelmente entre capitalismo e socialismo, mas não só, estaria, por força do imperativo *capitalismo ou socialismo*, ante *segurança ou liberdade, liberdade ou seu contrário*. E outras disjunções.

Estas disjunções apagam, como disse mais acima, a luta de classes, apresentando capitalismo ou socialismo como objetos de escolha da parte do sujeito, como se este já não estivesse no capitalismo e como se a classe dominante da formação social capitalista fosse assistir pacificamente à ruptura com o capitalismo, e, desta forma, apaga também a necessidade da revolução, da ruptura radical como o capitalismo para que então venha a ter espaço para emergir o socialismo.

A conjuntura discursiva na qual se dá a linearização das formulações 27, 28 e 29 é marcada pelo advento de discursividades que preconizavam uma incisiva atuação do Estado para minorar os efeitos da Segunda Guerra e pela emergência da URSS no plano internacional como potência capaz de exercer influência sobre outros países. É nesta conjuntura que se impõe a Mises, Hayek e Röpke o debate acerca do capitalismo e do socialismo. O socialismo, embora na ordem do dia enquanto *tipo de organização social* em disputa com o *tipo de*

organização social baseado na concorrência, não é algo passível de se impor pelo que seriam uma escolha ou escolhas, mas somente pela revolução comandada e protagonizada pela classe revolucionária, o proletariado: “De todas as classes que hoje em dia se opõem a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (MARX & ENGELS, 2017, p. 30).

Contudo há outro efeito de apagamento que não posso deixar de fora neste meu gesto analítico: a lógica binária que estabelece a bipolaridade *capitalismo ou socialismo* produz um efeito de apagamento de tipo, direi, eurocêntrico. Os textos de Mises, Hayek e Röpke põem em cena o que seria um dilema da sociedade europeia. Este dilema estaria no que seria a escolha da sociedade europeia entre capitalismo ou socialismo. Mas este seria também o dilema de todo os povos em todo mundo? Não haveria, inclusive entre as sociedades do mundo designado de ocidental, povos cujos valores não se limitam ao que seria liberdade e segurança?

Este efeito de apagamento passa borracha nas culturas dos povos originários da África, Ásia, Oceania e América Latina, povos cujos valores e cosmovisão não são os mesmos que os designados de ocidentais. O escritor e político equatoriano Alberto Acosta, em seu *El buen vivir* (O bem viver⁶⁸), trata do que seria a relação dos povos indígenas do Equador com a natureza. Para estes povos, a natureza não seria um objeto, tomado, segundo os ditames da modernidade, na relação sujeito e objeto como coisa a se dominar e explorar, mas um ser vivo⁶⁹. A relação dos indígenas do Equador com a natureza é uma relação de harmonia, não de exploração. Acosta, a partir dos valores e experiências dos povos originários equatorianos, propõe o *Buen Vivir* como filosofia de vida, que seria alternativa ao que designa de “economicismo” (2016, p. 20) e à “ideia de desenvolvimento, transformada em enteléquia que rege a vida de grande parte da sociedade” (2016, p. 24).

A lógica disjuntiva que tudo parece subsumir a capitalismo ou socialismo, liberdade ou escravidão, liberdade ou segurança apaga a existência de mundos que não são mundos possíveis no sentido lógico-filosófico, mas mundos existentes, como o dos povos originários do Equador e de tantos outros países. Penso que as palavras do poeta e ensaísta da Martinica⁷⁰ Aimé Césaire em seu *Discurso sobre a negritude*⁷¹ condensam bem o que estou designando de efeito de apagamento de tipo eurocêntrico. Diz Césaire (2010, p. 110):

⁶⁸ ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

⁶⁹ Cf. DUSSEL, Enrique. **Buen Vivir**. Youtube, 31 mai. 2018. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=DLIEm_6Smds>. Acesso em 11 mai. 2023.

⁷⁰ Departamento ultramarino insular francês no Caribe. Sua capital é Forte da França.

Eu quero falar desse sistema de pensamento ou, principalmente, da tendência instintiva de uma civilização eminente e prestigiosa de abusar do seu próprio prestígio, para instalar o vazio em torno dela ao reduzir abusivamente a noção de universal, cara a Léopold Senghor, às suas próprias dimensões, isto é, em pensar o universal a partir dos seus postulados e por meio de suas próprias categorias.

Com base nestas palavras, podemos ainda dizer que o apagamento de culturas, cujos valores e experiências apontariam para filosofias de vida que não necessariamente se contentariam ou se enquadrariam no binarismo *capitalismo ou socialismo* é um efeito dessa redução abusiva do universal da qual fala Césaire.

Retomando a disjunção *capitalismo ou socialismo, ambiente de liberdade ou seu contrário, segurança ou liberdade*, é preciso novamente considerar a posição-sujeito dos enunciadores. Em AD, não tomamos o sujeito como isento ou neutro. Todo sujeito fala desde uma posição no interior de uma FD, como nos dizeres de Courtine (2014, p. 88):

Concebemos, portanto, uma *posição de sujeito* como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre o sujeito enunciator e o sujeito do saber de uma dada FD. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito.

Mises, Hayek e Ropke enunciam de uma posição-sujeito no seio de uma FD cujos saberes estão associados ao capitalismo. Identificam-se aos saberes que constituem o capitalismo, produzindo no discurso, a partir das formulações *capitalismo ou socialismo, segurança ou liberdade, liberdade ou seu contrário*, o efeito de *nós*, visto que todos falam a partir da mesma posição sujeito, constituindo assim um *nós*.

Indo um pouco mais longe: considerando que as formulações destes autores estão linearizadas na forma de textos, penso poder dizer que estes textos interpelam o sujeito-leitor a tomar parte no *nós*. Com base em Indursky (2013, p. 82), ousarei dizer que esse *nós*, enquanto posição no discurso, é constituído pela associação do sujeito autor ao sujeito leitor. Temos então: *nós, os capitalistas* contra, visto que o conectivo *ou* produz o efeito de exclusão, *eles, os socialistas*. Este efeito de *nós* produz ainda deslizamentos como:

Nós, os capitalistas, temos liberdade e vida | Eles, os socialistas, tem escravidão e morte.

Uso a barra para representar a impossibilidade de o sujeito ser capitalista e socialista ao mesmo tempo.

⁷¹ CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

Nós, os livres | *Eles, os escravos;*
Nós, os vivos | *Eles, os mortos;*
Nós, que vivemos sob um risco calculado | *Eles, que estão sujeitos à morte em troca de segurança.*

Este *eles* produz um efeito de distanciamento em relação ao *nós*, que engloba o sujeito leitor. Este já está tomado como parte no que seria a escolha entre capitalismo e socialismo enquanto associado à posição-sujeito autor, que o identifica ao *nós*, interpelando-o e produzindo um efeito de *nós, os capitalistas, os livres, os vivos, os que calculam o risco contra eles, os distantes socialistas, os escravos, os mortos, os que não podem calcular os riscos, mas são calculados na equação do planejamento estatal.*

Entendo que este efeito *nós* está englobado no espaço político ao qual se refere Pêcheux (2015, p. 31), ao dizer:

Esses espaços [...] repousam em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proibições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A) e, correlativamente, a recusa de certas marcas de distância discursiva do tipo “em certo sentido”, “se se desejar” [...].

Esta proibição de interpretação, da qual fala Pêcheux, está acompanhada pelo efeito *nós* de uma interpelação que convoca o sujeito-leitor a modalizar sua identificação em conformidade com a posição-sujeito autor, que não só impõe uma proibição de interpretação, mas como que abrange o sujeito-leitor na tomada de posição do sujeito autor. Neste sentido, podemos dizer que o sujeito-leitor é tomado como um *capitalista, livre, pela vida, que assume riscos calculados*, ou seja, por uma posição sujeito que está em contradição com o que seria a posição sujeito *socialista, escravo, que assume risco de morte em prol de assistência do Estado ou segurança financeira.*

Dizendo mais propriamente, a proibição de interpretação é acentuada pela inclusão do sujeito-leitor no *nós* que, em certa medida, suprime o que seria a opção pelo capitalismo ou pelo socialismo, convocando-o a modalizar sua identificação em consonância com o sujeito autor. Este efeito de *nós*, que convoca o sujeito leitor a modalizar sua identificação segundo o sujeito autor, parece estar em consonância com Pêcheux (2015, p. 34), quando este diz que

toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si mesmo e/ou para os outros.

Ante as necessidades do que Pêcheux (2015, p. 33) designou de sujeito pragmático, entendido como aquele que tem imperiosa necessidade de homogeneidade lógica, esta simplificação unívoca parece responder satisfatoriamente ao desejo de um mundo semanticamente normal, no qual as respostas para as mais complexas necessidades vêm sob a aparência de bipolaridade e até de univocidade.

Ainda trazendo formulações do nono capítulo de *O caminho para a servidão*, temos:

f. 30: Numa sociedade habituada à liberdade, é improvável que muitas pessoas estivessem dispostas a pagar este preço pela segurança. Mas as políticas que estão a ser implementadas, e que confiam o privilégio da segurança a este ou àquele grupo, estão a criar condições para que a aspiração à segurança seja maior do que o amor pela liberdade⁷².

Coloco esta formulação em relação com a f. 11:

f. 11: a economia de mercado como uma ordem econômica deve corresponder a certa estrutura da sociedade e um ambiente mental definido apropriado para esta.

Por efeito de pré-construído, produzido por uma operação de encaixe sintático, na qual uma sequência pode tomar o lugar de outra, temos uma relação de paráfrase entre *numa sociedade habituada à liberdade e economia de mercado, deve corresponder a um ambiente mental definido*, e assim, temos identidade semântica entre *sociedade habituada* e *ambiente mental*. Estas formulações retomam a noção evolucionista de adaptação, que preconiza: dentre os seres de uma espécie prevalece a lei do mais forte e que a espécie evoluirá a partir daqueles que forem fortes o suficiente para adaptarem-se ao meio e sobreviver. Entendo que as formulações 30 e 11 retomam/repetem os dizeres darwinianos que definem a noção de seleção natural e o faço apoiando-me na análise das formulações 20, 21 e 22, nas quais se encontra o significante *evolução*.

A noção de que a sociedade evolui está acompanhada da noção de que a sociedade *habitua-se*, que parafraseia *adapta-se* à liberdade. As condições para a adaptação seriam impostas não pelo ambiente físico: clima, vegetação, fauna, configuração geológica etc., mas por políticas que, ao condicionar o ambiente, impõem ao indivíduo e à sociedade a necessidade de adaptar-se/habituar-se a ele. Desse modo, ante as políticas de segurança, a sociedade adapta-se e passa a valorizar e buscar segurança, mas se, no lugar de políticas de segurança, houvesse políticas de liberdade, a sociedade, adaptada à liberdade, dificilmente trocaria liberdade por segurança. Colocado assim, como uma questão de adaptação ao meio,

⁷² HAYEK, F. *O caminho para a servidão*. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 163 – 164.

ou às condições criadas por determinadas políticas, tem-se o efeito de apagamento do processo pelo qual se daria esta seleção natural: quem se adapta ao meio, no darwinismo, é a espécie, mas à custa da morte de inúmeros entes desta espécie. Com base nisto, penso poder dizer que, nas f. 30 e 11, sociedade apaga indivíduo. Em termos discursivos, podemos dizer que o sujeito, tomado enquanto sociedade apaga o sujeito tomado enquanto indivíduo, pois a sociedade adapta-se às condições impostas, mas à custa de inúmeros indivíduos que, por não se adaptarem, definham até sucumbir.

Formulo assim:

Se as políticas habituarem a sociedade à $\frac{\text{liberdade, então esta será capitalista}}{\text{segurança, então esta será socialista}}$

Liberdade ou segurança, capitalismo ou socialismo seriam efeitos de imposições de políticas às quais a sociedade se adaptaria/habituará, mesmo à custa do sacrifício de inúmeros indivíduos, a parcela dos sem parcela nas palavras de Rancière⁷³. A estes sem parcela, Hayek admite caber o mínimo de segurança indispensável, mas apenas para que não definham como os entes das espécies que, segundo o darwinismo, sucumbirão por não se adaptarem ao meio.

Como dizem Dardor e Laval (2016, p. 127) em *A nova razão do mundo*, “cada indivíduo deve funcionar como uma pequena empresa”. Acrescento: uma pequena empresa pode ter sucesso e prosperar ou pode fracassar e ir à falência; dito de outro modo, pode sucumbir por não ter se adaptado ao que seria o mercado. Diante disto, temos a disjunção: *ou temos políticas que habituem a sociedade à liberdade e então teremos o capitalismo liberal ou teremos políticas que habituarão a sociedade à segurança e então teremos o socialismo*.

A f. 30 convoca os sentidos de perigo da perda do *amor pela liberdade*. A liberdade está ameaçada: as políticas que habituarão a sociedade à segurança *estão a ser implementadas*, o perigo estaria presente. Novamente o sujeito é como que espremido entre o medo de perder a liberdade e o desejo de segurança, que poderia colocar o que seria a liberdade sob ameaça. Mas a questão da escolha parece se esvaír, pois de que adiantaria espremer o sujeito entre liberdade e segurança se este, tanto enquanto indivíduo como enquanto sociedade será, ao fim e ao cabo, habituado/adaptado pelas políticas de liberdade ou de segurança?

Diante disto, entendo que os sentidos do que seria a escolha do sujeito se movem para os sentidos de luta política. Só pela política, ou, talvez seja melhor dizer, pelo embate

⁷³ Cf. RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 2018.

com teorias antagônicas, seria possível mudar o curso *das políticas [...] que estão a criar as condições para que a aspiração à segurança seja maior do que o amor pela liberdade*. Há um deslizamento dos sentidos de escolha individual ou mesmo social para os sentidos de política e, como toda a questão é apresentada como sendo condicionada pela disjunção *liberdade ou segurança*, este deslizamento vai na direção da luta política como luta entre opostos.

Passo agora para um outro texto de Hayek, que o autor intitula *Individualismo: o verdadeiro e o falso* e de onde extrairei as formulações a seguir:

f. 31: No entanto, o que quer que o individualismo possa significar além dessas ideias, há duas boas razões para manter a palavra para a visão que pretendo defender: essa visão sempre foi conhecida por esse termo, seja o que for que também possa ter significado em épocas diferentes, e ele se distingue da palavra “socialismo”, que foi deliberadamente cunhada para expressar sua oposição ao “individualismo”. É com o sistema que constitui a alternativa ao socialismo que me preocuparei⁷⁴.

f. 32: por razões que iremos considerar agora, esse individualismo racionalista sempre tende a se desenvolver no oposto do individualismo, a saber, o socialismo ou coletivismo⁷⁵.

De maneira peculiar, o tema do texto do qual tirei as formulações 31 e 32 traz o funcionamento lógico do verdadeiro ou falso (A é igual a A ou uma coisa é sempre idêntica a si mesma, o que equivale a dizer que A não pode ser e não ser ao mesmo tempo): há o individualismo verdadeiro e há um falso, que, segundo Hayek, é designado de individualismo, mas seria falso porque levaria ao socialismo, que nada teria a ver com individualismo, muito pelo contrário. Lineariza-se assim a proibição de interpretação da qual trata Pêcheux (2015, p. 31), uma proibição de tipo lógica, na qual só uma interpretação é verdadeira (*manter a palavra para a visão que pretendo defender*), sendo a outra falsa, isto é, em termos lógicos, seria o equivalente a dizer: apenas a interpretação verdadeira é válida.

O sujeito da formulação está diante de uma ambiguidade produzida por condições que impõem uma discussão com outra teoria liberal. As formulações acima dão conta do que seria, para o autor, a necessidade de desambiguação do significante individualismo. Haveria mais de uma definição e seria preciso desambiguar-lo, ou seja, separar o verdadeiro do falso. O verdadeiro individualismo seria o oposto do falso individualismo que *sempre tende a se desenvolver no oposto do individualismo, a saber, o socialismo ou coletivismo*.

⁷⁴ HAYEK, F. **A ordem econômica e a livre iniciativa**: as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021. p. 11.

⁷⁵ HAYEK, F. **A ordem econômica e a livre iniciativa**: as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021. p. 12.

Deste modo, temos a disjuntiva *individualismo ou o socialismo/coletivismo*, não havendo aqui, em meu entendimento, um efeito de interrogação, pois não se trata de apresentar alternativas ao sujeito, mas de determinar entre dois individualismos, o verdadeiro e, portanto, o válido ante o falso e, por conseguinte, inválido.

Levando em conta formulações que já analisamos mais acima (refiro-me às formulações 20, 21, 22 e 30), podemos substituir sem que haja muita alteração nos sentidos *individualismo ou socialismo/coletivismo* por *evolução espontânea ou individualismo racionalista* - formulações que desambigüizam o individualismo, relacionado ao que seria evolução espontânea, sendo o socialismo relacionado ao individualismo racionalista (falso individualismo).

O verdadeiro individualismo preconizaria que:

f. 32: a colaboração espontânea de homens livres costuma criar coisas que são maiores do que suas mentes individuais podem compreender plenamente⁷⁶.

E ainda:

f. 33: o verdadeiro individualismo acredita ao contrário que, se deixados livres, os homens muitas vezes alcançarão mais do que a razão humana individual poderia conceber ou prever⁷⁷.

Enquanto o falso individualismo, entenderia, com Descartes, que:

f. 34: “raramente há tanta perfeição em obras compostas de diversas partes separadas, nas quais diferentes mãos foram empregadas, como há naquelas concluídas por um único mestre”⁷⁸.

Colocadas em relação, estas formulações (32, 33 e 34) estabelecem relação de identidade semântica com *liberalismo espontaneista ou socialismo racionalista*. O liberalismo, que seria o verdadeiro individualismo, deixaria os indivíduos livres para agirem espontaneamente, enquanto o socialismo, que seria o falso individualismo, preferiria planejar racionalmente a vida social. Estas paráfrases encontram outro texto de Hayek, intitulado *Planejamento e Democracia*, quinto capítulo de *O caminho para a servidão*. Este texto nos põe diante do que seria a incompatibilidade entre planejamento centralizado (pelo Estado) e democracia. Segundo Hayek:

⁷⁶ HAYEK, F. **A ordem econômica e a livre iniciativa**: as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021. p. 14.

⁷⁷ HAYEK, F. **A ordem econômica e a livre iniciativa**: as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021. p. 16.

⁷⁸ HAYEK, F. **A ordem econômica e a livre iniciativa**: as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021. p. 15.

f. 35: Actualmente, diz-se muitas vezes que a democracia não tolerará o “capitalismo”. Se, aqui, “capitalismo” quer dizer um sistema competitivo baseado na livre circulação da propriedade privada, é muito mais importante perceber que só neste sistema é que a democracia é possível. Quando passar a ser dominada pelo credo colectivista, a democracia, inevitavelmente, destruir-se-á a si mesma⁷⁹.

f. 36: Caso uma verdadeira “ditadura do proletariado”, mesmo democrática na forma, pretendesse dirigir centralmente o sistema económico, iria provavelmente destruir tão completamente a liberdade individual como qualquer autocracia o fizera⁸⁰.

O sujeito enunciador se encontra uma vez mais diante de uma ambiguidade, desta vez relativa ao significante democracia. Este significante aparece nos dizeres dos socialistas, mas *só* no sistema capitalista aparece como possibilidade. Neste sentido, penso que, nas f. 35 e 36, *democracia* estabelece relação de paráfrase com *liberdade individual*. Só pode haver democracia no capitalismo, pois, no credo coletivista, a democracia se destrói. Assim, *ao destruir completamente a liberdade individual*, a “ditadura do proletariado” estaria *destruindo completamente a democracia*, produzindo desta forma a disjunção *democracia ou coletivismo?*.

No capitalismo, o significante *democracia* adquiriria sentidos de liberdade individual, enquanto no socialismo, visto que *credo coletivista* posto em relação com *ditadura do proletariado*, uma designação presente nos textos socialistas, estabelece relação de equivalência semântica entre coletivismo e socialismo, o significante *democracia* não passaria de uma forma vazia de sentido: inevitavelmente, destruir-se-á a si mesma. Assim, o sentido de democracia só poderia ser dado pelo capitalismo ou, se preferirmos, sob as condições da formação social capitalista. Aqui também entendo estar diante da proibição de interpretação da qual fala Pêcheux (2015, p. 31). Proibição lógica, que estabelece que a interpretação verdadeira é a única válida, desambiguizando sob esta forma lógica, o significante democracia e instaurando uma coerção interpretativa que convoca a univocidade capaz de saciar o desejo de simplificação do sujeito pragmático.

⁷⁹ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 100.

⁸⁰ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 101.

5 DEFININDO O OUTRO: ELES SÃO... E ELES SÃO COMO OS...

Os jogos da terceira pessoa são essenciais para a lógica da discussão política, que, precisamente, não é nunca um simples diálogo. É sempre menos e mais. É menos porque é sempre sob a forma de monólogo que o litígio, o afastamento do logos de si mesmo, se declara. É mais porque o comentário institui uma multiplicação das pessoas. Nesse jogo, o “eles” exerce uma tripla função. Primeiro, designa o outro como aquele com o qual está em debate não somente um conflito de interesses como também a própria situação dos interlocutores como seres falantes. Segundo, dirige-se a uma terceira pessoa junto à qual ele coloca virtualmente essa questão. Terceiro, institui a primeira pessoa, o “eu” ou o “nós” do interlocutor como representante de uma comunidade.

Jacques Rancière

No capítulo anterior, analisei formulações linearizadas sob a forma sintática X ou Y: disjuntivas que, segundo Pêcheux (2015), produzem um efeito de bipolaridade ou univocidade que simplificam o mundo para o sujeito pragmático.

Neste capítulo, analisarei formulações sequencializadas sob a terceira e quarta forma sintática que identifiquei como recorrentes nos textos de Mises e Hayek, sendo tais formulações ausentes nos textos de Röpke. Represento essas formulações sob os esquemas Y é X e *assim como* X é Y. Nestas formulações, o sujeito da enunciação, sob a forma Y é X, busca definir o antagônico e sob a forma *assim como* X é Y, busca definir o antagônico identificando-o a outro antagônico, isto é, procura defini-lo por meio da comparação com um terceiro. Não se trata de formulações que buscam definir as noções que representam no discurso os saberes com os quais o sujeito enunciador se identifica, mas noções que

representam no discurso os saberes com os quais o sujeito enunciador antagoniza. E no caso específico das formulações *assim como X é Y*, há ainda de se considerar que essas noções são identificadas a outras com as quais o sujeito enunciador também antagoniza, mas que, por oposição, incide negativamente sobre a definição das noções que podem ser ditas na FD na qual o sujeito enunciador está inscrito⁸¹.

Porém, estas formulações não se limitam apenas às noções antagônicas ao sujeito enunciador; definem o próprio sujeito que se identifica com a FD constituída pelos saberes antagônicos à FD do sujeito enunciador e o fazem também sob a forma da comparação. Trata-se, portanto, de um discurso sobre outro discurso, que designarei *discurso antagônico* e sobre o sujeito que se identifica com a FD que determina os saberes que constituem este outro discurso, que designarei *outro antagônico*.

Mariani (1996, p. 56) em sua tese de doutoramento, intitulada *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 – 1989)*, aborda o discurso jornalístico como uma modalidade de *discurso sobre* “que se projeta na rede de formações imaginárias”. Em outras palavras, a autora analisa as representações (o imaginário) que o discurso jornalístico produz acerca do Partido Comunista Brasileiro e acerca dos comunistas. Neste capítulo, interesse-me pela análise das imagens que as textualidades de nossos teóricos produzem acerca das designações coletivismo, totalitarismo, socialismo, Marx, marxismo (tomados enquanto *discurso antagônico*) e dos respectivos sujeitos que se identificam com os dizeres do que seria a FD do coletivismo, totalitarismo, socialismo, Marx e marxismo (tomados como *outro antagônico*), textualizados sob as formas sintáticas apresentadas acima.

Todavia, é preciso ponderar que o *discurso sobre* não é dirigido àquele de quem se fala, mas a outros, para usar palavras de Pêcheux na *AAD-69* (2014, p. 83), a um receptor, de quem o emissor procede a uma antecipação das representações, o que nos coloca uma vez mais diante da necessidade de trabalhar a relação do sujeito enunciador (envolvido na prática teórica) com o sujeito leitor (o receptor do qual fala Pêcheux), pois entendo que, à semelhança do discurso jornalístico, o discurso teórico é produzido para um sujeito leitor.

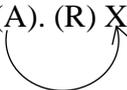
E se o *discurso sobre* se projeta na rede de formações imaginárias é preciso ir à *AAD-69*, onde Pêcheux (2014, p. 82) trata das formações imaginárias. Nas palavras do autor:

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* atribuem a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

⁸¹ Refiro-me aos dizeres sob a forma *X é Y*, não *Z*. Nelas o discurso antagônico aparece negativamente (não *Z*) na definição que pode ser dita na FD na qual está inscrito o sujeito da enunciação.

O que podemos dizer é que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias.

Guiado pela proposta de Pêcheux (2014, p. 82), organizei um quadro que tem por objetivo explicitar a dinâmica das imagens que atravessam a prática teórica dos autores cujas sequências estamos analisando neste capítulo:

Expressão que designa as Formações Imaginárias	Significado da expressão	Questões subjacentes
Ia (A)	Imagem do lugar do teórico (A) para o sujeito colocado em A.	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
Ia (B)	Imagem do lugar de leitor (B) para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
Ia (A). (R ⁸²)	Imagem que os teóricos (A) fazem das outras teorias e seus teóricos (R).	“De que lhe falo assim?”
Ia (A). (R) X 	Imagem que os teóricos enquanto posição enunciativa fazem das outras teorias e seus teóricos para falar delas (R) de maneira X.	“De que lhe falo assim”

Quadro das Formações Imaginárias

As questões apresentadas no quadro acima indicam o modo como o sujeito enunciador se relaciona com a imagem da posição ou das posições enunciativas ocupadas e indica também que esta imagem resulta de um dizer ou de dizeres inscritos na FD que domina o sujeito enunciador.

Este quadro procura por em jogo a relação do sujeito enunciador com o sujeito leitor no campo da disputa pelos sentidos, no caso de nossa pesquisa, de coletivismo, totalitarismo, socialismo, Marx e marxistas. Não se trata de interditar o discurso outro e os

⁸² O “referente” ou aquilo sobre o que se fala. Cf. PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET & HAK (Orgs.). **Por Análise Automática do Discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2014, p. 81.

sujeitos que com ele se identificam, mas de produzir efeitos de sentidos que interditam a leitura das textualidades que constituem esse discurso outro o representando sob uma forma afetada pela FD do sujeito enunciador.

Contudo, minha filiação à AD materialista me impõe o cuidado de dizer que a abordagem pecheutiana do imaginário não se localiza no âmbito de uma perspectiva subjetivista do discurso. As imagens dos lugares que representamos com o quadro acima não são uma projeção das subjetividades dos sujeitos em cena. Como dito nos capítulos anteriores, o sujeito da AD não controla seu dizer com base em estratégias racionais de tipo pragmáticas, mas é assujeitado pela ideologia e atravessado pela FD que o domina, estabelecendo a fronteira do seu dizer, enquanto o que pode e deve ser dito e o que não pode e não deve ser dito.

Como nos diz Courtine (2014, p. 73, grifo do autor), “*É no interior de uma FD que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso*”. Assim, podemos dizer que a rede de formações imaginárias sobre a qual se projeta o *discurso sobre* é, bem como o próprio *discurso sobre*, historicamente determinada e, se assim é, ao considerar uma FD enquanto fronteira e o *discurso sobre* enquanto historicamente determinado, as formulações que traremos para análise neste capítulo nos permitirão proceder a um gesto analítico acerca do que pode e deve ser dito sobre coletivismo, totalitarismo e socialismo, enquanto elementos do que designei de *discurso antagônico*.

De volta à tese de Mariani (1996, p. 62 – 71), mais especificamente ao capítulo no qual a autora trata do *discurso sobre*, intitulado *O discurso jornalístico sobre*, julgo importante pontuar algumas considerações da autora sobre este tema, fazendo as devidas transposições para o discurso teórico que tomo como objeto deste estudo.

Mariani trata o discurso jornalístico sobre como uma modalidade do *discurso sobre*. Falar do discurso sobre como modalidade nos confere margem para pensar, no âmbito deste estudo, o discurso teórico sobre outras teorias e seus teóricos como uma modalidade, ou seja, uma particularidade do *discurso sobre*, o que faremos a partir das formas sintáticas que traremos para a análise neste capítulo, formas estas já expostas na primeira página do capítulo.

Mariani (1996, p. 66), pontuando o que seriam algumas características gerais do *discurso sobre* entende que uma das principais características do *discurso sobre* é “tornar objeto aquilo sobre o que se fala”. Transpondo a reflexão do primeiro capítulo da segunda parte da tese de Mariani para o discurso do presente estudo, saliento mais dois traços acerca do *discurso sobre*: primeiro, o sujeito enunciador marca uma superioridade sobre o outro,

superioridade esta determinada pela autoridade que lhe seria conferida pelo conhecimento acerca do que torna objeto; e, os *discursos sobre* são “discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de*, situam-se entre este e o interlocutor, quem quer que seja” (MARIANI, 1996, p. 64, grifo do autor).

Não cabe aqui aplicar estes traços às formulações que analisarei a seguir, visto que a AD não é e não deve ser confundida com o que seria uma linguística aplicada. Pontuo-os apenas para fundamentar teoricamente as análises das formulações que trarei a seguir sob formas sintáticas que, em meu entendimento, conduzem a um gesto analítico que deve levar em consideração as especificidades do discurso teórico sobre outras teorias que lhe são antagônicas e sobre seus teóricos enquanto modalidade do *discurso sobre*, tal como pensado por Mariani em sua tese.

5. 1 Sobre o outro

Começo pela análise das formulações escritas sob a forma Y é X. Parto de formulações extraídas do segundo capítulo e também segunda lição, intitulada *O socialismo*, de *As seis lições* de von Mises. Neste texto, o autor busca definir o socialismo a partir da comparação com o capitalismo, marca da bipolaridade que analisamos no capítulo anterior. Sejam as formulações:

f. 37: O sistema socialista, contudo, *proíbe* essa liberdade fundamental que é a escolha da própria carreira. Nas condições socialistas há uma única autoridade econômica, e esta detém o poder de determinar todas as questões atinentes à produção. Um dos traços característicos de nossos dias é o uso de muitos nomes para designar uma mesma coisa. Um sinônimo de socialismo e comunismo é “planejamento”. Quando falam de “planejamento”, as pessoas se referem, evidentemente, a um planejamento *central*, o que significa um plano único, feito pelo governo – um plano que impede todo planejamento feito por outra pessoa⁸³.

f. 38: Submetido ao planejamento governamental, o homem é como um soldado no exército. Não cabe a um soldado o direito de escolher sua guarnição, a praça onde servirá. Cabe-lhe cumprir ordens. E o sistema socialista – como o sabiam e admitiam Karl Marx, Lenin e todos os líderes socialistas – consiste na transposição do regime militar a todo o sistema de produção. [...] Portanto, no sistema socialista, tudo depende da sabedoria, da autoridade e dos dons daqueles que constituem a autoridade suprema⁸⁴.

f. 39: No sistema socialista, o destino de Van Gogh poderia ter sido diverso. Algum funcionário do governo teria perguntado a alguns pintores famosos (a quem Van Gogh seguramente nem sequer teria considerado artistas) se aquele jovem, um tanto louco, ou completamente louco, era de fato um pintor que valesse a pena subsidiar. E com toda certeza eles teriam respondido: “Não, não é um pintor; não é um artista; não passa de uma criatura que desperdiça tinta”, e o teriam enviado a trabalhar numa indústria de

⁸³ MISES, L. *As seis lições*. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. p. 35.

⁸⁴ MISES, L. *As seis lições*. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. p. 36.

laticínios, ou para um hospício. Todo esse entusiasmo pelo socialismo manifestado pelas novas gerações de pintores, poetas, músicos, jornalistas, atores, baseia-se, portanto, numa *ilusão*⁸⁵.

O socialismo seria um sistema, oposto a outro sistema, o capitalista, que o sujeito enunciador também designa de sistema de economia de mercado. O sistema socialista é definido a partir da relação de oposição simétrica com o sistema capitalista. Desse modo, nas formulações 37, 38 e 39, o socialismo é definido como o oposto do capitalismo, produzindo efeitos de sentidos diametralmente contrários. Se o socialismo é um sistema de planejamento centralizado, o capitalismo seria um sistema descentralizado que permitiria o planejamento individual; se o socialismo é um sistema militar de produção, o capitalismo seria um sistema civil de produção, mais afeito à liberdade, à descentralização das decisões; se o entusiasmo com o socialismo é uma ilusão, o entusiasmo com o capitalismo seria uma realidade. Mas estes são apenas os efeitos produzidos pela comparação que o sujeito da enunciação faz entre capitalismo e socialismo para definir este último, tomando posição em prol do capitalismo e contra o socialismo.

As formulações 37, 38 e 39 representam o socialismo como um sistema proibitivo, que seria caracterizado pela concentração de poder nas mãos de um *ditador* ou de um *comitê*. A consequência dessa total concentração de poder indispensável para o planejamento centralizado seria a de não haver espaço para a escolha individual da profissão nem para o gênio e criatividade de um artista como Van Gogh, que seria, *com toda certeza*, diz o enunciador, considerado um louco em vez de artista. O socialismo é definido como *um plano único, feito pelo governo – um plano que impede todo planejamento feito por outra pessoa* (f. 37). Este plano único só poderia ser elaborado e executado pela via da centralização do poder, o que impediria que outra pessoa, desde fora do poder, pudesse elaborar e realizar outro plano. Neste sentido, o socialismo seria a centralização de todas as decisões atinentes à sociedade nas mãos do governo, isto é, toda a sociedade estaria submetida ao poder governamental. Assim definido, *socialismo*, numa relação de paráfrase, pode ser substituído por *totalitarismo*: o poder total nas mãos do governo e/ou do Estado.

Penso que é, a partir desta definição, que poderão ser formuladas as sequências sob a forma *assim como X é Y*, nas quais Mises e os demais enunciadores comparam o socialismo e os socialistas com outros regimes, como nas formulações a seguir, que recorto do texto intitulado *O que os nazistas copiaram de Marx* de autoria de Mises:

⁸⁵ MISES, L. **As seis lições**. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. p. 39.

f. 40: Nossas mentes simplesmente não são capazes de imaginar um mundo povoado por homens com estruturas lógicas distintas entre si ou com estruturas lógicas diferentes da nossa.

Surge Marx

Mesmo assim, durante o século XIX, este fato inquestionável foi contestado. Marx e os marxistas, entre eles o “filósofo proletário” Dietzgen, ensinaram que o pensamento é determinado pela classe social do pensador.

Dado que não conseguiram demonstrar racionalmente a validade de suas ideias e nem a invalidade das ideias de seus adversários, eles (os marxistas) simplesmente passaram a condenar os métodos lógicos⁸⁶.

f. 41: Os nacional-socialistas alemães tiveram de enfrentar o mesmo problema dos marxistas.

Eles também não foram capazes nem de demonstrar a veracidade de suas próprias declarações e nem refutar as teorias da economia e da praxeologia. Consequentemente, eles foram buscar abrigo no polilogismo, já preparado para eles pelos marxistas.

Eles estão em busca da ciência alemã *arteigen*, ou seja, da ciência adequada às características raciais dos alemães⁸⁷.

f. 42: Tampouco é o polilogismo algo científico. Trata-se da substituição da razão e da ciência pela superstição. É a mentalidade característica de uma era caótica⁸⁸.

Nestas formulações, os marxistas são relacionados aos nazistas. Conforme o sujeito enunciador, os marxistas seriam adeptos do polilogismo, entendido como “a crença de que há uma multiplicidade de irreconciliáveis formas de lógica dentro da população humana, e estas formas são subdivididas em algumas características grupais” (MISES, 2020, n.p). O polilogismo consistiria numa ideia errada, desprovida de validade porque falsa; contudo, o enunciador equipara marxistas a nazistas pelo polilogismo, pois, enquanto os marxistas entendem que o que determina o pensamento de um indivíduo é a classe social, os nazistas, entendem que o que determina o pensamento de um indivíduo é a raça.

Marx e os marxistas ensinaram que o pensamento é determinado pela classe social do pensador, mas como jamais conseguiram provar isto, passaram a simplesmente condenar a lógica. Os nazistas fizeram o mesmo: buscaram abrigo no polilogismo dos marxistas. Esta relação entre marxistas e nazistas produz efeitos de sentido que equiparam ambos, como podemos desdobrar nas seguintes sequências parafrásticas que elaboramos:

Marxistas e nazistas são polilogistas, pois condenam a lógica.

Marxistas e nazistas condenam a lógica, ou seja, são ilógicos, irracionais, caóticos, supersticiosos, pois aderiram a uma noção que não puderam provar como verdadeira e logicamente válida.

Marxistas e nazistas são irracionais, pois condenam a lógica só por não conseguirem provar suas ideias.

⁸⁶ MISES, Ludwig von. O que os nazistas copiaram de Marx. **Mises Brasil**. 7 jun. 2020. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/articulo/1518/o-que-os-nazistas-copiaram-de-marx>. Acesso em: 29 mai. 2023.

⁸⁷ MISES, Ludwig von. O que os nazistas copiaram de Marx. **Mises Brasil**. 7 jun. 2020. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/articulo/1518/o-que-os-nazistas-copiaram-de-marx>. Acesso em: 29 mai. 2023.

⁸⁸ MISES, Ludwig von. O que os nazistas copiaram de Marx. **Mises Brasil**. 7 jun. 2020. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/articulo/1518/o-que-os-nazistas-copiaram-de-marx>. Acesso em: 29 mai. 2023.

Marxistas e nazistas são supersticiosos, ilógicos, irracionais, que podemos desdobrar ainda em: marxistas e nazistas são iguais.

Estes desdobramentos parafrásticos são acentuados pelo uso nas f. 40 e 41 do pronome *eles*, produzindo assim um efeito de evocação do *nós*, na medida em que é preciso supor que *eles são contra a lógica, nós a favor; eles são supersticiosos, nós científicos e lógicos*, estabelecendo uma oposição diametral entre *nós* e *eles*: o *eles* como modo de representar no discurso o outro como caótico, ilógico, irracional, supersticioso, interditando assim toda e qualquer possibilidade de diálogo entre *nós* e *eles*. E uma vez interditado o diálogo, produz-se o deslizamento dos sentidos de socialismo para nazismo, que marca a distância intransponível do *nós* para o *eles*, pois, se os marxistas e os nazistas são iguais, muito diferentes e distantes deles são/estão os capitalistas liberais.

Mas voltando o olhar analítico para o pronome *eles*, enquanto representação do outro no discurso, podemos dizer que, se marxistas são iguais a nazistas, o socialismo também seria semelhante ao nazismo, podendo-se formular do seguinte modo:

$$\frac{\textit{o socialismo}}{\textit{o nazismo = o nacional socialismo alemão}} \textit{ é um regime totalitário, uma ilusão, caótico}$$

Retomando as formulações 37 e 39, encontramos algumas importantes marcas que nos convidam a voltar à noção de pré-construído. Tanto em f. 37 quanto em f. 39, nos deparamos com marcas da língua que nos remetem ao discurso transversal, enquanto funcionamento específico do interdiscurso: f. 37: *Quando falam de “planejamento”, as pessoas se referem, evidentemente, a um planejamento central, o que significa um plano único, feito pelo governo – um plano que impede todo planejamento feito por outra pessoa*; f. 39: *E com toda certeza eles teriam respondido: “Não, não é um pintor; não é um artista; não passa de uma criatura que desperdiça tinta”, e o teriam enviado a trabalhar numa indústria de laticínios, ou para um hospício.*

Evidentemente e com toda certeza evocam um saber lateral, que vem de outro lugar, independente, exterior e anterior às enunciações nas quais “produzem um efeito de articulações das orações no intradiscurso” (COURTINE, 2015, p. 75) e fundamenta uma modalidade própria do interdiscurso de estabelecer relações no intradiscurso, como, por exemplo, a relação de implicação. Assim, temos como paráfrase possível:

é evidente que socialismo e comunismo enquanto sinônimos de planejamento consistem num plano único feito pelo governo para a vida de todos, de toda a sociedade e com toda certeza, os socialistas, na sua

imensa pretensão de sabedoria, nem sequer reconheceriam grandes artistas e os mandariam para um trabalho qualquer ou para um hospício.

O discurso transverso, enquanto efeito do interdiscurso, que evoca esse saber lateral, vindo de outro lugar, produz esse efeito de implicação, marcado pelo *evidentemente e com toda certeza*. E se colocamos esses sentidos de *pretensão de conhecimento de tudo* em relação com os sentidos produzidos pelas f. 40, 41 e 42: *incapacidade de demonstrar a validade das declarações; trocam a razão pela superstição, são caóticos mentalmente*, temos como possíveis desdobramentos parafrásticos:

os socialistas, na sua imensa pretensão de sabedoria, de conhecimento, que tudo pretendem planejar, não passam de irracionais, supersticiosos, gente de mente caótica e do mesmo modo é o socialismo, um caos, uma superstição, uma ilusão.

Esta imagem do socialismo como uma *ilusão* também é produzida pelos textos de Hayek, que intitula o segundo capítulo de *O caminho para a servidão* de *A grande utopia*. Neste texto, o sujeito da enunciação apresenta definições de socialismo e também formula sequências que aproximam socialismo e fascismo.

f. 43: Não pode haver qualquer dúvida de que a promessa de maior liberdade se tornou uma das mais eficazes armas da propaganda socialista e que a crença de que o socialismo trará liberdade é genuína e sincera. Mas isto só agravaria a tragédia caso se descobrisse que o que nos foi prometido como Caminho para a Liberdade era, na verdade, o Caminho para a Servidão⁸⁹.

f. 44: O socialismo conseguido e mantido por meios democráticos parece pertencer inequivocamente ao domínio das utopias⁹⁰.

Estas formulações guardam semelhança com as seguintes enunciações de Mises:

f. 45: os socialistas jamais conseguiriam conquistar corações e mentes caso declarassem explicitamente que seu objetivo final é rebaixar todos os indivíduos à servidão⁹¹.

f. 46: na novilíngua⁹², ‘liberdade’ significa a obrigatoriedade de consentir incondicionalmente com os ditames socialistas. Significa também a estrita proibição de qualquer discordância⁹³.

⁸⁹ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 52.

⁹⁰ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 53.

⁹¹ MISES, Ludwig von. Como os socialistas deturpam a linguagem para conquistar corações, mentes e, é claro, o poder. **Mises Brasil**. 29 jul. 2016. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/2271/como-os-socialistas-deturpam-a-linguagem-para-conquistar-coracoes-mentes-e-e-claro-o-poder>. Acesso em: 13 jun. 2023.

⁹² Novilíngua é um termo criado pelo escritor inglês, nascido na Índia, Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo George Orwell, em seu romance *1984*.

⁹³ MISES, Ludwig von. Como os socialistas deturpam a linguagem para conquistar corações, mentes e, é claro, o poder. **Mises Brasil**. 29 jul. 2016. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/2271/como-os-socialistas-deturpam-a-linguagem-para-conquistar-coracoes-mentes-e-e-claro-o-poder>. Acesso em: 13 jun. 2023.

f. 47: Para os socialistas, a liberdade é um preconceito burguês⁹⁴.

f. 48: Consequentemente, quando eles se referem ao “princípio do partido”, eles não estão se referindo a um partido específico ou a uma parte específica. Eles estão se referindo a toda a sociedade sob seu comando. Trata-se da supressão de toda e qualquer oposição⁹⁵.

Como escrevi acima, nas primeiras páginas deste capítulo, conforme Mariani, o *discurso sobre* torna objeto aquilo sobre o que fala. Nas formulações que aparecem no corpo deste capítulo, essa objetificação do outro discurso e do sujeito que se identifica com o outro discurso produz um efeito de desqualificação dos dizeres que constituem o outro discurso enquanto discurso antagônico. As formulações 43 a 48 representam o socialistas como enganadores, ardilosos, produtores de propaganda enganosa, pois f. 45: *os socialistas jamais conseguiriam conquistar corações e mentes caso declarassem explicitamente que seu objetivo final é rebaixar todos os indivíduos à servidão* e f. 46: *só agravaria a tragédia caso se descobrisse que o que nos foi prometido como Caminho para a Liberdade era, na verdade, o Caminho para a Servidão*.

Atravessado pela ilusão da transparência da linguagem, o sujeito da enunciação formula que os socialistas não poderiam declarar seus verdadeiros objetivos, tendo que produzir uma propaganda na qual os sentidos das palavras não são os sentidos conhecidos pelas massas, nem os sentidos dicionarizados, produzindo assim um tom de denúncia que alerta para o que seria uma enganação, produzindo também o efeito de negação da ambiguidade das palavras. Isso nos leva a Pêcheux (2014, p. 65), quando nos diz em *Ler o arquivo hoje* que “o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua”. Os socialistas, que também aparecem sob o pronome *eles*, usariam determinadas palavras, mas com sentidos que eles teriam impostos a tais palavras, produzindo, assim, um efeito de ilusão, de utopia: dizem uma coisa, que significa outra. A linguagem seria deturpada pelos socialistas como meio de alcançarem seus objetivos. Estes também definidos pelo sujeito enunciador como *servidão*, imposição de consentimento, proibição de oposição.

Entendo que estes efeitos de sentidos estão relacionados a uma memória, mais precisamente a uma memória discursiva, entendida com Achard (2020, p. 48), como aquilo que vem restabelecer os implícitos, mais especificamente os pré-construídos, que o autor define também como “a condição do legível em relação ao próprio legível”. Mais

⁹⁴ MISES, Ludwig von. Como os socialistas deturpam a linguagem para conquistar corações, mentes e, é claro, o poder. **Mises Brasil**. 29 jul. 2016. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/2271/como-os-socialistas-deturpam-a-linguagem-para-conquistar-coracoes-mentes-e-e-claro-o-poder>. Acesso em: 13 jun. 2023.

⁹⁵ MISES, Ludwig von. Como os socialistas deturpam a linguagem para conquistar corações, mentes e, é claro, o poder. **Mises Brasil**. 29 jul. 2016. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/2271/como-os-socialistas-deturpam-a-linguagem-para-conquistar-coracoes-mentes-e-e-claro-o-poder>. Acesso em: 13 jun. 2023.

singularmente, refiro-me a uma memória discursiva do que seria a experiência socialista, mas que não é nomeada nas textualidades que trazemos para análise.

O sujeito da formulação não enuncia o que seria o socialismo ou o objetivo do socialismo e dos socialistas com base na teoria socialista, marxista ou leninista ou outras teorias socialistas, mas com base em dizeres que constituiriam um artil, uma manipulação da linguagem, uma deturpação dos sentidos das palavras. E ao definirem socialismo com base nessa memória do que seria a experiência socialista, esquivam-se do confronto com a teoria marxista, referindo-se a algo que não nomeiam, mas cuja memória discursiva evoca, restabelecendo os pré-construídos como condição do legível, pois, como nos diz Courtine (2014, p. 104): “toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações em relação às quais [...] ela produz efeitos de memória específicos”.

Assim, as sequências *Não pode haver qualquer dúvida e verdade*, que aparecem na f. 43, evocam um saber lateral que vem de outro lugar e que faz ressoar uma memória coletiva e social que regula as formulações acima, produzindo como possível efeito parafrástico a substituição de socialismo por URSS. É a URSS que é ecoada por esta memória coletiva e social enquanto experiência socialista.

E ao não definir socialismo e socialistas pela via da disputa dos sentidos produzidos pelas textualidades que constituem a teoria marxista, mas pela via dos sentidos evocados por URSS, o sujeito da enunciação produz um efeito de universalidade dos sentidos em jogo nas f. 43 a 48. Dizendo de outra maneira, o que seria a experiência socialista ou URSS funciona como ponto de partida para a definição de socialismo e socialista ao mesmo tempo, o que apaga a teoria marxista e outras teorias socialistas como produtoras de definições possíveis.

É este eco de URSS e apagamento da teoria marxista e outras teorias socialistas que agenciam os dizeres do sujeito enunciador. Estes dizeres põem em jogo imagens de socialismo e socialistas que evocam servidão, ilusão, falsa liberdade, autoritarismo. Estes sentidos são produzidos desde uma posição-sujeito que se representa superior aos socialistas, uma superioridade que seria intelectual e moral, produzida a partir da evocação de um *nós* que se afasta e se distingue do *eles*, na medida em que não reconhece o que *eles* dizem de si mesmos, pois, f. 48: *quando eles se referem ao “princípio do partido”, eles não estão se referindo a um partido específico ou a uma parte específica. Eles estão se referindo a toda a sociedade sob seu comando. Trata-se da supressão de toda e qualquer oposição, que podemos parafrasear por eles são enganadores, eles dizem uma coisa que significa outra, eles são desonestos, eles não respeitam os valores da sinceridade e da honestidade.*

Ainda no capítulo *A grande utopia*, encontramos formulações nas quais Hayek põe socialismo e comunismo em relação com fascismo e nazismo, como nesta citação do escritor alemão Peter Drucker:

f. 49: Não que o comunismo e o fascismo sejam essencialmente a mesma coisa. O fascismo é a fase que se atinge depois de o comunismo se ter revelado uma ilusão tanto na Rússia estalinista como na Alemanha pré-Hitler⁹⁶.

f. 50: Quem assistiu ao crescimento destes movimentos na Itália ou na Alemanha ficou impressionado pela quantidade de líderes, de Mussolini para baixo (não excluindo Laval nem Quisling), que começaram como socialistas e acabaram fascistas ou nazis⁹⁷.

Nestas formulações, não temos tanto uma comparação, mas uma aproximação de socialismo e fascismo, produzida por uma relação de semelhança: *não que[...] sejam essencialmente a mesma coisa e começaram socialistas e acabaram fascistas ou nazis*. Devido à semelhança, a ilusão comunista teria levado a uma aposta no fascismo e teria induzido socialistas a migrarem para as fileiras fascistas ou nazis. Esta semelhança não seria estabelecida pela doutrina ou pelo programa partidário, mas pela prática:

f. 51: É certo que na Alemanha, antes de 1933, e na Itália, antes de 1922, os comunistas e os nazis ou fascistas muitas vezes entraram em choque entre si, mais do que com outros partidos. Concorriam pelo apoio do mesmo tipo de espíritos e reservavam mutuamente o ódio ao herético. Mas a sua prática revela quão próximos estão relacionados. O verdadeiro inimigo, o homem com que nada tinham em comum e a quem não podiam esperar convencer, era, para ambos, o liberal à antiga⁹⁸.

As formulações 49 e 50 trazem o testemunho como prova da semelhança entre *fascistas, nazis, socialistas e comunistas*. O sujeito da enunciação não distingue comunismo de socialismo e aproxima ambos a fascismo e nazismo, recorrendo ao que seria uma autoridade testemunhal como prova da semelhança: f. 50: *quem assistiu* seria a prova da semelhança entre *fascismo, nazismo, socialismo e comunismo*, pois *quem assistiu* teria visto os líderes socialistas migrarem para as fileiras fascistas na Itália e nazistas na Alemanha. A citação de um escritor alemão e o testemunho daqueles que teriam *assistido o crescimento do fascismo na Itália ou do nazismo na Alemanha* dão conta do quão semelhante seriam *fascismo, comunismo, nazismo e socialismo*. Desse modo, *fascismo, nazismo, socialismo e comunismo* seriam elementos comutáveis, ou seja, poderiam ser substituídos uns pelos outros sem alteração semântica, produzindo assim efeitos parafrásticos que apagam as diferenças entre cada uma dessas correntes políticas: f. 49: *O fascismo é a fase que se atinge depois de o*

⁹⁶ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 54.

⁹⁷ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 55.

⁹⁸ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 55.

comunismo se ter revelado uma ilusão tanto na Rússia estalinista como na Alemanha pré-Hitler, porém, com o apagamento das diferenças entre fascismo e comunismo, deixar de ser comunista ou socialista, como fez Mussoline (f. 50) para se tornar fascista, seria como deixar de ser uma coisa para se tornar a mesma coisa que teria deixado de ser, isto é, seria como não sair do lugar, como migrar de A para A.

Essa evocação do testemunho, produzido pelo sintagma verbal *quem assistiu* e pela citação do escritor alemão, evoca também uma memória coletiva que regula os dizeres do sujeito enunciatador na produção dessa imagem unívoca de *fascismo, nazismo, socialismo e comunismo*, que podemos parafrasear: *assim como o socialismo e o comunismo é o fascismo e o nazismo*, num efeito de equiparação.

Em f. 51, o sujeito da enunciação, identificado aos saberes do que designamos provisoriamente de FD do liberalismo, afasta e distingue o liberalismo e o que seria o *homem liberal* de *fascistas, nazistas, comunistas e socialistas*, definindo este *homem liberal* como inimigo destes de quem se distingue: *O verdadeiro inimigo, o homem com que nada tinham em comum e a quem não podiam esperar convencer, era, para ambos, o liberal à antiga. O liberal e, por efeito de extensão, o liberalismo, seriam o oposto de nazismo, fascismo, comunismo e socialismo.*

Como diz Rancière (2018, p. 62) em seu *O Desentendimento*: nos jogos da terceira pessoa, o *eles* “institui a primeira pessoa, o ‘eu’ ou o ‘nós’ do interlocutor como representante de uma comunidade”. Esta passagem de Rancière me dá ensejo para dizer que, na relação de antagonismo na qual o diálogo é vetado pelo jogo do *nós* e *eles*, o *nós*, identificado à posição-sujeito liberal, produz um efeito de porta voz do liberalismo enquanto forma do capitalismo. A partir deste efeito de porta voz, entendo que as textualidades que constituem a teoria do (neo)liberalismo são endereçadas a leitores representados como dóceis ao capitalismo, leitores estes que representam determinados setores da sociedade, cujos interesses de classe os aproximaria do novo liberalismo enquanto forma do capitalismo contra o que seria o *socialismo, o comunismo, o fascismo e o nazismo.*

Esta interdição de uma interlocução entre *nós* e *eles* produz para o sujeito-leitor um tom de alerta ante o que seriam os perigos que *socialismo, comunismo, fascismo e nazismo* representam. Neste ponto, temos o que Mariani (1996, p. 64, grifo do autor) designou de funcionamento intermediário do *discurso sobre*. Segundo a autora, “os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são intermediários, pois *ao falarem sobre um discurso de*”, situam-se entre este *discurso de* e o interlocutor, quem quer que este seja,

produzindo, no caso que ora analisamos, enquanto discurso intermediário que fala de *comunismo*, *nazismo*, *fascismo* e *socialismo* para um interlocutor que representa como dócil a seu dizer, um efeito de interdição às discursividades produzidas pelos sujeitos que se identificam com *comunismo*, *nazismo*, *fascismo* e *socialismo*. Como diz Mariani (1996, p. 58), “no ‘como se diz’ já se encontra embutido o ‘quem vai ler’”. É o que procuramos representar esquematicamente neste segundo quadro das formações imaginárias:

Ia (A). (B) → (R)	O modo como os teóricos do novo liberalismo (A) representam a imagem do modo como seus leitores (B) representam o outro antagonico e os temas (R) que abordam em seus textos.
-------------------	---

Segundo quadro das Formações Imaginárias

Ainda situado no que seria a equivalência semântica entre *socialismo*, *comunismo*, *fascismo* e *nazismo*, passo para formulações (sob a forma Y é X) extraídas de um texto de Mises, que o autor intitula *A ação Humana*⁹⁹, considerado por liberais de várias estirpes como a obra prima deste autor.

f. 52: Segundo as doutrinas do universalismo, do realismo conceitual, do *holismo* e do coletivismo, a sociedade é uma entidade que vive sua própria vida, independente e separada das vidas dos diversos indivíduos, agindo por sua própria conta e visando a seus próprios fins, que são diferentes dos pretendidos pelos indivíduos.

Assim sendo, é evidente que pode surgir um antagonismo entre os objetivos da sociedade e os objetivos individuais¹⁰⁰.

f. 53: o coletivismo é necessariamente um sistema teocrático. A característica comum de todas as suas variantes é a postulação de uma entidade com características sobre-humanas à qual os indivíduos devem obediência¹⁰¹.

f. 54: Os termos “sociedade” e “Estado”, como empregados pelos adeptos contemporâneos do socialismo, do coletivismo, do planejamento e do controle social das atividades dos indivíduos, têm o significado de uma divindade¹⁰².

⁹⁹ A referência ao texto *O coletivismo depende de líderes messiânicos*, publicado no site *Mises Brasil* na nota de rodapé das f. 52, 53 e 54, se dá devido o fato de este artigo consistir num trecho de *A Ação Humana*, transposto para o site na forma de artigo e disponibilizado na tag Artigos.

¹⁰⁰ MISES, Ludwig von. O coletivismo depende de líderes messiânicos. **Mises Brasil**. 10 jun. 2019. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2349/o-coletivismo-depende-de-lideres-messianicos>. Acesso em 13 jun. 2023.

¹⁰¹ MISES, Ludwig von. O coletivismo depende de líderes messiânicos. **Mises Brasil**. 10 jun. 2019. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2349/o-coletivismo-depende-de-lideres-messianicos>. Acesso em 13 jun. 2023.

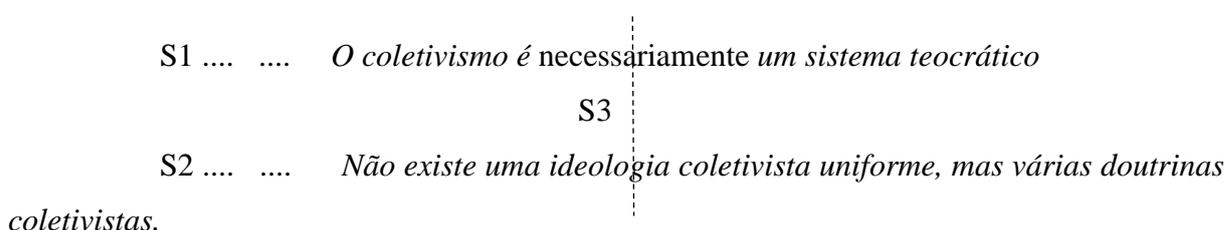
¹⁰² MISES, Ludwig von. O coletivismo depende de líderes messiânicos. **Mises Brasil**. 10 jun. 2019. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2349/o-coletivismo-depende-de-lideres-messianicos>. Acesso em 13 jun. 2023.

f. 55: Não existe uma ideologia coletivista uniforme, mas várias doutrinas coletivistas. Cada uma delas enaltece uma entidade coletiva diferente e exige que todas as pessoas decentes se submetam a elas. [...] Cada uma ordena a total subjeção do indivíduo; todas são totalitárias¹⁰³.

Estas formulações (f. 52 a 55) trazem algumas definições sobre um outro discurso a partir de uma posição-sujeito que lhe é antagônica. A f. 52 põe em cena o conflito entre o indivíduo e a sociedade, que retoma a bipolaridade individualismo e coletivismo, que analisamos no capítulo anterior. Este conflito seria inevitável, pois, ao definir sociedade como uma entidade separada e independente dos indivíduos, o coletivismo instaura o que seria o conflito entre os objetivos da sociedade e do indivíduo.

Temos novamente uma distinção entre sociedade e indivíduo que distancia e coloca o indivíduo e, por efeito de extensão, o individualismo, de um lado e a sociedade, que, por efeito de extensão, aloca o coletivismo do outro lado. f. 53 põe em jogo uma definição de coletivismo: *é necessariamente um sistema teocrático*. Este *necessariamente* produz um efeito de univocidade de *coletivismo*. O coletivismo é um sistema teocrático e não poderia ser outra coisa. Todavia, apesar de sua definição unívoca, o coletivismo possui *variantes*, ou seja, há coletivismos. Levando em conta as condições de produção das formulações que foram trazidas para este estudo, direi que *várias doutrinas coletivistas* retoma, por efeito de anáfora, *nazismo, fascismo, socialismo e comunismo* que, tomados indistintamente, comporiam o coletivismo enquanto *doutrinas coletivistas*, ou seja, enquanto partes indistintas de um todo: efeito metonímico, próprio da modalidade interdiscursiva que Pêcheux (2014, p. 153) designou de discurso transverso.

Em trabalho intitulado *Metáfora e Interdiscurso*, Pêcheux (2015, p. 159)¹⁰⁴ propõe um esquema do qual nos valem para tratar do efeito metonímico:



S3, que representa *fascismo, nazis, comunistas e socialistas*, atravessa S1 e S2 produzindo assim um efeito metonímico que articula S3 enquanto antecipação de tipo

¹⁰³ MISES, Ludwig von. O dogma do coletivismo. **Mises Brasil**. 05 jan. 2011. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/article/867/o-dogma-do-coletivismo>. Acesso em: 15 jun. 2023.

¹⁰⁴ Cf. PÊCHEUX, Michel. *Metáfora e Interdiscurso*. 4. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

catafórica de S2 a S1, enquanto partes de um todo como, e aqui usamos palavras de Pêcheux (2015, p. 160), “a metonímia clássica Vela/Barco se articula através da descrição técnica das partes constituintes do barco (e a vela é justamente uma de suas partes constituintes: a principal, a essencial ou constitutiva)”.

Na f. 55: *Todas são totalitárias* retoma várias doutrinas coletivistas, o que nos autoriza a substituir *fascismo, nazismo, socialismo e comunismo* por *totalitarismo*. E se o coletivismo é teocrático, então, por efeito de extensão, as várias doutrinas coletivistas, enquanto partes constitutivas do coletivismo, são teocráticas, fazendo que os sentidos de doutrinas políticas ou teorias políticas deslizem para religião ou seita, pois *postulam uma entidade com características sobre humanas à qual os indivíduos devem obediência*.

Este deslizamento dos sentidos produz um tom de desqualificação do discurso outro: o socialismo (e as demais doutrinas coletivistas) seria, como dissemos no capítulo anterior, um sistema econômico racionalista, pois pretende planejar toda atividade econômica, mas se baseia em crenças de tipo míticas, que apelam a uma divindade. Desse modo, o *socialismo, o comunismo, o fascismo e o nazismo* seriam todos *mitos, ilusão, utopia, religião*, algo da ordem do impossível, do irrealizável.

Mas há um efeito que não poderia deixar de fora de meu gesto analítico: Pondo em relação os sentidos de ilusão, utopia e mito com a análise das disjuntivas que fizemos no capítulo anterior a este, temos que a bipolaridade *capitalismo* ou *socialismo* desliza para *realidade* ou *ilusão*, cancelando desta forma a própria bipolaridade. Se o socialismo é da ordem do impossível, então já não há bipolaridade, mas apenas uma via, a via do capitalismo liberal, a via do individualismo. Também aqui estamos diante do efeito de apagamento de socialismo e comunismo como vias possíveis, fazendo restar no horizonte apenas os sentidos de capitalismo enquanto sistema político-econômico possível, da ordem da realidade, não da utopia.

5. 2 Marx e os marxistas

Mariutti (2021, p. 10) faz uma interessante observação acerca da participação de von Mises no Colóquio Walter Lippmann. Segundo o autor: von Mises “partiu atacando o marxismo (sem que houvesse marxistas no colóquio). Meu gesto leitor me leva a dizer algo semelhante: de todos os textos que compuseram o *corpus* deste estudo, apenas nos de von Mises encontrei formulações que poderiam não só ser consideradas um ataque ao marxismo, mas ao próprio Karl Marx e seus seguidores (os marxistas). Formulações do tipo *assim como*

X é Y e formulações que podem ser reformuladas sob a forma *assim como X é Y* que estabelecem relação de equivalência entre Marx e outros teóricos e até a determinadas designações são fartas nos textos de Mises, embora, com menos frequência também apareçam em formulações linearizadas por Hayek. Algumas das enunciações de Mises sobre Marx beiram o ataque pessoal, o que, novamente, nos leva a registrar a semelhança entre o discurso teórico dos novos liberais e o discurso político.

Sejam as formulações:

f. 56: o defensor de ditaduras costuma ter um carinho específico pela expressão “planejamento econômico” – ou “economia planejada” –, a qual, particularmente nos dias de hoje, é um pseudônimo de socialismo. Neste arranjo, qualquer coisa que as pessoas queiram fazer tem de ser primeiramente aprovada e planejada. Estes, que, assim como Marx, rejeitam a “anarquia da produção” e pretendem substituí-la pelo “planejamento”, desprezam profundamente a livre iniciativa, as vontades e os planos das outras pessoas¹⁰⁵.

f. 57: Essa é a mentalidade das pessoas que, certa vez, em uma exposição das pinturas de Manet em Paris, exclamaram: “a polícia não deveria permitir isso!” Essa é a mentalidade das pessoas que constantemente bradam: “deveria haver uma lei contra isso!

E, quer elas admitam ou não, esta é exatamente a mentalidade de todos os intervencionistas, socialistas e defensores das ditaduras. Há apenas uma coisa que eles odeiam mais do que o capitalismo: um intervencionismo, um socialismo ou uma ditadura que não corresponda a todas as suas vontades. Daí a briga apaixonada entre comunistas e nazistas; entre os partidários de Trotsky e os de Stalin; entre os seguidores de Strasser e os de Hitler¹⁰⁶.

f. 58: Está inteiramente de acordo com o espírito do totalitarismo a sua condenação de toda a atividade humana desinteressada, sem qualquer propósito ulterior. A ciência pela ciência, a arte pela arte, são igualmente odiosas para os nazis, para os nossos intelectuais socialistas e para os comunistas¹⁰⁷.

Na f. 56: *O defensor de ditaduras antecipa socialismo*. E ambos são retomados por *Estes, que assim como Marx*. *O defensor de ditaduras* teria um apreço pelo *socialismo*. E *o defensor de ditaduras, assim como Marx rejeita a “anarquia de produção” e pretende substituí-la pelo “planejamento”, despreza profundamente a livre iniciativa, as vontades e os planos das outras pessoas*. Na f. 57: *intervencionistas, socialistas e defensores de ditaduras* são postos em relação como equivalentes.

Há o reconhecimento do que seriam as diferenças marcadas pelos significantes *partidários e seguidores*, mas esta diferença é apagada pelo que haveria de comum entre *intervencionistas, socialistas e defensores de ditaduras: a mentalidade de todos e há apenas uma coisa que eles odeiam mais* seriam as características comuns que, nas condições de

¹⁰⁵ MISES, Ludwig von. O maior perigo para a humanidade: nossa recorrente paixão pelo autoritarismo. 29 jan. 2014. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1530/o-maior-perigo-para-a-humanidade-nossa-recorrente-paixao-pelo-autoritarismo>. Acesso em: 17 jun. 2023.

¹⁰⁶ MISES, Ludwig von. O maior perigo para a humanidade: nossa recorrente paixão pelo autoritarismo. 29 jan. 2014. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1530/o-maior-perigo-para-a-humanidade-nossa-recorrente-paixao-pelo-autoritarismo>. Acesso em: 17 jun. 2023.

¹⁰⁷ HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 198.

produção de f. 57 nos permite estabelecer que há um efeito de equivalência produzido pelo apagamento das diferenças entre *socialistas*, *intervencionistas* e *defensores de ditaduras*. Dito de outro modo, o reconhecimento das diferenças é obliterado pelo que seriam os pontos em comum que produzem um efeito de equivalência semântica entre *socialismo*, *intervencionismo* e *defensores de ditaduras*.

Do mesmo modo, as condições de produção de f. 58 também nos autorizam a dizer que há um efeito de equivalência entre *nazis*, *intelectuais socialistas* e *comunistas* ao relacionar estes significantes a partir do que seriam uma característica comum que os entrelaçaria de modo tal a torná-los indistintos. Este ponto em comum seria *a condenação de toda e qualquer atividade humana desinteressada*, que estaria de acordo com o *espírito do totalitarismo*. E este ponto em comum apaga as diferenças entre *nazis*, *intelectuais socialistas* e *comunistas*. Estas relações de sentidos nos permitem formular um desdobramento parafrásticos como este:

<u>esta é exatamente a mentalidade de todos</u> Há apenas uma coisa que eles,	os	<i>nazis, intervencionistas, socialistas,</i> <i>comunistas,</i> <i>defensores de ditaduras, Marx</i> <i>partidários de Trotsky e Stalin, seguidores de</i> <i>Strasser e Hitler (odeiam mais)</i>
--	----	--

Na f. 57, *briga apaixonada entre, partidários e seguidores*, que marca o que seriam as diferenças entre *comunistas* e *nazistas* e entre os *partidários de Trotsky* e de *Stalin* e *seguidores de Strasser e de Hitler*, pelo efeito de apagamento dessas diferenças, produzido pelo que seriam características comuns, pode ainda ser desdobrada em:

Assim, como os comunistas são os nazistas;
Assim como Trotsky é Stálin;
Assim como Strasser é Hitler.

Contudo, visto que esta subseção trata, sobretudo, de Marx e dos marxistas, vale ir além e, pondo em relação os sentidos produzidos pelas f. 56, 57 e 58, podemos desdobrar estas formulações em parafrases como:

Assim como Marx é Hitler;
Assim como Marx é Stálin;
Assim como Marx é Strasser
e assim como Marx é Trotsky.

Esta indistinção entre as imagens de Marx, Hitler, Stalin, Strasser e Trotsky segue a indistinção entre comunistas, nazistas, socialistas, intervencionistas e defensores de

ditaduras. A sequência *assim como Marx é Hitler* produz um efeito de colagem, na qual a imagem do primeiro estaria colada à imagem do segundo. Mais ainda: por efeito de apagamento das diferenças, as imagens de Marx, Hitler, Stalin, Strasser e Trotsky estariam coladas às imagens de nazistas, socialistas, intervencionistas e defensores de ditaduras tomadas indistintamente.

Já nem parece que estamos diante do discurso teórico, mas de um discurso político que visaria somente relacionar a imagem do adversário a sentidos que ecoam medo, peso, negatividade, perversidade, destruição, terror, totalitarismo, desumanidade, barbárie.

Um tom de ataque a Max e aos marxistas continuará sendo a tônica das demais formulações que trago para análise:

f. 59: Em décadas recentes, o ressurgimento da análise kantiana – esta tão aclamada façanha da filosofia alemã – serviu para beneficiar o socialismo. Os neokantianos, especialmente Friedrich Albert Lange e Hermann Cohen, se declaravam socialistas. Simultaneamente, os marxistas tentaram conciliar o marxismo com a Neocrítica. Desde que as fundações filosóficas do marxismo começaram a mostrar sinais de rachadura, multiplicaram-se as tentativas de encontrar na filosofia crítica um suporte para as ideias socialistas¹⁰⁸.

f. 60: Marx possuía um “anti-talento” – isto é, uma falta de talento. Ele foi influenciado por Hegel e Feuerbach, especialmente pela crítica de Feuerbach ao cristianismo. Marx admitiu que a doutrina da exploração foi retirada de um panfleto anônimo publicado na década de 1920. Sua teoria econômica se resumia a distorções tiradas de David Ricardo (1772 – 1823). Marx era economicamente ignorante¹⁰⁹.

f. 61: A confusão entre os conceitos de sociedade e Estado se originou em Hegel e Schelling. É costumeiro diferenciar duas escolas de hegelianos: a de esquerda e a de direita. A distinção refere-se apenas à postura desses autores em relação ao Reino da Prússia e à Igreja Evangélica da Prússia. O credo político de ambas as ideologias era essencialmente o mesmo. Ambas advogavam a onipotência do governo. Foi um hegeliano de esquerda, Ferdinand Lassalle, quem mais claramente expressou a tese do hegelianismo. “O Estado é Deus”. O próprio Hegel havia sido um pouco mais cauteloso. Ele declarou apenas que é “o percurso de Deus através do mundo que constitui o Estado” e que ao lidarmos com o estado devemos contemplar “a ideia, o próprio Deus presente na terra”¹¹⁰.

As formulações 59, 60 e 61 trazem em comum o que seria uma insuficiência intelectual e filosófica de Marx e dos marxistas. A necessidade de conciliar o marxismo com a neocrítica, de retirar a doutrina da exploração de um panfleto anônimo e a confusão entre conceitos, no caso, os conceitos de sociedade e Estado, atestariam o *anti-talento* de Marx, anti-talento que se estenderia aos marxistas, enquanto adeptos do que seria a filosofia de

¹⁰⁸ MISES, Ludwig von. O socialismo como um imperativo moral. 03 abr. 2013. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1224/o-socialismo-como-um-imperativo-moral>. Acesso em: 19 jun. 2023.

¹⁰⁹ MISES, Ludwig von. Individualismo, marxismo e a Revolução Industrial. 02 dez. 2011. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1170/individualismo-marxismo-e-a-revolucao-industrial>. Acesso em: 19 jun. 2023.

¹¹⁰ MISES, Ludwig von. O dogma do coletivismo. 05 jan. 2011. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/724/o-dogma-do-coletivismo>. Acesso em: 19 jun. 2023

Karl Marx. Marx e os marxistas seriam insuficientes, incapazes de produzir uma filosofia ou uma doutrina sólida, com bases firmes, filosoficamente bem fundamentada. Esta insuficiência redundaria na necessidade de buscar fundamentos filosóficos em outras doutrinas filosóficas: Hegel e o hegelianismo (*Lassalle*), Kant e os neocríticos (*Lange* e *Cohen*) ou kantianos, Feuerbach e sua crítica ao cristianismo.

A relação de Marx e os marxistas com essas outras filosofias nos permite reformular as formulações 59, 60 e 61 sob a forma *assim como X é Y*:

*Assim como os kantianos são os marxistas;
Assim como Hegel e Feuerbah é Marx;*

E pondo em relação as f. 61 e 54, podemos reformular:

Assim como Ferdinand Lassalle é Marx.

As condições de produção, remetidas ao interdiscurso da FD na qual o sujeito da enunciação está inscrito, nos autoriza a dizer que estas reformulações já não produzem apenas um efeito de comparação ou mesmo de equivalência ou equiparação. Considerando ainda a imagem negativa que os efeitos de sentidos que nosso gesto analítico nos permitiu interpretar neste capítulo, podemos dizer que as formulações, 59, 60 e 61 produzem uma deriva dos sentidos, que deslizam dos efeitos de comparação ou equiparação para os efeitos de insuficiência de Marx e dos marxistas, que levam ainda para os sentidos de copiadore do pensamento alheio. Assim, temos como paráfrase possível:

*Os marxistas tomam de Kant fundamentos filosóficos para preencher as rachaduras de sua doutrina;
Marx, que não tinha talento, precisou copiar Hegel e Feuerbach para formular sua filosofia e retirou a doutrina da exploração de um panfleto anônimo escrito nos anos 1920.
Assim como Ferdinand Lassalle, os socialistas contemporâneos confundem Estado e sociedade ou, os socialistas contemporâneos copiaram a confusão de Lassalle;
Marx era ignorante, pois distorcia Ricardo por não ter entendido sua teoria econômica.*

Os sentidos de ignorância, copiadore de panfletos anônimos, confusão, anti-talento produzem uma imagem que desqualifica Marx, os marxistas e os socialistas contemporâneos como intelectuais. Marx teria elaborado sua filosofia a partir de panfletos anônimos, a partir de outros filósofos superiores a ele, a partir de concepções equivocadas da teoria de David Ricardo, a partir da confusão lasselleana entre Estado e sociedade. Marx, os marxistas e os socialistas seriam confusos e ignorantes.

Pensando a relação entre o sujeito enunciador das f. 59, 60 e 61 e o sujeito leitor, representado como dócil às discursividades que produzem uma imagem que desqualifica e adjetiva pejorativamente tanto o nome quanto a produção intelectual de Marx, arrisco dizer que esta imagem negativa de Marx, dos marxistas e dos socialistas produzem já não somente um efeito de interdição à leitura por parte dos leitores representados como dóceis ao sujeito enunciador, mas de rejeição, de rechaço a tudo o que viria ou seria produzido por Marx, marxistas e socialistas.

A trajetória que percorremos até aqui, nos fez passar pelo questionamento do neoliberalismo, enquanto teoria, sua problematização, através do conceito de acontecimento, tal como elaborado na AD. Será o discurso teórico de renovação do liberalismo um acontecimento discursivo ou enunciativo? Esta questão está posta e iremos respondê-la na parte final. Mas para chegar a uma resposta, enveredamos pela análise de formulações recorrentes nos textos neoliberais, que nos deram ocasião de, por meio do dispositivo teórico que montamos no primeiro capítulo, chegarmos a um veredito acerca da questão.

6 PARA ONDE FUI LEVADO?

*Digo: o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.*

Guimarães Rosa

Poderia e pensei mesmo em subintitular esta conclusão de *Onde chegamos?*, mas ocorreu-me deste subtítulo parecer um tanto impreciso dada minha filiação em AD materialista. Tentando ser fiel aos pressupostos teóricos da AD, aos objetivos que tracei no início deste estudo e ao dispositivo teórico-analítico que montei para dar conta do material que organizei, não poderia ser mais impreciso se subintitulasse esta parte do estudo de *Onde chegamos?*, sugerindo ao leitor um fecho completamente original, o que seria, além de muito presunçoso, um engano, sobretudo, um autoengano.

Não cheguei a lugar nenhum, fui levado pelo material, mais especificamente, fui sendo levado até chegar aqui, nesta última parte, portanto, fui trazido até aqui pela análise do material, fazendo sempre um imenso esforço para não antecipar nenhum resultado final.

Pois bem, então, ao que parece a pergunta do subtítulo pode ser reformulada: para onde fui trazido? Para onde me trouxeram o material e a AD com seus pressupostos teóricos, seus princípios e procedimentos? É chegada a ocasião de responder a esta questão.

E, para respondê-la, julgo pertinente, antes, entrar numa pequena discussão acerca da noção de acontecimento e das definições de acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo, dito de outro modo, julgo pertinente situar o acontecimento na cena do discurso.

6.1 O acontecimento na cena do discurso

Para situar o acontecimento na cena discursiva, parto de duas definições: a definição que Pêcheux elabora de acontecimento discursivo e a definição que Eduardo Guimarães formula de acontecimento enunciativo. Em seguida recorrerei ao artigo *Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso*, de autoria de Freda Indursky, para abordar o modo como esta autora trabalha as noções de acontecimento discursivo e enunciativo.

Pêcheux (2015, p. 16, grifo do autor) formula sua noção de acontecimento na seguinte passagem:

Para entrar na reflexão que empreendo aqui com vocês, sobre o discurso como estrutura e acontecimento, imagino vários caminhos muito diferentes.

Um primeiro caminho seria tomar como tema um *enunciado* e trabalhar a partir dele; por exemplo, o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] tal como ele atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, às 20 horas e alguns minutos (o *acontecimento*, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória).

Eis que desta passagem, tiramos a definição de Pêcheux para acontecimento discursivo, pois o autor mesmo declara estar empreendendo uma reflexão sobre o discurso enquanto estrutura e acontecimento. E a definição é o que está entre parênteses: acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória.

Guimarães (1989, p. 78 - 79, grifo do autor) elabora sua definição de acontecimento enunciativo, desde uma perspectiva discursiva, ancorada na noção de FD tal como formulada na *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, na seguinte passagem:

O acontecimento de linguagem, distinto de outros, que produziu enunciados com *acessar*, e assim produziu *acessar*, é um acontecimento, cujo caráter repetível (por sua relação com uma formação discursiva) em contato com o novo, específico de um dado ponto no tempo, dá condições de existência a *acessar* e o incorpora à língua. De modo que *acessar* deixa de ser considerado como criação do momento específico de fala. Inclusive porque a impressão de que é criação do momento de fala é uma ilusão. Este acontecimento é a *enunciação*. E nós a definimos, então, como o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Deste modo, a enunciação não é um ato individual do “sujeito”, não sendo também irrepetível. O repetível está na enunciação porque ela se dá no interior de uma formação discursiva. Mas no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor do repetível ao novo. E isto pode levar à criação de um novo enunciado e mesmo de um novo signo.

Pois bem, temos diante de nós duas definições: uma de acontecimento discursivo e outra de acontecimento enunciativo, produzidas por autores diferentes em anos diferentes. A questão é que, embora as definições procurem dar precisão a noções diferentes; e embora Pêcheux declare que pretende refletir sobre o discurso como estrutura e acontecimento e Guimarães busque definir o ato linguagem que produz enunciados, a questão é que ambas as definições, pelo menos ao meu entendimento, soam como muito parecidas.

Situar o acontecimento discursivo no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” e definir o acontecimento enunciativo, enquanto produção de enunciados e signos, que tem um “caráter repetível (por sua relação com uma formação discursiva) em contato com o novo, específico de um dado ponto no tempo” não parece ajudar muito o analista de discurso no momento de interpretar um acontecimento. E as definições ficam ainda mais parecidas quando acrescentamos o seguinte: Pêcheux (2015, p. 20 – 21): “Ora, entre esses gritos de vitória, há um que vai “pegar” com uma intensidade particular: é o enunciado ‘On a

gagné’ [Ganhamos!'] repetido sem fim como um eco apegado ao acontecimento”. Guimarães (1989, p. 78):

O aparecimento destes enunciados é um acontecimento que tem características de certas condições sociais e históricas. Assim, dadas certas condições: o aparecimento do computador, seu modo de existência social etc. constituem-se as condições para um acontecimento enunciativo que produz os enunciados (1), (2), (4), (7), (8) e (9) e outros a eles relacionados.

Se no acontecimento discursivo, o enunciado está apegado ao acontecimento, no acontecimento enunciativo também, na medida em que o repetível está em contato com o novo, específico de dado ponto no tempo, que lhe dá condições de existência, ou seja, nem o enunciado “Ganhamos!” nem “acessar” poderiam ser formulados independentemente de um acontecimento (a vitória eleitoral de F. Mitterand; o advento do computador).

Desse modo, penso poder dizer que, o encontro de uma atualidade com uma memória, o caráter de repetível em contato com o novo e o apego a um acontecimento, enquanto condição indispensável de existência de um enunciado, autorizam-me a dizer que as definições de acontecimento discursivo, tal como elaborada por Pêcheux e de acontecimento enunciativo, tal como estabelecida por Guimarães, são demasiadamente parecidas e, como tal, dificultam ao analista de discurso ferramentas determinar se um enunciado consiste num acontecimento discursivo ou enunciativo.

Que fazer, então? Esta indagação está respondida no artigo de Indursky¹¹¹. A autora faz um caminho diferente para abordar os temas do acontecimento discursivo e enunciativo. Em vez de partir de definições conceituais, desloca seu gesto analítico para a noção de sujeito, mais precisamente para o que Pêcheux (2014, p. 199, grifo do autor) designou de “*forma sujeito, enquanto relação de desdobramento entre ‘sujeito da enunciação’ e ‘sujeito universal’*”. Segundo o autor, este desdobramento pode assumir diferentes modalidades, mais especificamente, três:

A primeira modalidade consiste numa superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal da FD que domina o sujeito enunciativo e caracteriza o bom sujeito.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do mau sujeito, no qual o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal da FD que o domina, o que se dá por meio de uma tomada de posição que consiste numa separação, isto é, num distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta etc. Segundo Pêcheux (2015, p. 199), nesta modalidade, o sujeito “luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência

¹¹¹ Refiro-me ao artigo intitulado *Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso*.

afetada pela negação revertida a seu próprio terreno”. Em suma, o mau sujeito *se contraidentifica* com a FD que lhe é imposta pelo interdiscurso, produzindo assim, o contradiscurso. Pois bem, esta segunda modalidade, Indursky (2008, n.p) relaciona ao acontecimento enunciativo.

Conforme a autora, a contraidentificação instaura o acontecimento enunciativo, descrito como uma maneira tensa do sujeito se relacionar com a FD na qual a evidência do sentido lhe é fornecida. Esta tensão, contudo, não transpõe os limites da FD com a qual o sujeito da enunciação se identifica, mas estabelece certa agitação nos saberes da FD. Como diz Guimarães (1989, p. 79), o acontecimento enunciativo “pode levar, até mesmo, a uma transformação nas formações discursivas, o que cria o espaço para novos enunciados e novos signos”.

A terceira modalidade consiste na desidentificação do sujeito com os saberes da FD que o domina, o que, de acordo com Indursky, consiste num movimento migratório do sujeito, que parta da FD com a qual se desidentifica e instaura uma nova FD. Segundo Pêcheux (2015, p. 200 – 201, grifo do autor), “o funcionamento dessa ‘terceira modalidade’ constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma sujeito* e não sua pura e simples anulação”.

Esta é a via pela qual Indursky (2008), baseando-se em Pêcheux (2015), aborda discursivamente o tema do acontecimento: o sujeito, sempre já sujeito, assujeitado pela ideologia, processo que se dá pela identificação, modaliza sua relação com a FD que o domina, tomando posição, podendo identificar-se como um bom sujeito, contraidentificar-se como um mau sujeito e desidentificar-se, modalidade que inaugura uma nova FD. Assim, temos que, a contraidentificação instaura um acontecimento enunciativo e a desidentificação, instaura um acontecimento discursivo e, com ele, uma nova FD.

Contudo, a questão, levantada no primeiro capítulo: de saber se o que designei de (neo)liberalismo consiste num acontecimento discursivo ou num acontecimento enunciativo persiste. Como respondê-la? Para respondê-la, retomo, brevemente, a parte do dispositivo teórico montado, também no primeiro capítulo, para dar resposta a essa questão.

Para responder a essa pergunta, procurei organizar uma rede de formulações, que representa o processo discursivo estudado, para, por meio da análise das formulações, levantar os enunciados, tomados como um nó em uma rede e que, segundo Courtine (2014, p. 100, grifo do autor), consistem nos “elementos de saber próprio a uma FD”, concebido enquanto “uma forma ou esquema geral que governa a repetibilidade no seio de uma *rede de formulações*”. A questão que me trouxe para este estudo, portanto, pode ser respondida com a

identificação dos elementos de saber enunciados que constituem a FD na qual está inscrito o sujeito das formulações que trouxemos nos capítulos anteriores.

Mas neste ponto, ocorre-me outra pergunta: que critérios usar para determinar o que é e o que não é um enunciado? Concebido enquanto forma que preside a repetibilidade no interior de uma rede de formulações e, conforme Courtine (2014, p. 104), relacionado ao tempo longo da história e à noção de *memória discursiva*, tomarei como enunciados aquelas formulações que repetem, refutam, transformam, denegam..., isto é, em relação às quais elas produzem efeitos de memória específicos; dito de outro modo, aquelas formulações que consistem numa forma atualizada (conjunturalmente reformulada) de um enunciado.

Mas para que este levantamento dos enunciados possa nos auxiliar na tarefa de dar uma resposta satisfatória para a questão de saber se o (neo)liberalismo consiste num acontecimento discursivo ou enunciativo, é preciso relacionar os enunciados à FD que tomei provisoriamente como FD de referência, a saber, aquela que designei de FD do liberalismo, para, com isto, determinar se os enunciados levantados consistem em elementos de saber dessa FD do liberalismo e, se assim for, teremos um acontecimento enunciativo ou, se os enunciados consistem numa ruptura com esta FD e conseqüente instauração de outra FD e, assim sendo, teremos um acontecimento discursivo.

6. 2 Que acontecimento, afinal?

Tendo retomado em linhas gerais a questão que apresentei no primeiro capítulo e o dispositivo analítico organizado com o propósito de respondê-la, vejo-me em melhores condições para dizer, enfim, a resposta a que cheguei ou, talvez seja melhor dizer, para a qual fui conduzido. Para tanto, procederei a uma retomada das análises que fiz nos capítulos segundo, terceiro e quarto, com o objetivo de levantar os enunciados e, enfim, determinar se estamos diante de um acontecimento discursivo ou enunciativo.

No segundo capítulo, analisei formulações que definiam, sobretudo, a liberdade, o mercado e a concorrência. As primeiras formulações desse capítulo definiam o que seria o liberalismo. Meu gesto analítico levou-me a um efeito de denegação de neoliberalismo. O efeito de denegação discursiva consiste num recalque de algo que pode ser dito, mas que fica recalçado na FD. Ou seja, o sujeito recalca um saber que pode ser dito, mas que é negado. A partir disto, disse que a negação ou denegação de neoliberalismo funcionava como a afirmação de neoliberalismo, produzindo um deslizamento nos sentidos de liberalismo que deslizara de algo que seria feito pela força da natureza para um artifício, uma política a ser

elaborada e implementada. Desse modo, em minha interpretação, neoliberalismo é um enunciado, que mexe nos sentidos de liberalismo a ponto de produzir neoliberalismo, isto é, uma deriva, um deslizamento que atualiza os sentidos de liberalismo.

A f. 14, que traz economia de mercado como um artifício da civilização, corrobora com o deslizamento de sentidos produzido por neoliberalismo. Já não se define liberalismo como produto da natureza humana ou do direito natural, mas como um artifício, isto é, uma produção humana.

O significante competição (ou concorrência, a depender da tradução), tal como linearizada nas formulações do segundo capítulo, funciona discursivamente como uma paráfrase de *mão invisível*, retomando sentidos do liberalismo clássico (Adam Smith). A f. 20 evoca um enunciado, que designei de negatividade liberal, à medida em que o sujeito enunciador sequencializa a necessidade de remover obstáculos ao que seria a evolução espontânea. A f. 20, portanto, também retoma sentidos do liberalismo clássico.

No terceiro capítulo, debrucei-me sobre a análise de formulações disjuntivas. Neste capítulo, meu gesto levou-me a um efeito parafrástico no qual capitalismo poderia ser substituído por liberalismo. Esta equivalência semântica entre capitalismo e liberalismo produz um efeito de assepsia do capitalismo, na medida em que o desassocia da exploração de países imperialistas sobre as colônias; da escravidão do negro africano, vendido e comprado como mercadoria; dos massacres a povos indígenas etc. por não admitir nenhuma dessas práticas como liberais. Entendo que essa paráfrase também retoma sentidos do liberalismo, que jamais esteve dissociado do capitalismo.

As f. 32, 33 e 35 põem em cena a relação entre democracia e capitalismo. Só sob o capitalismo poderia haver democracia (f. 35). Entendo que esta formulação também retoma e atualiza dizeres próprios de um importante texto liberal: *A democracia na América*¹¹². Hayek, em texto do qual extraímos algumas das formulações que trouxemos para este estudo, chega a se denominar um liberal filiado às ideias de Lord Acton e Tocqueville¹¹³. Mas, para além disto, as f. 33 e 35 retomam, de certo modo, formulações como esta, que relacionam democracia à liberdade:

É, portanto, principalmente nos tempos democráticos em que nos encontramos, que os verdadeiros amigos da liberdade e da grandeza humana devem, sem cessar, manter-se de pé e prontos para impedir

¹¹² Cf. TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1973.

¹¹³ HAYEK, Friedrich A. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2023.

que o poder social sacrifique levemente os direitos privados de alguns indivíduos à execução geral de seus desígnios¹¹⁴.

Esta formulação de Tocqueville evoca sentidos que ecoam descentralização (poder descentralizado), sentido este evocado e ecoado também pela f. 35, que condiciona democracia a capitalismo, como único sistema possível para a democracia, enfim, como sistema descentralizado. Esta outra formulação de Tocqueville (1973, p. 304): *Os que procuram destruir a liberdade no seio de uma nação democrática* inscreve a liberdade como parte constituinte da democracia e encosta os sentidos de democracia nos de capitalismo, enquanto paráfrase de liberalismo. Neste sentido, este efeito metonímico de democracia como parte constituinte do capitalismo/liberalismo retoma sentidos próprios da FD do liberalismo.

No quarto capítulo, analisei formulações nas quais o sujeito da enunciação procurava definir o outro. Este capítulo é marcado pelo efeito de *nós* e *eles*, que separa e interdita a relação de proximidade entre ambos. O sujeito da enunciação busca definir o outro discurso e o sujeito que se identifica com o outro discurso, marcando, em suas formulações, o antagonismo simétrico entre *nós* e *eles*.

De modo geral, penso poder dizer que as formulações deste capítulo retomam o antagonismo liberal contra o que seria a aristocracia feudal. Esta retomada, no entanto, não se dá sem uma atualização. Se nos séculos XVIII e XIX, o liberalismo se batia com as aristocracias nacionais, muitas delas com características feudais, no século XX, o liberalismo passou a se bater com o socialismo e os socialistas, mas de modo especial e mais agudo, contra Marx e os marxistas. A f. 60 diz que Marx distorcia a teoria econômica de Ricardo. Considero esta formulação como própria do liberalismo, na medida em que soa como uma apologia a um dos nomes mais significativos do liberalismo, o escocês, David Ricardo; uma apologia a Ricardo contra Marx.

Após levantar os enunciados atualizados e conjunturalmente reformulados pelas formulações de Mises, Hayek e Röpke, que extraí a partir do gesto leitor dos textos destes teóricos do novo liberalismo, penso, finalmente, poder dizer que o que designei no título deste estudo de *Discurso teórico de renovação do liberalismo* consiste num acontecimento enunciativo. As 61 formulações que transcrevi no corpo desta tese não me levaram a interpretar um movimento de desidentificação por parte do sujeito das formulações, razão pela qual não posso dizer que estamos diante de um acontecimento discursivo. Meu gesto analítico leva-me a sustentar que estamos diante de um acontecimento enunciativo, pois o sujeito da

¹¹⁴ TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 317.

enunciação, enquanto mau sujeito, questiona os saberes do liberalismo e, a partir deste questionamento, se separa¹¹⁵ destes saberes sem com isto se desidentificar.

Para fundamentar melhor minha resposta, devo dizer que meu gesto analítico leva-me a definir o discurso teórico do novo liberalismo de acontecimento enunciativo, baseado, em certa medida, na seguinte passagem de Pêcheux (2014, p. 200, grifo do autor):

Ora, o que justamente, nosso desvio nos permite compreender é que esse “antagonismo” (que possui a forma da contradição hegeliana: a negatividade, a *Aufhebung* etc.) se manifesta, em realidade, *no interior da forma-sujeito*, na medida em que o efeito daquilo que definimos como *o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contraidentificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite.*

Esta passagem põe em jogo a contraidentificação, como modalidade de identificação determinada pelo interdiscurso, enquanto exterioridade específica da FD na qual o sujeito está inscrito. O sujeito transforma alguns saberes da FD que o domina, mas não a ponto de com ela desidentificar-se. Produz uma mexida nos sentidos, atualiza certos saberes, mas não chega a romper com os saberes da FD na qual está inscrito.

Entendo, a partir daí, que a maior parte dos enunciados que analisei retomam/repetem saberes do liberalismo clássico e os atualiza, mas não rompem com o que agora designo (não mais provisoriamente) de FD do liberalismo. Assim, penso poder dizer que as 61 formulações que trouxe para este estudo podem ser ditas pelo sujeito que se identifica com os saberes da FD do liberalismo.

Há, no entanto, outra passagem de Pêcheux que serve de fundamento para minha resposta. Conforme o francês:

Na realidade, o funcionamento dessa “terceira modalidade” constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) *da forma sujeito* e não sua pura e simples *anulação*. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”*. (PÊCHEUX, 2014, p. 201 – 202, grifo do autor).

No acontecimento enunciativo, a negatividade (*Aufhebung*) da qual fala Pêcheux (2014, p. 200) se manifesta no interior da forma-sujeito. Levando em conta o que diz Indursky (2008, n.p), a noção de forma-sujeito encontra-se fortemente entrelaçada à de FD. Para a autora, a heterogeneidade da FD decorre da noção de desdobramento da forma sujeito. Deste

¹¹⁵ Cf. PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 199.

modo, entendo que a modalidade da contraidentificação se manifesta no interior da forma-sujeito entrelaçada à FD que domina o sujeito, enquanto a modalidade da desidentificação produz um deslocamento da forma-sujeito e, em decorrência deste descolamento, desloca também o sujeito de uma FD com a qual se desidentifica para outra FD, que se instaura e com a qual passa a se identificar.

Mas há uma parte específica da citação acima que chama minha atenção: a referência às *organizações políticas de “tipo novo”*. Estas organizações, se bem entendi, são identificadas pelo autor à política do proletariado¹¹⁶. Como meu gesto analítico não me conduziu à identificação do sujeito do discurso à política do proletariado, classe revolucionária, conforme Marx¹¹⁷, muito pelo contrário, não vejo como poderia vir a dizer que o acontecimento do novo liberalismo consiste num acontecimento discursivo.

6.3 A discussão instalada

A resposta à qual cheguei parece querer me arrastar para uma discussão complexa e sofisticada: falo da discussão acerca da noção de FD. Para alguns analistas do discurso, esta noção continua tendo sua importância na teoria da AD, para outros, a noção parece superada e perfeitamente substituída pelo conceito mais abrangente de heterogeneidade discursiva.

Diante desta discussão, o que posso dizer? Não considero ter condições de colocar um ponto final nesta discussão, e nem mesmo de apontar caminhos. A única coisa que posso dizer é que a análise de um acontecimento pela via da noção de FD remetida ao exterior que a determina é frutífera na medida em que põe em jogo a análise da intensidade das mexidas dos sentidos produzidas pelas modalidades de identificação.

Neste sentido, as abordagens que não levam a noção de FD em consideração correm o risco de colocar na conta do acontecimento discursivo do mais tênue deslizamento dos sentidos até o mais brusco e disruptivo. Uma revolução seria tão acontecimento discursivo quanto uma reforma trabalhista de tipo neoliberal ou quanto memes fascistas?

Além disso, uma vez que Indursky, uma analista do discurso de altíssima capacidade de reflexão teórica, elabora e trabalha no âmbito da teoria da AD a noção de acontecimento enunciativo, não vejo como simplesmente ignorá-la, visto que esta noção trabalha a distinção dos graus de intensidade da mexida nas fileiras dos sentidos, fundamental

¹¹⁶ Cf. PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 202.

¹¹⁷ MARX, K. ENGEL, F. LENIN, V. **Manifesto comunista; Teses de abril**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 30.

para distinguir o acontecimento discursivo, que designa um uma ruptura que inaugura novos saberes (enunciados) e, assim, instaura uma nova FD, do acontecimento enunciativo, que designa um questionamento, uma contestação ou até uma revolta do sujeito com saberes com os quais se (contra)identifica e atualiza uma FD.

Se, como diz Courtine (2014, p. 100), “o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de *reconfiguração incessante*”, parece-me coerente com a teoria da AD buscar distinguir os graus desta reconfiguração, inclusive para dar conta da instauração de novas FDs e, conseqüentemente, novos enunciados.

As noções de acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo são resultado de um gesto analítico que relaciona as reflexões de Pêcheux a respeito do desdobramento da forma sujeito, levando em consideração a heterogeneidade da FD, reflexão esta presente em *Semântica e Discurso* e a reflexão deste autor acerca do acontecimento, reflexão presente no pequeno livro *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Relacionando estas obras, Indursky escapa da semelhança entre as definições de acontecimento discursivo e enunciativo e propõe uma forma de distinguir entre os dois acontecimentos pela via da análise. Só a análise pode nos dizer se um acontecimento é discursivo ou enunciativo.

Com isto não pretendo desconsiderar as análises que não levam a noção de FD em consideração, nem desrespeitar ou mesmo criticar seus autores, apenas reforço o caminho de Indursky como proveitoso para a AD e reforço a impressão de que este caminho pode levar a importantes distinções na abordagem discursiva do acontecimento.

CONCLUSÃO

Mas o que mais temos a dizer? Dizer que a teoria do (neo)liberalismo consiste num acontecimento enunciativo nos mostra o quê da formação social que nos subjetiviza?

Eis a questão, com a qual pretendo fechar este estudo.

Entendo que o ponto de partida desta reflexão pode ser organizado num tripé que problematiza a relação entre indivíduo e sociedade; indivíduo e Estado; e sociedade e Estado. Como pensar estas relações a partir do nosso gesto analítico?

Por tudo o que precede, penso poder dizer que interpretar o (neo)liberalismo como um acontecimento enunciativo, produz um rearranjo na relação do sujeito com a sociedade e com o Estado. Dizer que a teoria do novo liberalismo consiste num acontecimento enunciativo é, de certo modo, entendê-la como um empreendimento de atualização teórica do liberalismo, pelo qual os intelectuais identificados à teoria liberal repensam e reordenam determinadas noções no interior dessa teoria, com notável enfoque nas noções de indivíduo, mercado e na crítica ao socialismo. Este modo de compreender o neoliberalismo implica também numa atualização da relação do indivíduo com a sociedade e com o Estado que reorganiza o modo do sujeito se subjetivizar nessa relação.

O foco da teoria (neo)liberal está no indivíduo. O indivíduo é pensado como um empreendedor de si, ou, como dizem Dardot e Laval (2016, p. 135), como “o homem-empresa”, capaz de, pela ousadia, engenho criativo e capacidade de suportar o risco, dar vida a ideias, serviços e produtos que vão ao encontro de necessidades que a sociedade nem sabia que tinha. Este homem-empresa seria a mola propulsora do progresso e desenvolvimento econômico e constitui a sociedade enquanto comunidade de indivíduos que se associam para cooperar uns com os outros, cada um, pensando em seu benefício próprio e nada mais. Concebida a sociedade enquanto associação de homens-empresas que cooperam entre si, a relação do homem-empresa e da sociedade com o Estado é, fatalmente, pensada como uma relação tensa, na qual o Estado joga contra a atividade criativa do homem-empresa, o que também significa jogar contra a sociedade, a partir do momento em que julga indispensável intervir na atividade econômica, seja lá por qual motivo. Por esta razão, toda e qualquer intervenção estatal na economia é condenada e prontamente rotulada de socialismo, entedido como o planejamento centralizado de toda a vida econômica.

Entregue às suas próprias forças, o indivíduo é pensado a partir de uma lógica evolucionista que foca naqueles que se sobressaem e deixam de lado os que malogram. Assim como as espécies, a sociedade evolui dentro desta lógica, mas isto não quer dizer que todo

indivíduo evolui, só os que se destacam, que vencem pela concorrência, que se sobressaem na corrida pela predileção do consumidor, em uma palavra, os que se notabilizam no mercado. Assim, ao mercado é dada a palavra final sobre os indivíduos: aos que vencem e alcançam sucesso, loas, glórias e prosperidade, mas aos que falham, aos que malogram, pobreza, dívidas, insônia e, cada vez mais frequente, depressão. Enfim, um intenso sofrimento, cuja administração e possibilidade de alívio, produziram e continua a produzir um mercado de fármacos, terapias, *coaches* e outras coisas mais¹¹⁸; uma verdadeira indústria do sofrimento alheio. Neste mercado do sofrimento, muitos conseguem se sobressair. Exploram o tormento alheio para enriquecimento próprio. Talvez por isso, tantas novas siglas que designam doenças antes “inexistentes” tenham surgido nos últimos anos.

Mas apesar de todo este sofrimento, não haveria o que fazer, a saída seria adaptar-se, como quem diz: você está em dificuldade porque ainda não se adaptou à realidade, ainda não aprendeu a aproveitar as oportunidades e, principalmente, porque espera muito do Estado e dos políticos. Faça este curso, e então você saberá como ganhar... ganhar o que você quiser, ora.

E assim, o neoliberalismo que produziu todo esse sofrimento desponta diante do indivíduo como a resposta para o alívio de seu infortúnio. Pelo mercado, malogrou, mas só pelo mercado poderá dar a volta por cima e conseguir o tão almejado e merecido sucesso. É assim que toda uma lógica neoliberal se reproduz. Se o tal mercado foi, para um indivíduo qualquer, o problema, a causa de seus sofrimentos, será uma melhor adaptação às regras do mercado, à dinâmica do jogo mercadológico que servirá para aliviar o sofrimento deste mesmo indivíduo. É, podemos dizer, pelo menos em parte, por meio desta lógica que o neoliberalismo se reproduz e continua a produzir seus efeitos.

E a lógica neoliberal é fechada, circular, alimenta a si mesma e produz efeitos de uniformidade e univocidade. Todavia, há o outro lado, o lado daqueles que pretendem questionar esta lógica, furá-la, dobrá-la, fragmentá-la e este trabalho espera contribuir com aqueles que pretendem quebrá-la.

¹¹⁸ Cf. SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. **O papel da memória**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. **Iniciação à filosofia para os não filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos. In: BARRISON, Thiago. **Teoria marxista e análise concreta**: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 83 – 114.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques & MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso?. In: CONEIN, Bernard [et al]. **Materialidades Discursivas**. Campinas; Editora da Unicamp, 2016. p. 33 – 54.
- DALTOÉ, Andréia. **As metáforas de Lula**: a deriva dos sentidos na língua política. Campinas: Pontes Editores, 2022.
- DALTOÉ, Andréia. Restos de censura e tortura: cloroquina ou a morte. In: SHERER, Amanda [et al]. **Restos de horror**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 221 – 237.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUSSEL, Enrique. Buen Vivir. Youtube, 31 mai. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DLIEm_6Smds. Acesso em 09 mai. 2023.
- FOCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Edições 70, 2021.
- FONSECA, Rodrigo. Disjuntivas e determinação discursiva: uma análise do lema das Ligas Camponesas. In: FERNANDES, Carolina; DALTOE, Andréia; AIUB, Giovani. **Efeitos da**

presença de Freda Indursky na Análise do Discurso. Campinas: Mercado das Letras, 2022. p. 109 – 131.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e História. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem.** Campinas, Pontes Editores, 1989. p. 71 – 79.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos,** Campinas, v. 19, p. 43 – 64. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636825>. Acesso em: 09 mar. 2023.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso.** Campinas, Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon,** Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 101 – 121. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020>. Acesso em 24 fev. 2023.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas, v. 19, p. 117 – 122. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829>. Acesso em: 08. mar. 2023.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias. Sujeito & Língua.** Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, LENIN, Vladimir. **Manifesto comunista; Teses de abril.** São Paulo: Boitempo, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: **Gestos de leitura**: da história no discurso. ORLANDI, Eni (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento**: uma viagem filosófica através de um conceito. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

REFERÊNCIAS DOS MATERIAIS ANALISADOS

HAYEK, F. A. **A ordem econômica e a livre iniciativa**: as contradições das teorias socialistas. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

HAYEK, Friedrich. O caminho contrário à servidão: uma entrevista com Friedrich Hayek. [Entrevista concedida a] Thomas W. Hazlett. Los Angeles, 1977. Disponível em <<https://www.moneyreport.com.br/economia/o-caminho-contrario-a-servidao-uma-entrevista-com-f-a-hayek/>>.

HAYEK, F. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Edições 70, 2018.

HAYEK, F. Porque não sou conservador. **Prof. Ubiratan Jorge Iorio**. Disponível em: <<https://ubirataniorio.org/antigo/conserv.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2023.

KEYNES. John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap7.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

LENIN, Vladimir Ilich. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/cap02.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 3. ed. Petrópoles: Editora Vozes, 2001.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MISES, Ludwig. **A mentalidade anticapitalista**. Campinas: Vide Editorial, 2013. p. 133.

MISES, Ludwig von. O que os nazistas copiaram de Marx. **Mises Brasil**. Disponível em: <<https://mises.org.br/article/1518/o-que-os-nazistas-copiaram-de-marx>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MISES, L. **As seis lições**. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MISES, Ludwig von. Como os socialistas deturpam a linguagem para conquistar corações, mentes e, é claro, o poder. **Mises Brasil**. 29 jul. 2016. Artigos. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/2271/como-os-socialistas-deturpam-a-linguagem-para-conquistar-coracoes-mentes-e-e-claro-o-poder>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MISES, Ludwig von. O maior perigo para a humanidade: nossa recorrente paixão pelo autoritarismo. 29 jan. 2014. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1530/o-maior-perigo-para-a-humanidade-nossa-recorrente-paixao-pelo-autoritarismo>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MISES, Ludwig von. O socialismo como um imperativo moral. 03 abr. 2013. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1224/o-socialismo-como-um-imperativo-moral>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MISES, Ludwig von. Individualismo, marxismo e a Revolução Industrial. 02 dez. 2011. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1170/individualismo-marxismo-e-a-revolucao-industrial>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MISES, Ludwig von. O dogma do coletivismo. 05 jan. 2011. Artigos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/724/o-dogma-do-coletivismo>. Acesso em: 19 jun. 2023

REINHOUE, Jurgen; AUDIER, Serge, **The Walter Lippmann Colóquium: The Birth of Neo-Liberalism**. Londres. Palgrave Macmillan, 2018. p. 119. *E-book*.

RÖPKE, Wilhelm. Economia libre e ordem social. **Mises Institut**. 26 jan. 2022. Artículos. Disponível em: <https://mises.org/es/library/economia-libre-y-orden-social>. Acesso em: 12 abr. 2023.

RÖPKE, Wilhelm. Estado benefactor e inflación crónica. **Mises Institute**. 2018. Disponível em: <<https://mises.org.es/2018/12/estado-benefactor-e-inflacion-cronica/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOCQUEVILLE, Alexis. A democracia na América (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1973.